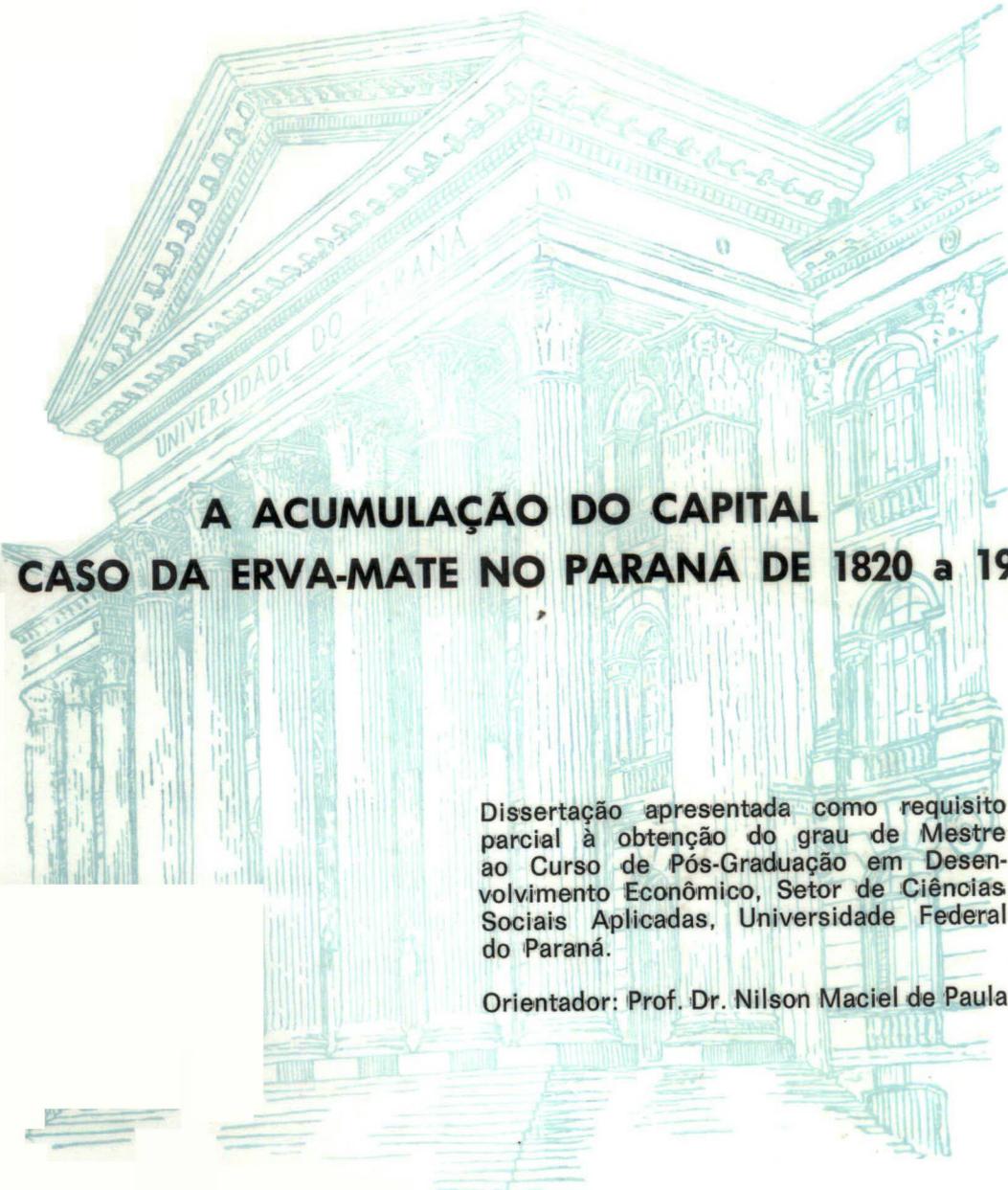


JOSÉ DA SILVEIRA FILHO



**A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL
- O CASO DA ERVA-MATE NO PARANÁ DE 1820 a 1930 -**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula

CURITIBA

1997

JOSÉ DA SILVEIRA FILHO

A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL
- O CASO DA ERVA-MATE NO PARANÁ DE 1820 a 1930 -

Dissertação apresentada
como requisito parcial à obtenção do
grau de Mestre ao Curso de Pós-
graduação em Desenvolvimento
Econômico, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do
Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula

Curitiba
1997

JOSÉ DA SILVEIRA FILHO

A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL
- O CASO DA ERVA-MATE NO PARANÁ DE 1820 a 1930 -

Dissertação aprovada
como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre no Curso
de Pós-Graduação em Economia,
Mestrado em Desenvolvimento
Econômico da UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ, pela Comissão
formada pelos professores:

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Nilson Márcio de Paula
Orientador



Prof. Dr. Claus Magno Germer



Prof. Dr. Armando Dalla Costa

Curitiba, 29 de outubro de 1997.

DEDICATÓRIA

À Vera Lúcia, flor de mulata,,
mais original criação do cadinho multi-
racial acontecido nesse querido País
tropical, chamado Brasil.

À veludosa nostalgia de José,
cara reminiscência de querido Pai,
visitante de quase todas as
horas em meu coração.

À bravura de Ivone, mãe re-
solta, pela fé na cultura e no estudo
libertadores, profissão de vida de uma
educadora.

AGRADECIMENTO

Ao camarada Zola Florenzano,
pai de minha consciência no socialismo científico,
marxista na teoria e na prática das grandes lutas
do povo brasileiro, incansável estudioso crítico,
mestre, sem ser radical, sectário ou dogmático.

Ao caro mestre Nilson, por sua zelosa correção,
paciência e observações preciosas.

“ O problema de se ao pensamento humano corresponde uma verdade objetiva não é um problema da teoria, e sim um problema prático. É na prática que o homem tem que demonstrar a verdade, isto é, a realidade, e a força, o caráter terreno de seu pensamento. “¹

KARL MARX

“ Marx e Engels disseram muitas vezes que a nossa doutrina não é um dogma mas um guia para a ação e eu penso que devemos, antes de tudo e acima de tudo, ter isto em vista. “²

V. I. LÊNINE

MARX, Karl. Teses sobre Feurbach. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, vol 3, p. 208.

LENINE, Vladimir I. Discurso de encerramento do relatório a atitude do proletariado em relação à democracia pequeno-burguesa. In Obras Completas, t. 37, p. 225.

ÍNDICE	vi
LISTA DE TABELAS	ix
GLOSSÁRIO	x
RESUMO	xii
ABSTRACT.....	xiii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. Os Primórdios - Uma Digressão Histórica.....	12
1.1 Os Primórdios	12
1.2 A Geografia dos Ervais	14
1.3 A Base de Apoio da Produção Ervateira	18
1.4 O Embrião Ervateiro.....	25
CAPÍTULO 2. O Contexto Internacional da Exsurgência Ervateira	32
2.1 A Herança Colonial e o Capitalismo Industrial Inglês ...	32
2.2 A Inserção da Economia Paranaense	35
CAPÍTULO 3. A Ascensão (1820 - 1864).....	39
3.1 A Produção Ervateira e sua Vinculação com o Mercado Externo.....	40
3.2 A Evolução do Processo Produtivo	42
3.3 No Rastro do Capital Comercial Platino.....	45
3.4 Hegemonia do Capital Comercial	51
3.5 O Lucro de um dos Engenhos.....	53
3.6 O Comando do Capital Comercial	72
CAPÍTULO 4. O Apogeu (1864 - 1902).....	74
4.1 A Guerra do Paraguai e o Apogeu do Mate.....	74
4.2 O Desenvolvimento das Forças Produtivas na Economia Ervateira	75

4.3 O Transporte.....	85
4.4 A Origem e Evolução da Força de Trabalho Assalariado na Economia Ervateira	90
4.5 As Finanças Públicas.....	105
4.6 A Caracterização do Pré-Capitalismo no Paraná.....	109
 CAPÍTULO 5. O Declínio (1902 - 1930).....	121
5.1 A Acumulação Pré-Capitalista Abortada.....	121
5.2 O Fracasso dos Novos Mercados.....	127
5.3 A Tutela do Capital Comercial sobre a Produção Pré- Capitalista Paranaense.....	131
5.4 O Capital Comercial Platino e o Desenvolvimento da Acumulação Pré-Capitalista no Paraná	133
 CAPÍTULO 6. O Paradeiro do Capital	142
6.1 A Falência de um Empreendimento	142
6.2 O Preço de Produção e a Renda Fundiária	143
6.3 A Realização e a Transferência do Lucro	153
6.4 A Transferência dos Engenhos	157
6.5 O Capital Manufatureiro e Comercial Remanescentes .	161
6.6 O Financiamento da Produção e a Inexistência do Capital Financeiro	168
 CAPÍTULO 7. Conclusão	175
ANEXOS.....	183
Entrevista com Temístocles Linhares.....	183
Entrevista com Alexandre Weinhardt da Silveira.....	186
Entrevista com Francisco Brito de Lacerda.....	189
 BIBLIOGRAFIA	192

TABELAS, MAPAS e FIGURAS

01. Valor e Quantidade da Erva-Mate Exportada (1841-1846)	58
02. Principais Produtos da Exportação Paranaense (1851 - 1859)	68
03. Exportação Geral e Exportação Ervateira do Paraná (1901-1912)	68
04. Destino da Produção Paranaense de Erva-Mate (1851 - 1856)	69
05. Arrecadação de Erva-Mate no Paraná (1858 - 1861)	70
06. Produção, Exportação, Consumo Interno de Erva-Mate (1831-1902)	71
07. Quantidade Exportada de Erva-Mate Segundo os Destinos (1879 - 1902)	76
08. Condição da População Livre e Escrava (1772 - 1872)	98
09. Receita de Exportação Ervateira e Receita Pública (1871 - 1901)	107
10. Importação Argentina de Erva-Mate Brasileira Segundo os Tipos (1923 - 1950)	126
11. Volume de Produção Argentina e Importação de Erva-Mate do Brasil e do Paraguai no Mercado Argentino (1910 - 1938)	127
12. Importação Argentina de Erva-Mate (1923 - 1930)	144
13. Comércio Exterior do Brasil - Exportação (1900 - 1939)	151
14. Quotas de Exportação de Erva-Mate para o Uruguai por Firms	165

MAPAS

01. Região Ervateira Paranaense	16
02. Região Ervateira Brasileira	17

FIGURAS

01. Carijo	82
------------	----

GLOSSÁRIO

01. **Antecipos** (Espanhol) - Adiantamentos em dinheiro ou em gêneros que se faziam aos peões. O peão deixava o trabalho após a liquidação das dívidas.

02. **Barbaquá** (Guarani) - Derivado de eberaquá ; significa buraco para lenha; fogo.

03. **Caá** (Guarani) - Água da erva. Era a bebida do mate.

04. **Caá-mini** (Quícha) - Local onde se faz a trituração das folhas do mate. Do termo originou-se a palavra cancheada.

06. **Caboclo** (Tupy - guarani: kari' boka) - aquele que vem do branco. Termo empregado para designar a população mestiça, índios e europeus, do litoral.

07. **Carijo** (Guarani) - Quer dizer : erva em cima da claridade ou do fogo. Varal sobre o qual se colocam os ramos da erva, para secagem.

08. **Chimarrão** (Espanhol - cimarrón) - Designativo do mate amargo . Sinônimo de selvagem, xucro, o gado não domesticado que fugia para a "cima" das serranias.

09. **Congonha** (Guarani : congoin) - O que alimenta ; originou a palavra congonha, primeira designação do mate.

10. **Cuia** (Guarani - iacuhi) - Era a designação da cuia, ou do recipiente onde é feita a infusão das folhas trituradas da erva com a água.

11. **Noque** - Esteira tecida de tiras de taquara, de malha fina, onde se depositava a erva-mate sapecada. O noque era suspenso a meio metro do solo, para preservar a erva da umidade. Pelo costume, o noque confundiu-se com o próprio depósito.

12. **Raído** - Cesto de taquara ou amarrado de erva-mate para condução do local de sapeco ao de secagem.

13. **Romaneio** (Português) - Lugar onde era pesada a erva após a extração e sapeco. Descoberta a mina ou a mancha, conduzia-se até lá uma estrada carreteira ou o caminho de tropa; do final dessa estrada eram feitas diversas picadas em forma radial para toda mancha; por elas o mineiro conduzia, às costas, a erva colhida e sapecada e fazia a entrega no romaneio. Essa palavra vem da balança romana usada para tal fim. O termo era usado nos engenhos beneficiadores e nos depósitos de erva cancheada no Paraná, para qualificar a relação que acompanha as partidas desse produto, com especificação de peso de cada volume.

14. **Sapeco** (Guaraní - sa: olho e peco: abrir) - Abrir os vasos das folhas da erva, desidratando-as através da ação do fogo.

15. **Surrão** (Espanhol - zurrón) - Alforge de couro-cru onde a erva-mate para exportação era comprimida.

16. **Tarefa** (Português) - Obrigação do tarefeiro de preparar diariamente de 8 a 10 arrobas de erva-mate, cortada e sapecada.

17. **Tatacuá** (Guaraní) - Terreiro em que primitivamente era seca e malhada a erva-mate. Em torno da erva cru acumulada, eram distribuídas foqueiras. Seca por essa forma, o braseiro era varrido e no mesmo local malhada a erva. Este sistema começou a ser abandonado ao tempo da entrada dos jesuítas em Guáira.

18. **Uru** (Guaraní) - Nome dado ao vigia que revolve a erva-mate nos varais do barbaquá. Termo originário de uma ave sul-americana que tem por hábito ciscar, revirando as folhas no chão.

RESUMO

A economia ervateira paranaense se desenvolveu consoante a um modo pré-capitalista de produção. Seu comando e orientação pertenceu ao capital comercial procedente da Bacia do Rio da Prata, responsável pela colocação da erva-mate naquele mercado de consumo. A população cabocla constituiu a força de trabalho empregada com a finalidade de produzir este valor de troca, o mais importante das terras paranaenses, cujo valor social excedente gratuito terminava em mãos dos grandes comerciantes importadores. Tal categoria não pode ser designada rigorosamente como mais-valia porque seus elementos constituintes não se encontravam completamente amadurecidos, embora já existissem todos em vir-a-ser. A criação desse excedente gratuito proporcionou a acumulação pré-capitalista paranaense, no entanto foi apropriada pelo capital comercial argentino. Como a geração de valor era modesta dado a menor necessidade de trabalho social por se tratar de uma atividade em grande parte extrativa, a economia ervateira não permitiu as condições de transição para o salto qualitativo ao capital industrial, o modo capitalista propriamente dito. Quando o principal comprador - a Argentina - construiu moinhos próprios, teve seus próprios ervais plantados e armou-se de protecionismo, liquidou com a centenária economia paranaense. Antes desses acontecimentos, a produção ervateira divisou sua fase de prosperidade, afinal conheceu maior poder de barganha por parte dos exportadores locais. Infelizmente, a erva mate paranaense não encontrou outros mercados consumidores, apesar dos esforços. Faliu pelo menos 60% do capital ervateiro. Quem sobreviveu teve de acomodar suas vendas com o Uruguay.

ABSTRACT

The tea herb economy developed in Paraná according to the laws of a pre-capitalist production system, and thus under the command of commercial capital from Prata River Basin. Labour force, responsible for the raw material exploitation, represented the backbone of value excedent production, which ended up in the hands of large importing merchants. As the social categories were not fully developed as in a capitalist society, surplus value turned out to be not the appropriate term to describe the process of excedent production and its final realization. The central argument of the analysis is that, despite the pre-capitalist features, herb tea production was the source of capital accumulation held by Argentine trading companies. On the other hand, at the tea herb production system, objective conditions were not created in order to make a transition towards a fully capitalist economy to be led by industrial capital. Moreover, as soon as Argentine trading companies started building their own processing plants and stimulating national tea production, trade barriers were raised to the Paraná's hitherto competitive suppliers. As a result Brazilian producers faced the colapse of their activity, faling in the attempts to upgrade capital accumulation towards industrialization and also to find new markets for national herb.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como tema principal o processo de acumulação do capital na época em que a erva mate consistia o esteio da economia paranaense, num período de mais de um século, que vai de 1820 a 1930. São investigados três períodos distintos: a ascensão (1820-1864), o apogeu (1864 - 1902) e o declínio (1902 - 1930).

O objetivo desse estudo é mostrar intimamente o processo histórico e lógico de geração social e apropriação particular do excedente produtivo, como explicação fundamental ao movimento da economia ervateira. Explicar o processo social de transferência de valor do capital ervateiro paranaense ao capital comercial argentino, a organização produtiva ervateira dentro de um processo evolutivo orientado e dirigido pelo capital comercial e a sua imbricação com a economia brasileira e mundial.

Dentre os motivos que despertaram esta dissertação, afora o compromisso escrito por ocasião do mestrado, pairam seguramente cinco relevantes. O primeiro versa sobre a importância do período ervateiro no desenvolvimento do pré-capitalismo paranaense. A erva-mate reinou, soberana, no Paraná durante pelo menos 100 anos. Contribuiu à povoação do território. Auxiliou a desbravá-lo. Facultou-lhe a independência econômica. Atribuiu-lhe uma fisionomia característica, para deixar de ser mero caminho de transição, onde as tropas de muares eram invernadas para recuperar seu peso. E introduziu uma economia monetizada, com força de trabalho livre e assalariada. O propósito dessa produção era a busca de lucro, extraído mediante trabalho excedente não-pago, realizado com a venda em larga escala no mercado externo. A azáfama ervateira vinculou a infraestrutura econômica determinante dos movimentos da super-estrutura política e inclusive da manifestação cultural, artística e o

jeito de ser tímido do Paraná tradicional. A mesma produção ervateira seguiu uma lógica pré-capitalista, todavia acomodada às peculiaridades destas plagas subtropicais, atonetadas de pinheiros sombreando imensos ervais, as silvestres verdes minas extrativas. Este contexto correspondia ao pré-capitalismo no Paraná, porém em etapa manufatureira e concorrencial. Diversas manufaturas, os antigos engenhos de erva, concorriam entre si desenfreadamente para pulverizar a erva e remetê-la aos mercados platinos. Das vendas, resultou a ampliação da produção e a reprodução do capital, bem como a modernização das técnicas, instrumentos e meios de produção. À esta faina simples e mourejante sucumbiram gerações de famílias caboclas. O Erário Público guarneceu suas finanças. Apareceram os primeiros vernizes do progresso: ferrovia, hidrovia, rodovia e Universidade. Titularam-se viscondes e barões, coroando a prima oligarquia ervateira paranaense.

O segundo reside numa lacuna científica . A academia paranaense tem ausente em suas estantes estudo sobre o mate, erigido a partir da apreensão marxista do desenvolvimento da sociedade humana. Raros são os estudos sobre este período histórico que procuram casar, antiteticamente, a lógica dialética materialista com a história da produção social, filão da vertente marxista, tão longe das letras oficiais. A totalidade das obras pesquisadas sobre o mate defronta seus limites na história da produção concreta, o que já é meio caminho andado, e pavimenta o chão da pesquisa. Falta, entretando, a lógica dialética materialista para completar o quadro. Unir a prática histórica da sociedade paranaense à luz da teoria marxista. A ocasião de, como bem ponderou Humberto Eco, “ *por ordem nas idéias* “³. Soa a hora da prática

ECO, Humberto. Como Escrever uma Tese. 1ª edição, São Paulo, Editora Perspectiva, 1988, p. 5

téorica.

O terceiro traduz um esforço de entendimento das especificidades da lógica social do capitalismo brasileiro a vicejar em similitudes e peculiaridades nos seus mais díspares rincões. Desvendar sua íntima lógica social. O propósito vai além de interpretar um mundo feito de pó verde, antes porém campeia a trajetória que trouxe sua transformação. Aproveitou as relações sociais da mineração ao tropeirismo, manietadas a um contexto de determinadas forças produtivas, cujo passado feneceu. Todavia construíram o processo histórico no qual ocorreu a florada ervateira. Esta visita à história procura cavoucar a identidade cultural brasileira como expressão do trabalho de seu povo, autêntico arquiteto da história, moldada mediante seu trabalho.

O quarto permite revisar um estudo preliminar , feito para curso de especialização, sobre o mesmo tema, e merecedor ainda de última lapidação, expedida com muito maior rigor científico e minúcia. Para urdí-lo, requisita-se a compreensão histórica da realidade econômica, com suas contradições em perene movimento. De regresso a enxergar a essência da vida social, calcada no trabalho, cuja raíz pertence ao passado e se estende ao presente, sustentando o mundo à frente de nossos olhos. Por isso é mister olhar para trás e explicar, em essência e genericamente, o passado que nos forjou no que hoje somos e assim estamos. Este conhecimento objetivo consiste um instrumento de análise para entender e transformar a prática dos homens a partir da compreensão do processo de desenvolvimento histórico de uma dada sociedade. Dessa apreensão podem ressurgir novos focos para reflexão, um novo vir-a-ser de contradições.

O quinto espelha um caráter afetivo. As origens de minha família estão ligadas à esta etapa da vida econômica paranaense. Meu pai foi barriqueiro. Dominava com habilidade o ofício artesanal de feitura manual

das barricadas - os tonéis de madeira em diversos tamanhos nos quais se acondicionava o mate a caminho das exportações. Trabalhava no artesanato da barrica, propriedade da preeminente família Lacerda, senhora da cidade da Lapa. A própria cidade, de estância para descanso das tropas de mulas no rumo de Sorocaba, consolidou-se como centro urbano, graças às lides com a erva e, secundariamente, com a extração de madeira. Meu avô materno foi um pequeno-burguês, proprietário de grande barrica na cidade de Palmeira, que veio cerrar as portas com a inexorável decadência ervaqueira nos idos de 1930. O engenho de Domingos de Freitas, do qual era fornecedor, falira, não possuindo finanças para saldar suas obrigações exigíveis para com seus credores. Minado pela insolvência e empobrecido, com uma “mão na frente e outra atrás”, baldeia-se para a cidade de Ponta Grossa. Lá gerencia a barrica de Teodoro Bumurski. Aí o negócio também fracassa sem apelo, em razão das poucas encomendas. Despacha-se para a cidade da Lapa, para trabalhar, agora como exímio barriqueiro, na barrica de José Lacerda.

Enfim, esta dissertação de mestrado não se limita a somente compromisso para titulação acadêmica. Antes porém, propõe um texto pulsante, cujo encadeamento se interpenetra com a reconstituição da vida do próprio mestrando, sua história familiar e as raízes populares das quais faz parte. Performa um escrito cujas palavras ecoam ainda vivas, inclusive dos dizeres regionais. Servirá para abrir caminho a outras interpretações marxistas, que por aqui quiserem passar e melhor escrever, acertando aonde se errou sem intenção.

O tema principal subsiste na tentativa de examinar o processo de desenvolvimento da acumulação capitalista paranaense por intermédio da produção social ervaqueira. Neste propósito é indispensável investigar sua evolução histórica. De seu nascimento, na segunda década do século XIX, até seu enterro, na terceira década do século XX, segue varrendo suas

luzes sobre os traços fundamentais da produção ervateira.

E há duas perguntas a serem respondidas nesse estudo. *Como sucedeu o processo de acumulação pré-capitalista paranaense, mediante a produção social ervateira? Em que medida a produção social ervateira respondeu ao desenvolvimento do pré-capitalismo paranaense?*

Estas respostas possuem por trás de si um processo de evolução⁴ histórica, calcado nos pressupostos de que a economia ervateira se estrutura dentro de um esquema pré-capitalista de produção aqui no Paraná. Grande parte do trabalho excedente social gerado entornou da esfera do capital produtivo invertido na atividade extrativa para o capital comercial. O processo da acumulação prévia capitalista ocorreu de forma peculiar, ditada pelas características das condições geográficas, históricas e sociais nas quais se amoldou a produção social ervateira paranaense, em grande parte a partir de 1820. Ele recolheu os espólios da economia mineira e absorveu a contribuição econômica do tropeirismo e da extração madeireira, que assentaram os pressupostos históricos e sociais ao advento da expansão ervateira.

Esse estudo vai se servir do método dialético materialista enquanto instrumento de conhecimento da realidade objetiva, o qual permeia a compreensão da produção social ervateira pela consciência humana. Este possui duas pilstras mestras, que alicerçam reciprocamente todo seu edifício teórico: o materialismo histórico e o

ROSENTAL, M e IUDIN, P. Pequeno Dicionário Filosófico. São Paulo. Linográfica Editora Ltda, 1959, p. 193.

materialismo dialético. Um não sobrevive sem o outro. Um completa e explica o outro. Embora sejam colunas de um mesmo sistema, pode-se perfeitamente identificar suas diferenças.

O materialismo parte da realidade concreta, anterior a presença da consciência dos homens. Realidade esta, em permanente movimento e transformação perpétua. Dela aparece a consciência humana, com as respectivas explicações históricas e lógicas para o mundo ao seu redor. O modo de vida social define o pensamento⁵. Não o contrário. Aplicado ao caso paranaense, refere-se a produção ervateira, desde suas raízes, desembestando por seu amadurecimento até atingir o seu declínio.

O materialismo histórico investiga o desenvolvimento do modo de produção da existência de uma sociedade histórica e geograficamente determinada, a qual o homem, ao nascer, já encontra pronta, organizada e em processo de transformação. Procura saber **como** os homens que nela vivem, em conjunto e mediante seu trabalho social, constroem, dão origem e reproduzem sua própria vida material. Aqui a tarefa fundamental resulta na explicação de como aconteceu a produção ervateira. A economia da mineração havia sucumbido. O ouro acabara, levando com ele as ilusões de enriquecimento. A mão de obra que permaneceu na 5ª Comarca necessitava de ocupação, a maior parte dela se ocupou com a lida ervateira, trabalhando nas grandes propriedades, as sesmarias. O tropeirismo forneceu os meios de transporte para a erva, levando o produto aos portos de exportação. A economia ervateira emerge, enquanto esteio produtivo, quando se volta para a exportação em larga escala, a partir de 1820, fazendo deslanchar todo um

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. 1ª edição. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1974, p. 135 e 136

processo histórico.

O materialismo dialético traz, à luz do dia, a interpretação desse dinamismo. Desnuda o **porquê** dos movimentos daquele modo de vida social ser assim. Surge uma lógica, a partir da prática social, para aflorar as leis sociais que unem a causa ao efeito na explicação do fenômeno do modo de produção da existência de uma sociedade historicamente dada. Já existe um mercado mundial, dominado principalmente pela Inglaterra, em pleno florescimento industrial. Impõe-se uma divisão internacional do trabalho, cuja lógica provoca igualmente e integração paranaense, porém de maneira indireta, vinculada ao mercado platino. Produz-se o valor de troca erva-mate com a finalidade da venda, obtenção de lucro e aspiração de enriquecimento. Sua produção social sucede permeada pela presença de trabalho excedente não pago. Não aparece ainda a categoria mais-valia, enquanto venda do uso da força de trabalho em troca de um salário de subsistência, num contexto dominado pelo capital industrial, que se apodera de todos os ramos. Sequer existe um amplo mercado de trabalho, onde os trabalhadores possuem somente a faculdade da venda de sua capacidade de trabalho em troca de um salário. O que surge no Paraná é ainda o trabalho excedente social não pago, porém numa economia de extrativismo, associada à sobrevivência proporcionada pela lavoura de subsistência na grande propriedade. Somente se pode cogitar em mais-valia dentro das manufaturas ervateiras, os engenhos de beneficiamento. Ou seja, a categoria mais-valia não se encontra acabada, como numa sociedade capitalista industrial. Seus elementos constituintes estão em percurso histórico, porque pertencentes a uma realidade muito diferente da Inglaterra da I^a e II^a revolução industrial.

Quando os dois, **como & porquê**, dão - se as mãos para compreender, em essência, genérica e dinamicamente, num panorama histórico, o modo social de produção material da vida dos seres humanos,

em busca de superação, emerge à consciência a Economia Política Marxista. Esta dissertação intenta concretizar tal e qual inusitada proeza teórica, para entender o dinamismo da economia paranaense, sob o império da erva-mate, nos primórdios do pré-capitalismo das araucárias. Trata-se de um pré-capitalismo manufatureiro, abortado, cuja base de sustentação se apoiava na apropriação de trabalho social excedente, produzido por milhares de trabalhadores ervateiros, que passou às mãos do capital comercial platino comandante deste negócio secular.

A Economia Política Marxista vai explicitar as três etapas do processo de produção em sua evolução histórica: ascensão, apogeu e declínio. Vai perquirir os estágios de desenvolvimento das forças produtivas, quer dizer, os meios de produção, que em si encerram toda a contribuição da ciência e da técnica em cada tempo, com seus respectivos instrumentos de trabalho, manuseados pela força de trabalho. Cumpre também perscrutar as relações de produção. Como as classes sociais principais, burguesia ervateira e pré-proletariado, organizavam-se reciprocamente. A maneira como conduziam seus conflitos antagônicos, para acionarem o processo produtivo, impulsionando para frente a roda da acumulação do capital. Pesquisa-se como sucedia o processo de exploração da força de trabalho, através da geração social e apropriação particular de excedente produtivo gratuito e , qual o seu montante e destinação. Conquista-se a consciência do fim que lhe permitiram na acumulação; lucros sem grande expressão, cuja maior parte viajou às Repúblicas do Prata. Estuda-se a superestrutura política⁶ da época, notadamente o Poder Público, para denotar a burguesia ervateira, classe detentora do poder, conciliando uma administração que pudesse contar

ENGELS, Friedrich. Anti - Dühring. 1ª edição, Lisboa, Editorial Minerva, 1975, p. 59

com a chancela de todos, fazendo a câmara de eco da infraestrutura produtiva. Um mundo que fracassou na ruína implacável, comporta o decifrar teórico de toda essa maçaroca do passado.

Enfim, é o esclarecimento de uma organização social afluindo a um iniciante capitalismo, nestes ínvios sertões da América do Sul. Pode parecer até excêntrico, todavia, edificou-se obediente ao feito capitalista, nem outro poderia ser, porque a própria urgência da organização dos homens à produção material de suas vidas, pautava-se num contexto internacional de divisão do trabalho, num mercado tendente cada vez mais a mundialização. Portanto, gesta-se um capitalismo iniciante, apesar do chapéu de palha na cabeça, palheiro na boca, andando a pé, a cavalo, ou charrete, mestiço, transportando suas mercadorias nas costas, lombo de mula, carroção de boi, barcaças e por último trem, ironicamente mesclado com os requintes de uma burguesia ervateira com ares nobiliárquicos e predileções européias, no entanto, luxo copiado da vizinha Buenos Aires.

A presente dissertação demanda um esforço de pesquisa com os olhos voltados para trás. Ocupar-se da história produtiva traduz a tarefa primeira. Depois cabe encaixar o quebra cabeças, peça por peça, naquilo que há de mais relevante à recomposição cronológica da história econômica do mate. A partir daí, entalha a interpretação lógica materialista, perseguindo a trajetória de evolução da produção ervateira. Trata-se de projetar um cone de luz sobre a produção de uma mercadoria específica, que guardou a sustentação econômica da sociedade paranaense por mais de um século. Em socorro, acodem as tabelas estatísticas, para abalizar as análises e tornar as conclusões, verossímeis com a realidade objetiva.

A economia política é uma ciência somente compreensível em

seu conjunto no transcorrer da história dos homens, onde a lógica dialética elucida os movimentos determinantes da produção social de mercadorias. Sua arma de apreensão, ao invés de laboratórios, microscópios e reagentes químicos, como já assinalava Marx, provém da abstração científica. Nada além do ato de formação e junção de conceitos pela mente humana. O laboratório é a história da produção social. Ela compila as provas. Porta o conjunto dos fenômenos sociais. A lógica sintetiza este histórico em sua evolução dentro da realidade ao analisar os fenômenos sociais.

Este trabalho está compreendido em 7 capítulos. O capítulo 1 trata das origens e formação do mercado consumidor platino, de como se gerou o caldo cultural que deu origem ao mercado consumidor e à produção ervateira. O capítulo 2 aborda a quantas andava o contexto internacional do desenvolvimento capitalista, cotejado com a produção social ervateira paranaense, no descortinar do século XIX, ao qual esta localidade de pinheirais teve irremediavelmente que se inserir. O capítulo 3 mostra a entrada da produção ervateira no mercado externo, período de quase meio século no qual se investiga a investida do mate paranaense no exterior, para se fazer o ouro-verde dos pinheirais. O capítulo 4 demonstra a supremacia do produto paranaense no mercado argentino, quando o mate triunfa altaneiro sobre o mercado platino, livre de seu arqui-rival concorrente e junto consigo traz o modo de produção pré-capitalista. O capítulo 5 expõe a liquidação da atividade ervateira pelo capital comercial platino que outrora a promovera. Termina uma atividade secular, a qual pereceu em lenta agonia. O capítulo 6 apresenta o destino tomado pelo capital ervateiro. O triste fim do ouro-verde dos pinheirais, o capital cuja riqueza foi mais de aparências, que começou e acabou em si mesma. O capítulo 7 desata a conclusão. A atividade ervateira assemelhou um jogo bancado com cacife alheio. Enfim, tudo

obedece ao conjunto da ascensão, o apogeu e o declínio do mate.

A técnica crucial de pesquisa privilegia a revisão bibliográfica. Consultas à alfarrábios, raridades, documentos já amarelecidos pelo tempo, visitas a museus e lugares históricos sumariam as preocupações maiores desta dissertação. Igualmente constam os depoimentos de familiares, pessoas que tiveram vidas inteiras com seus ascendentes enovelados com o mate, vernizando esse trabalho com uma técnica de pesquisa direta que é a entrevista. Ter alguns dedos de prosa científica com remanescentes das antigas famílias aristocráticas, e outras pessoas tarimbadas pelo ofício ervateiro, adianta para registrar uma longa experiência travada no negócio a que gerações e gerações arrostaram cobiçosas de fortuna. Afinal, a aristocracia do mate deixou alguns descendentes, que sentirão certamente afagado o condestável orgulho, em aprazível esforço de memória. Despertar do sono a vivência empírica. Propiciar esforço sobressalente para aprimorar, além do que a teoria pôde lobrigar, a percepção dessa dissertação, cujas limitações ou embotamentos inerentes ao autor, impediram-no no todo de captar.

CAPÍTULO 1

OS PRIMÓRDIOS - UMA DIGRESSÃO HISTÓRICA

1.1 OS PRIMÓRDIOS

O uso do mate constitui um hábito típico da América do Sul. É tão antigo, que se perde nas eras imemorais do passado pré-colombiano. Não se sabe quando os primeiros habitantes dessa região principiaram o pitoresco costume. Os colonizadores espanhóis devem ter topado pela primeira vez com a bebida em Lima (LINHARES, T, 1969), na primeira metade do século XVI, em sua sanha de conquista a partir do Caribe (AQUINO, et e tal, 1981) . Os incas inclusive enterravam seus mortos, dentro dos sepulcros, acompanhados pelo mate e outros instrumentos úteis à outra vida, em ritual idêntico ao praticado pelos antigos egípcios no tempo dos faraós.

Já na segunda metade do mesmo século , do Paraguai , os espanhóis chegam às terras de Guairá, nas circunvizinhanças do Rio Paraná, e descobrem tribos guaranis numerosas. Eram estranhamente alegres, hospitaleiras, dóceis e mais robustas que as outras, adeptas de curioso hábito de beber uma misteriosa infusão de folhas fragmentadas, dentro de um porongo. Sorviam-na por um canudo de taquara com um trançado de fibras, em forma de engenhoso cestinho, numa das extremidades (LESSA, L. C). A espanholada, logo que verificou o gosto, a prazerosa sensação do bem-estar físico proporcionado, a resistência às longas caminhadas e intensas fadigas, o tônico revigorante e estimulante das forças, o digestivo incomparável, o diurético e laxativo natural, nunca

mais quiseram abandonar a infusão. Dela fizeram, até bem mais do que os próprios índios, autêntico vício incurável, companheiro de todas as horas e locais (LINHARES 1969).

O hábito, intrínseco àquela geografia , para compensar a pesada alimentação carnívora , foi rapidamente aprendido entre os atuais países do Rio da Prata. Aí estava semeada a semente do futuro mercado platino consumidor que, três séculos mais adiante, constituiria o foco de sustentação da produção ervateira paranaense.

Com efeito , em 1916 , contar -se -íam por volta de 18 milhões de inveterados consumidores latino-americanos de mate, que o incorporaram como complemento alimentar insubstituível (MARTINS, 1926). Por esse ano, a população do Paraná devia corresponder perto de 610 mil habitantes(BALHANA, 1969) , ainda comprometidos, em sua maioria com a produção ervateira para satisfazer esses ávidos tomadores de mate. O mate era fornecido com prodigalidade, posto que medrava em abundância aqui no Paraná, região nativa da erva e o palco do impulso às forças produtivas do trabalho social, donde igualmente emanava uma surda luta de classes.

As condições objetivas estavam claramente colocadas . De um lado as forças produtivas, comandadas pelos proprietários dos meios de produção, os donos dos moinhos de socar erva. No meio, os imensos ervais à revelia. E do outro lado, a população obreira, atuante nas diversas etapas da produção, desde o suarento eito nos ervais, até as lides no interior dos engenhos. Estava introduzido o cabo de guerra, pelo controle

da fatia maior ou menor do trabalho excedente não pago, entre força de trabalho e pequenos proprietários, de um lado, e donos de engenho e casas exportadoras, de outro. O melhor ensejo ao antagonismo destes atores econômicos adviria a partir da primeira vintena do século XIX, quando travar-se-ia então uma luta econômica silenciosa, onde não se escutava o estampido de tiros, a dita luta de classes, o que Marx (Manifesto, 1982) cognominava de “*motor da História*” para sintetizar a manifestação política de exploração de uma classe por outra, em ação na então 5a. Comarca de São Paulo.

1.2 A GEOGRAFIA DOS ERVAIS

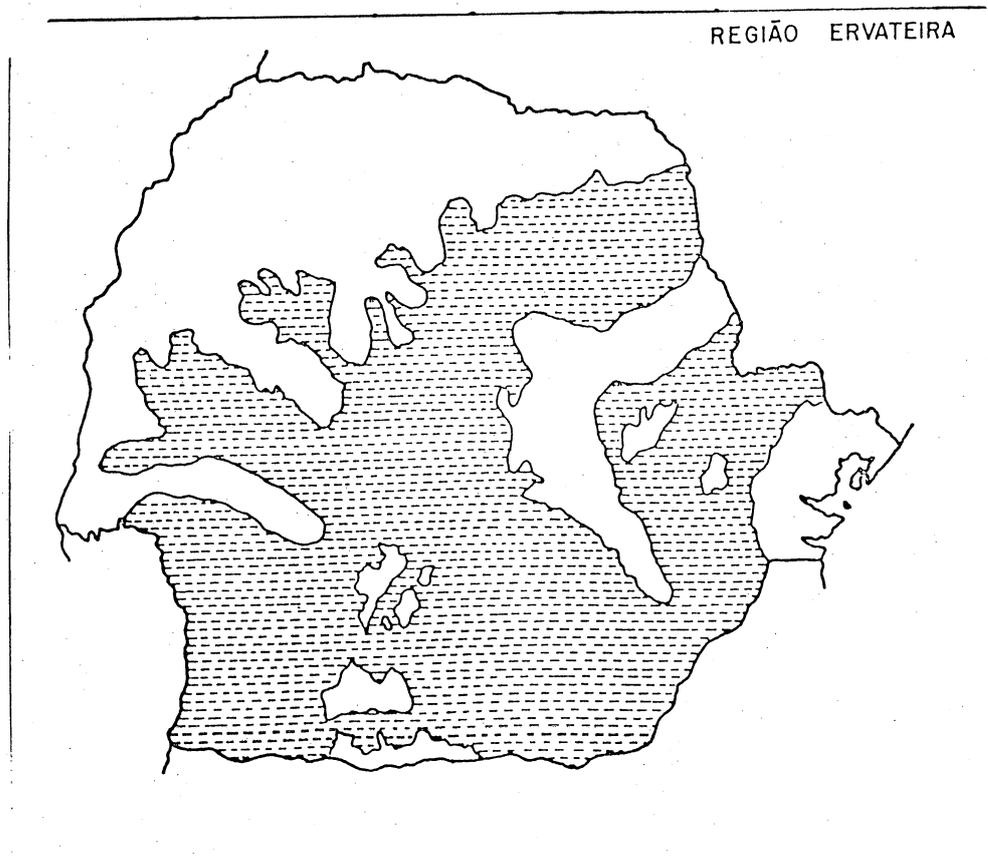
Antes porém , de prosseguir com essa digressão, cabe pequena menção sobre a geografia dos ervais, dádiva sobeja da natureza, o que, por si só, reduzia de imediato o porte de inversão de capital. Nascera gratuito. Ademais uma erveira bem cuidada possibilita uma exploração econômica por mais de 50 anos (MARTINS, 1926). Não era em qualquer lugar que se podia encontrar e colher o mate e, por causa disso, surgiram as primeiras vias fluviais de navegação para transportá-lo pelo interior. Dado suas dimensões, concebeu uma produção empreendida em grande escala que engendrou pequenos núcleos de povoamento.

Os ervais exigem condições de altitude ideais entre 450 e 800 metros acima do nível do mar. Apreciam as terras de farta umidade, especialmente às margens dos rios. O clima há de ser subtropical, ameno,

sem os extremos do calor escaldante ou do frio rigoroso. Na América do Sul, os ervais nativos surgem exuberantes em grandes partes do Paraguai; no Brasil, ao sul de Mato Grosso , nas partes centrais e ocidentais do Paraná e Santa Catarina, ao norte do Rio Grande do Sul; em Misiones na Argentina e ainda alcança concentrações extensas ao sul de Minas e sudeste de São Paulo.

No Paraná, eram encontrados ervais nativos numa superfície de cerca de 160 mil quilômetros quadrados, o que abrangia 84% da área de 190 mil quilômetros quadrados de seu território (MARTINS, 1926). Eles são avistados nos atuais municípios paranaenses: Ipiranga, União da Vitória, Tibagi, Teixeira Soares, Almirante Tamandaré, São Pedro de Mallet, São Mateus do Sul, São José dos Pinhais, São João do Triunfo, Rio Negro, Reserva, Rio Branco do Sul, Prudentópolis, Ponta Grossa, Piraí, Palmeira , Palmas , Marumbi , Irati, Imbituva, Guarapuava, Lapa, Curitiba, Conchas, Colombo, Clevelândia, Castro, Campo Largo, Campina Grande do Sul, Bocaiuva, Assungui, Araucária, Ibaiti, Wenceslau Brás, Sengés, Cerro Azul e Adrianópolis.

MAPA 1 - A REGIÃO ERVATEIRA PARANAENSE



FONTE: PADIZ, Pedro Calil. Formação de uma Economia Periférica: O Caso do Paraná. São Paulo, Editora Hucitec, 1981, p. 48.

MAPA 2 - A REGIÃO ERVATEIRA BRASILEIRA



REGIÃO DOS ERVAIS DO BRASIL

abrangendo áreas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso.

FONTE: CORRÊA FILHO, Virgílio. Ervais do Brasil e Ervateiros. 1ª edição, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura - Serviço de Informação Agrícola, 1957, p.8.

1.3 A BASE DE APOIO DA PRODUÇÃO ERVATEIRA

A produção extrativa ervateira, ocorrida no Planalto, coexistiu com a lavoura de subsistência familiar, que lhe calçou a base de apoio. E as duas subsistiam dentro do latifúndio dominante. O mate bruto somente cancheado (PADIS, 1981), do qual muitos fizeram modo de vida desde 1783, era expedido a pé e por tropa de muares até o Litoral. E, daí, às cidades de Montevideu e Buenos Aires, a constituir um complemento alimentar que facilitava grandemente a sobrevivência humana (WACHOWICZ, 1988). Tratava-se apenas de uma bebida quente e, inegável, de reconhecidas qualidades fisiológicas. Devido suas excelentes propriedades medicinais, o mate se revestia do valor de uso para os tantos milhões que o compravam para consumir copiosamente. As gentes da 5ª Comarca procediam à colheita e preparo inicial da erva, porém também necessitavam prover a subsistência. Por isso é de relevância considerar neste estudo a propriedade fundiária, que conferiu ao mate suas colunas de sustentação.

Seguindo o caudal da formação brasileira, o Paraná também se erigiu sobre a tradição dos grandes potentados rurais. A ocupação da terra seguia o antigo modelo português de concessão de sesmarias, adaptado d'além mar às terras brasileiras. E a produção ervateira sucedeu capilarizada pelo latifúndio e minifúndio.

As sesmarias consistiam concessões de vastos domínios rurais para aglutinar as gentes laboriosas, com o propósito das terras aflorarem as almeçadas mercadorias de exportação, fonte da riqueza da metrópole.

Com este espírito, sua legislação foi alterada e transplantada para o Brasil (FAORO, 1984). A carta de data de sesmaria consistia o documento de registro das terras, concedidas pelo monarca português, designando um dono para as imensas terras virgens. O sesmeiro devia cultivá-las e responder exclusivamente por sua obrigação política à autoridade concessionária de seus domínios. Prestava responsabilidade apenas pelo não aproveitamento. Sem utilização produtiva, a sesmaria caducava. Do contrário, ao demonstrar geração de riquezas, poderia receber até novas datas. A generosidade da distribuição das terras decorria de seu ínfimo valor, dada sua cultura depender majoritariamente da gravosa força de trabalho escrava. Permaneciam então incultas e bravias. Mão de obra abundante para o trato com o solo era rara mercadoria no Brasil colonial. Imputava-se naturalmente que o requerente à concessão tivesse posses, suficientes para ter meios com que destinar cultivo à terra a fim de extrair-lhe algum produto-mercadoria exportável (RITTER, 1980).

A apropriação farta de terras por alguns trouxe consigo, desde já à sua instituição, a sacralização do latifúndio criatório ou das grandes plantações. Facultou a proliferação dos milhares e depois milhões de integrantes escravos e agregados rurais, os quais precederam a formação do futuro proletariado rural. Os escravos eram bens pertencentes aos senhores e forçados ao desempenho de qualquer trabalho. Os agregados poderiam ser até remanescentes de escravos libertos, ou mestiços do cruzamento com os indígenas, portadores do estatuto de libertos, todavia, ambos, sem ter para onde ir. Estes permaneciam de graça na

grande propriedade, deixando-a quando melhor lhes aprouvessem. Podiam cultivar um pedaço de terra, possuir criação, porém em troca, prestavam serviço ao proprietário, o qual podia ser pago ou não, dependendo da natureza da ocupação, da região e das posses do proprietário. Não traduziam ainda o moderno proletariado, despossuído de tudo, exceto sua capacidade de trabalho. Tinham onde morar e plantavam o que comer. Não obstante já externavam o seu vir-a-ser, dependentes em quase tudo do grande fazendeiro e suas idiossincrasias, com quem entabulavam até relações de compadrio e prestimosa reverência. Aqui surgem diversas camadas sociais subordinadas ou derivadas da grande propriedade: posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros ainda não completamente proletarizados, nem tampouco convertidos em proprietários dos meios de produção, um estamento difuso entre duas categorias distintas.

O instituto da sesmaria se desconfigura em 1822, com a legitimação dos posseiros e, mais tarde, em 1850, com a possibilidade de compra das terras devolutas a partir da Lei de Terras. Primeiro, foi de concessão administrativa ao domínio. Depois, de domínio à posse da terra. E, por fim, a compra de glebas mediante pagamento em dinheiro, em ouro. De fato, os despossuídos não tem vez. A riqueza nasce, por toda parte, concentrada nas mãos de poucos (FAORO, 1984).

O Paraná , como parte integrante deste sistema, reproduz quase o mesmo figurino com algumas peculiaridades . Até o final do século XVII, distribuía-se 7 sesmarias no litoral e 13 pelos Campos Gerais. Beneficiava-o a distância do Rio de Janeiro , Salvador e Recife . As

fazendas daqui tenderam para a autarquia. Dado a distância, a dificuldade de transporte e o fato de não terem divisado aquilatada mercadoria que se intercalasse lucrativamente no circuito do mercado mundial, acabaram por se agarrar mais à produção de subsistência. A exploração nitidamente voltada à exportação de produtos tropicais comerciáveis em grande escala se contentou mais para um segundo plano. Depois, um século mais tarde, com o desenvolvimento de uma produção cafeeira orientada cada vez mais ao mercado externo, o caráter de subsistência se submete gradativamente à exploração exportadora.

Durante o século XIX, as famílias fazendeiras se consolidaram pelo sertão paranaense. Descendiam das primeiras famílias portuguesas, desembarcadas no Brasil, no século anterior. Ocuparam os campos naturais e sobreviveram através da força de trabalho escrava. Subjugaram e eliminaram os índios pela violência implacável das armas em expedições militares, patrocinadas pelo Estado, na conquista contra os gentios. Assim, dele obtiveram suas sesmarias, concedidas às famílias mais abonadas e de nobre berço (BALHANA, 1969).

Soergueram uma economia, na prática, quase auto-suficiente na região dos Campos Gerais e dos campos de Guarapuava. Construía as casas com a madeira de seus capões. Criavam gado, faziam laticínios. Arrancavam o couro para fazer arreios e aperos dos cavalos. Dos carneiros, retiravam a lã. Com seus escravos, faziam artesanalmente quase tudo o que necessitavam. Por sinal, os escravos configuravam sua pequena corporação de artesãos. Os negros exerciam a quase totalidade dos

ofícios manuais. Semeavam o trigo à mão. Colhiam-no. Moíam e panificavam-no dentro das fazendas (BALHANA e WESTPHALEN, 1969).

Pelos instrumentos e materiais de trabalho , denunciava-se o estágio histórico de desenvolvimento da economia paranaense, a maneira como este trabalho autosuficiente se realizava nas grandes fazendas, conforme inventário, datado de 1795 a 1870, onde aparecem as ferramentas do lufa-lufa cotidiano:

“ machados, foices , enxadas, enxadões, facões grandes, facas, cavadeiras, martelos, torquezes, formões, verrumas, compassos, bordana de carpintaria, plainas, serrotes, serras, sepilhos, enxós goivas, enxós chatas, bigornas, tornos, craveiras, limas, brocas, pregos, barras de ferro com duas arrobas, todas de fiar, teares de tecer panos com todos os utensílios, pedras de moinho , prensa e roda de ralar mandioca, carros, mesas de carro, bois mansos, cangas, selas, estribos de ferro e de prata, freios, cangalhas , bruacas , tesouras de tosar burros, escovas de preparar cavalos, espingardas, pares de pistola, pólvora, chumbo, algemas de ferro, correntes de ferro “ (BALHANA e WESTPHALEN , 1969).

Estes latifúndios inauguraram o tropeirismo. Era nas grandes propriedades de campos naturais que se invernavam os séquitos de muares com destino à São Paulo. Seus proprietários se fizeram tropeiros não somente para conduzir e vender as tropas, mas também para alugar a capacidade de carga de suas alimárias, a quem delas necessitasse para transportar mercadorias. Os tropeiros integraram num vai-e-vém ininterrupto as diversas regiões brasileiras. Milhares de tropas de muares,

conduzidas por estes viandantes, afundaram seus cascos varando caminhos através dos Campos Gerais, procedentes da província de São Pedro do Rio Grande, no rumo de Sorocaba, onde seriam vendidas. No Paraná, as milhares de mulas invernavam. Descansavam. Engordavam. Retomavam seu destino. Praticaram esse autêntico rito por quase dois séculos. Começaram em 1731, com a abertura da estrada, de Vacaria até Sorocaba, e soçobraram ao fim do século XIX (WACHOWICZ, 1988). As procissões de tropas de muares, uma atrás da outra, que até antes da chegada dos carroções e da ferrovia, transportaram o mate em grande quantidade.

Por tudo isso, fica transparente a hegemonia econômica do latifúndio no Paraná. Todo trabalho rodava à sua volta, em troca da sobrevivência. Este corresponde o chão em que vem grassar a produção ervateira. Nas grandes fazendas, ofertava-se trabalho e, em troca, subsistia-se. Uma legião móvel e flutuante de homens livres segundo a lei, os camaradas, gravitava manietada, pela condição de possuidores somente de força de trabalho, à classe proprietária. Não poderia haver pagamento em dinheiro, por conseguinte uma economia monetária, enquanto o capital comercial não se desenvolvesse, e perdurasse ainda a produção autosuficiente de subsistência, desapegada de estimulante mercado comprador. Dinheiro para quê, se era possível produzir o essencial à sobrevivência no interior dos latifúndios e minifúndios, consoante às necessidades locais, sem requerer sequer a utilização de vestígio de tostão de réis?

Afora o tempo de colheita da erva, que durava poucos meses do ano, a atrair romarias de peregrinos ao trabalho de extração, a grande fazenda de criação atendia às necessidades de sustento daquela pobre

gente. Estes autênticos latifúndios chegaram ao ápice de sua potencialidade nos meados do século XIX. Essas propriedades imensas praticavam três afazeres essenciais: a agricultura de subsistência, a criação de gado e a invernada. Constituíram uma forma de produção econômica auto-suficiente, encerrada em si mesma, para produzir tudo o que carecia a mais modesta das vidas, ausente de luxo ou requinte. Mais ainda, as fazendas parananenses de criação agregavam, em torno de si, um artesanato escravo especializado em diversos ofícios imprescindíveis à sua autosuficiência: carpinteiros, sapateiros, alfaiates, roupeiros, cozinheiros, arrieiros, domadores, campeiros (MACHADO, 1963). Como se percebe era um pequeno mundo particular das famílias fazendeiras patriarcais. Não estavam disponíveis massas humanas deserdadas de meios de produção e instrumentos de trabalho - o proletariado - à penetração do capitalismo industrial com o propósito de transformar esta atrasada estrutura social. A mão de obra era artigo raro nas fazendas. Porquanto, a maior parte do trabalho social destas destinava à produção de subsistência, atuante como um estribo ao desenvolvimento da empresa comercial de exportação ervateira.

A economia ervateira exportadora encontrava respaldo para crescer no leito do latifúndio paranaense, voltado à criação extensiva e à autosuficiência. Aqueles que nele gravitavam podiam se dedicar à atividade ervateira, durante a propícia estação. O mate, desde o século XVIII, proporcionava a melhor alternativa para obter renda em dinheiro ou em câmbio de artigos ausentes e de préstimo vital (PEREIRA, p. 46, 1996). O minifúndio, pequena propriedade conhecida como sítio ou arraial, derivada da legitimação da posse, da compra ou desmembramento

sucessivo das heranças do latifúndio, podia aumentar modestamente a riqueza de suas famílias mediante o mesmo procedimento de colher erva em suplemento da subsistência (WACHOWICZ, 1988). O trabalho nos ervais vincularia inclusive a possibilidade de remuneração em dinheiro ao mirar um amplo comércio externo. O papel-moeda aí ocuparia um papel proeminente e indispensável para poder comprar o produto em grande quantidade. Os camaradas, peregrinos numa fazenda hoje aqui amanhã acolá, ou agregados dentro da própria fazenda, asseclados por sua família, precipitavam ao fácil trabalho da colheita de erva-mate, durante determinada época do ano. Em troca de uma remuneração sempre certa em dinheiro ou espécie, pelejavam nos ervais, em recôndita luta para desvencilhar-se dos grilhões que os atavam à pobreza, subordinados aos senhores fazendeiros (BALHANA e WESTPHALEN, 1969).

1.4 O EMBRIÃO ERVATEIRO

Em 1783 , uma narrativa histórica de Manuel Cardoso de Abreu bem testemunhava que os moradores da bucólica Vila de Curitiba se entretinham em dois misteres para garantir a subsistência. No primeiro, a maior parte das famílias vivia da mão para a boca, circunscritas à prática produtiva do cultivo de subsistência. No segundo, tratava de colher o mate que corria aos portos de Paranaguá e Antonina para, em troca, obter os víveres que lhes faltavam: algodão, sal e farinha. A apatia e a miséria

cercavam a imobilidade de suas vidas, pacata herança de seus avós (PADIS, 1981). Conformava uma vida econômica sumamente precária de minguada produção de subsistência. O mate trouxe uma possibilidade maior à vila de Curitiba de escapar da miséria e pobreza em que se via atavicamente envolvida. Propiciou-lhe dinamismo e maior sustentação econômica. Dantes seus habitantes não tinham sequer recurso com que comprar sal para temperar o que comiam (WACHOWICZ, 1988). Por isso, o comércio de mate com o mercado platino foi grandemente incentivado já no século XVIII. E pelo ínvios carreiros de Serra abaixo, a congonha e outros poucos produtos desceram nessa primeva fase, inclusive a pé, carregados às costas pelas pessoas do povo, que nisso faziam fonte mister de seu sustento e ocupação (LINHARES, 1969).

Enquanto perdurasse esta situação de economia de subsistência, o trabalho concretizado ficaria limitado ao autoconsumo humano. Produziria essencialmente valores de uso, devorados pela premência do viver cotidiano, e casualmente valores de troca, atribuídos à venda no circuito do mercado. Não poderia ascender ao modo de produção capitalista, o qual somente se imiscui no conjunto da sociedade paranaense quando esta consegue realizar trabalho social excedente, agregado às mercadorias. Produzido socialmente para possibilitar o processo de acumulação. Gerar um valor mais alto, ao aprontar as mercadorias no final, do que os valores que concorreram para produzi-las no começo do processo de produção. A meta na produção capitalista fita

produzir artigos para a venda, com serventia para os consumidores que as necessitam. Importa ao produtor produzir valores de troca, portanto com significado monetário - a erva-mate - por causa da exigência de um pulsante mercado consumidor. Produzir valor de uso para os consumidores, sim, mas, alto lá, imbuído de valor de troca, manifesto e traduzido em dinheiro, para seus produtores. Assim sucede o comportamento do pré-capitalismo no Paraná. A mineração aurífera desagregada e o acanhado tropeirismo desembocaram numa modorrenta sociedade. Para escapulir de tal situação esta teria de integrar-se a um circuito mercantil mais dinâmico, uma inexorabilidade do desdobramento histórico do desenvolvimento do capitalismo mundial.

Nessa última vintena do século XVIII, a população paranaense se distribuía muito parcimoniosamente pelo litoral, campos de Curitiba e Campos Gerais. O restante era inóspito sertão bravo. Os grandes proprietários de terras dominavam o cenário econômico e político. Conviviam em reciprocidade de auxílio o latifúndio de criação de gado com o minifúndio de subsistência - os sítios - , muitas vezes, dentro das próprias fazendas , com uma prática agrícola rudimentar (WACHOWICZ, 1988) . No interior dessas fazendas sucedia a extração de erva-mate pelas famílias caboclas, consentida pelos seus donos , interessados em

amansar o chão indômito com o trabalho social de seus agregados. O corte dos ervais era antecedido pela limpeza da mata . Cortar os cipós, arrancar as barbas de pau, os pequenos arbustos, fazer clareiras, abrir carreiros para transporte, encontrar um local para erguer o rancho, cortar madeira para erguer o barbaquá ou o carijo, providenciar transporte mais rápido e seguro. Enfim, constituía todo um trabalho prévio de preparação das manchas dos ervais “em ser”, que servia para amansar e imprimir características mais humanas às terras incultas. Todo esse trabalho aquinhoava um pouco mais de valor à propriedade. Mesmo que ocorresse em propriedade alheia, não o coíbiam. Também nada cobravam por ele, visto o benefício que podia acarretar. Os ervais eram nativos e imensos. Tratá-lo era amansar a mata, conferir-lhe um pouco mais de valor.

Já desta época se comerciava o mate com Montevideo e Buenos Aires , totalizando um frágil comércio exterior. As exportações paranaenses de mate eram demasiado apequenadas para vencer o Paraguai, então o maior e quase exclusivo fornecedor do produto aqueles dois países (PADIS, 1981). Vencê-lo era triunfar. Mais ou menos em 1786, as exportações paraguaias arrematavam cerca de 1.200.000 quilos de mate (LESSA, 1986). No Paraná, com certeza pelo tão pouco que se vendia para o exterior, nem anotações mereceram constar em alfarrábios.

A benfazeja oportunidade de mudança despontou por um distante fato, em 1813 . O governante paraguaio , Francia, proibiu as exportações de mate. Pretendia monopolizar a exportação da mercadoria para voltar-se ao abastecimento do mercado interno, ilhando-se do resto do mundo. Argentina e Uruguai quedavam assim privados de seu principal fornecedor. Doravante, ingressava, acicatado por circunstâncias alheias, outro contendor na arena , o mate paranaense, a fim de arrebatá-la a outrora indisputada posição ao vizinho rival.

Este fato viria impulsionar como nunca as exportações do mate paranaense, bem como aperfeiçoar sua técnica de produção para satisfazer o paladar platino. Multiplicaria a escala do empreendimento. Estimularia o ascenso de preços, diante de milhares de consumidores que reputavam o mate como impreterível alimento, suavizador da excessiva alimentação carnívora e corretivo da água salobra (BACILLA, 1942). Homens diligentes e empreendedores, descendentes das já nobiliárquicas famílias portuguesas, de olho gordo no negócio ervateiro, prontos a se abonarem ainda mais suas posses, formariam a primeira burguesia pré-capitalista local, tosca e de feição cabocla. Seriam eles os proprietários dos meios de produção, os engenhos de moer erva, a comandar primeiramente o trabalho escravo nos primórdios dos engenhos de soque, logo substituídos pelo assalariamento da mão de obra nos engenhos hidráulicos e, por último, a vapor.

Assim é o intróito desta sucinta história . Ela guarda uma finalidade. Mostra a situação em que as forças sociais abrigadas debaixo destes pinheirais concorreram para a formação introdutória de um modo capitalista de produção. Tais condições concretas abrem as veredas à

mercantilização da força de trabalho, cuja finalidade está em produzir sobre-trabalho, fator fundamental à gestação de um capitalismo prévio. O capital vai se desenvolvendo e subjuga o processo de trabalho. Não o aniquila. Antes, pelo contrário, provoca seu aperfeiçoamento e desenvolvimento.

Aqui, no Paraná bem como a regra geral no Brasil, não houve a urgência de promover uma guerra santa para separar os trabalhadores de suas condições de trabalho, ou os camponeses de sua pequena propriedade, exemplo clássico da Inglaterra do século XVIII. Não! Eles já nasceram expropriados. Dominava o latifúndio sesmeiro pertencente às nobres famílias portuguesas. Nele viviam, de favor, as famílias agregadas, na órbita dos senhores proprietários (PEREIRA, 1956). Isso também não impedia casualmente que uma ou outra família possuísse algum quinhãozinho de terra. Portanto, o percurso espoliativo de nosso capitalismo nasceu largamente aplainado. Um secular ditado popular brasileiro bem ilustrava a subserviência das massas exploradas à classe dominante “ manda quem pode, obedece quem tem juízo “. Tal dito, nada mais do que a percepção popular de seu modo de vida, para denunciar as relações de propriedade e, portanto, de quem mandava e de quem devia obediência. Nossa colonização não ocorreu de forma autônoma, porém subserviente e atrelada à grande propriedade.

A próxima etapa seria desenvolver a forma mercadoria para que pudesse subordinar a sociedade paranaense no decorrer do século XIX. No século anterior, em germe, pré-existiam os indícios da forma

mercadoria. Consubstanciava-se na erva-mate, deveras em ténue estado latente, à espera do momento histórico oportuno à sua manifestação cada vez mais transparente. O capitalismo começa a despontar, em embrião, enquanto modo de vida dominante, aqui e em qualquer parte do planeta, à medida que essa forma mercadoria consegue tomar conta de tudo - as mercadorias propriamente ditas - e de todos - a força de trabalho - para produzir, em conúbio, artigos destinados à venda. Realiza de início trabalho excedente gratuito absoluto, no prolongamento e intensificação da jornada de trabalho, que faz resultar, na prática cotidiana, o que o capitalista denomina lucro. Trabalho excedente não pago, traduzido em expressão monetária (MARX, 1985, p.155).

A produção social ervateira para exportação atua como ponto de partida à conseqüente evolução do capitalismo no Paraná. Nestes entrementes, essa atividade assumia uma dinâmica mais típica de pré-capitalismo , cada vez mais permeada pela formação de sobre-trabalho social. As categorias sócio-econômicas típicas de um capital industrial nem se mostravam em processo de desenvolvimento social. Os caboclos , trabalhadores nos ervais, não constituíam um proletariado. O capital comercial teria ainda de se apossar da produção ervateira para poder desenvolvê-la. Poder-se-ia designar uma etapa transitória, um interlúdio, evoluindo para outra superior.

CAPÍTULO 2

O CONTEXTO INTERNACIONAL DA EXSURGÊNCIA ERVATEIRA

2.1 A HERANÇA COLONIAL E O CAPITALISMO INDUSTRIAL INGLÊS

O Paraná foi signatário de duas heranças indesvencilháveis do século XVIII. A primeira, do sistema colonial latino-americano, ao qual estava visceralmente atado. A segunda, legada pelo capitalismo industrial inglês, na ocasião em que a Inglaterra se tornava a “*fábrica do mundo*”, berço deste modo de produção, vendendo seus produtos industriais para todo o globo terrestre. O desenvolvimento dessa dicotomia histórica terminava por engendrar uma divisão internacional do trabalho (AQUINO et al, 1981) , cujo efeito mediato ou imediato, resultava em ser capaz de “condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra “(FURTADO, 1986, pag, 141). Uma dessas regiões seriam as matas silvestres de erveiras, espraiadas pelo Paraná, cuja economia, apanhada em seu frágil engatinhar, sem outra opção factível, teria de se engolfar sem apelação a este duplo contexto.

Estas condições objetivas históricas , estabelecidas pelo dinamismo do capitalismo mundial, esculpiram os traços característicos da economia paranaense. Sua orientação econômica concorreria, de maneira cristalina, à produção social de valores de troca para suprimento de certo mercado externo e, assim, sustentaria o existir de uma atividade social produtiva, baseada na extração, transporte, beneficiamento e exportação do mate. A rápida evolução progressiva da categoria valor de troca vai implicar na expansão de todo um modo de produção capitalista que há de se construir numa série de etapas no Paraná, mediante geração e

apropriação individual do trabalho excedente social numa sociedade em processo aberto de mercantilização. Designa a semente criadora da burguesia citadina paranaense com seu consoante modo de produção. Para explicitá-lo, dentro de um propósito iminentemente prático, que é compreender determinada sociedade em transformação, a mercadoria erva-mate aparece para encerrar a multiplicidade de contradições que impulsionam o desenvolvimento da sociedade paranaense no sentido do capitalismo, espelhada na mercadoria erva mate:

“ Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. “ (MARX, 1974. p,135)

Dessa herança latina, ainda no século XVIII, o Paraná ligava-se ao Brasil, como território de pastoreio ao caminho das tropas que corriam para Sorocaba e, de lá, para as Minas Gerais, onde se garimpava o ouro com sofreguidão. O mesmo ouro que do Planalto Central organizava,

no Sul, a atividade suporte crucial de criação de gado. Muitos tropeiros paranaenses fizeram a vida, angariando fortuna, pela dedicação ao comércio de gado muar. O Brasil, de ouros e diamantes até 1760, e os demais países da América Latina constituíam uma empresa continental, soerguida para abastecer o mercado europeu com mercadorias tropicais e metais preciosos (CARDOSO et al, 1988). Vigorava nesse período colonial o mercantilismo, valorizador do Estado como instrumento de monopolização dos mercados coloniais, típica fase imperial do capitalismo mercantil. As mercadorias da colônia faziam a riqueza da metrópole. Ou seja, estimulava-se o comércio de mercadorias entre colônia e metrópole. E a circulação das mercadorias entre a América Latina e a Europa já sucedia consoante o circuito mercantil simples do capital: $D - M - D'$.

Após 1760, definha o ouro nas Minas Gerais com seus efeitos deletérios sobre o tropeirismo, que começa a perder a preeminência inicial. Desata a decadência do comércio de muares, associada à interrupção abrupta do comércio ervateiro paraguaio, em 1813, com os países platinos. A confluência desses dois movimentos sociais, catalizou a intercalação do Paraná na trilha exportadora do mate, vinculado principalmente à Argentina e Uruguai, os quais, no século XIX, viviam entre si, rivalizadamente, do comércio agropecuário para abastecer a Europa. O tropeirismo consegue ainda manter sua atividade, agora mais agarrado ao volumoso transporte ervateiro até o porto de exportação. O desenvolvimento da economia paranaense estaria dessa forma enrodilhado

ao mercado externo subsidiário dos países coloniais vizinhos.

2.2 A INSERÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE

Assim espremido, entre uma herança latina colonial, nutrida pela cobiça do rápido enriquecimento comercial das nobres famílias aqui instaladas, e a Inglaterra, em plena exuberância do capitalismo fabril, o Paraná foi deparar uma sombra menos frondosa, acanhada, subalterna, dentro da própria América Latina, onde pudesse resguardar e introduzir sua economia extrativa e fazê-la desenvolver num contexto regional sul-americano. Modelaria uma forma de inserção local menor, embora possível, de acumulação prévia, na esteira do mercado mundial e das grandes potências européias. A solução histórica compatível foi vender mate para Argentina, Uruguai e Chile, nações atreladas à compra de manufaturados ingleses e do restante da Europa em franca industrialização.

A 5ª Comarca de São Paulo herdava, aliás como o Brasil inteiro e demais países latino-americanos, um espólio sócio-econômico de subordinação pelo qual concretizou o seu povoamento. Estribava sua produção em laços de dependência externa, montada e esporeada pelos primos ricos das fronteiras do Rio da Prata e da Cordilheira dos Andes.

O caso latino - americano da subfilial paranaense insurgiu por uma trajetória de dependência, ao avesso do modelo norte-americano autodeterminado. Desde o princípio, a colonização portuguesa ocorreu como uma continuidade da empresa exploratória para o enriquecimento da metrópole e glória de El-Rei. Seu lema reverberava: enriquecer para voltar. De preferência, no que diz respeito ao colonizador português, desfeito ao trabalho duro (FAORO, 1984). Aqui se vendiam os produtos

manufaturados metropolitanos. Aqui se sangrava o país com impostos, como maneira de se apossar de sobre-trabalho social. Aqui triunfava o mercantilismo. Enriquecer determinadas camadas da população, as quais abarrotavam os cofres da metrópole.

Justamente, a continuidade histórica deste modelo, pelo século XIX e XX, trará à América Latina a fisionomia de seu capitalismo, de início, em órbita da matriz londrina. Nosso Paraná vai se ligar **subliminarmente** ao capitalismo mundial, capitaneado pela Inglaterra, ao prender-se à Argentina e Uruguai. Sedimentava seu capitalismo prévio caboclo, canhestro, de palheiro nos beiços, chapéu de palha à cabeça, acorrentado igualmente a outro capitalismo prévio na geografia latino-americana, mera filial platina da acumulação do capitalismo industrial inglês. Todavia participa, como engrenagem secundária menor, acoplada indiretamente, ao modo de produção dominante capitalista, sediado na elegância da “city” de Londres.

O modo de produção capitalista faz-se distinto dos outros modos que o precederam na história pelo fato da *“mercantilização generalizada que se inocula no âmago do processo produtivo”* (PRADO, 1966, pg. 49). Não somente os meios de produção existem como forma concreta de mercadoria. A própria força de trabalho acaba comprada e vendida no sistema de trocas. Tudo são mercadorias, nisso a finalidade do modo de produção capitalista. A mercantilização introduz, como processo histórico que é, o modo capitalista em qualquer parte do globo onde se instale.

A razão de ser do capitalismo universal, que forjou sua existência na Europa a partir do feudalismo, reside na multiplicação

incessante do valor, gerida pelo patrão capitalista. A produção de valor é o “ senhor de um processo que aumenta sempre de grandeza ” (MARX, 1984, pág. 131), decorrente da alternância intermitente em suas formas ora dinheiro, ora mercadoria. O elemento social realizador desse processo de autovalorização é a mais-valia, o trabalho excedente não pago. Esta autovalorização se materializa através de uma forma autônoma ideal e universal, onde tudo e todos podem se aquilatar em dinheiro. A produção social de valor acaba por eleger o dinheiro sua forma ideal, a perfeita encarnação do capital, de movimento, o qual deve retornar sempre acrescido ao ponto de partida. A forma mercadoria significa somente um instrumento transitório e fortuito ao seu crescendo infatigável. A forma dinheiro, sim, tipifica o símbolo ideal do movimento do capital. No Paraná, essa mercadoria foi a erva-mate.

Eis a fórmula geral do capital que expressa o seu crescimento dentro da esfera da circulação: $D - M - D' \mid D' > D$

A produção social ervateira será comandada por este movimento cíclico do capital, sempre em contínuo regresso ao mesmo ponto de partida. O capitalista ervateiro, dono de engenho ou de casa comercial exportadora, quer encher seu bolso de dinheiro, acossado por incessante desejo de ganho. O dinheiro retorna ao seu bolso aumentado pelo sobretrabalho, cuja realização sucedia na esfera da circulação, na hora que conseguia vender seu produto aos importadores atacadistas platinos. Nestes ermos do Paraná, a produção ervateira constitui a forma de

manifestação autêntica, a razão de ser, de nosso capitalismo engatinhante, transfigurado na mercadoria erva-mate, que de longa data se alcunhou: o ouro-verde dos pinheirais.

CAPÍTULO 3

A ASCENSÃO (1820 - 1864)

3.1. A PRODUÇÃO ERVATEIRA E SUA VINCULAÇÃO COM O MERCADO EXTERNO

O ano de 1820 pode ser considerado como marco de instalação da manufatura ervateira no Paraná, com a finalidade precípua de exportação. Este ano marca a chegada, em Paranaguá, de Francisco Alzagaray, comerciante de mate da região platina com o objetivo de organizar a produção ervateira para o exterior (ARANHA, 1967). Este comerciante imigrante introduziu as técnicas que aboliram o feitiço primitivo e depredador de extração ervateira, mutilador da planta, quando então não se observava qualquer limitação à época de safra. O caboclo grotesco derriçava a árvore, depredava-a, impossibilitando seu posterior e contínuo brotamento. Adulterava o produto com outras folhas. Impregnava-o com fumaça na hora da secagem. Alzagaray trouxe consigo também outras inovações e técnicas na feitura ervateira.

O fato era que a região platina deixara de contar com o fornecimento do mate paraguaio desde 1813, quando o Paraguai voltara inteiramente sua produção ao consumo interno, por ordem do ditador Francia. Como já sabiam do mate paranaense, em razão de ténue comércio praticado desde o século passado, o recurso valia socorrer-se com esta produção. Por isso, comerciantes ervateiros do Rio da Prata se interessaram pelo Paraná. Esporearam o primeiro surto do mate paranaense, produzido para ser vendido ao Uruguai, Argentina e Chile. Alzagaray se incumbiu da tarefa de conferir ao produto o aspecto e modo

de preferência ao gosto platino (ARANHA, 1967)

O Paraná obedecia a uma empresa colonial , onde a exploração ervateira aí defrontava sua forma de atuação e possibilidade de expansão . Participou de um sistema igualmente devotado à produção de riquezas de exportação, cujo fulcro é a terra, protetorado do soberano português. Prevalencia a idéia da riqueza mercantilista, como remédio à pobreza e ao isolamento da população paranaense, conforme observara o ouvidor Rafael Pires Pardiniho, nos antanhos de 1720-21. Ele previu no comércio ervateiro, a saída da economia de auto-subsistência e escambo, onde inexistia o que tributar para a metrópole. Nesse sentido, onde a intervenção do Estado concorria para o enriquecimento de Portugal, promoveu-se o comércio interregional como fator à integridade colonial, e para fartar com ouro a Coroa Portuguesa. O território que não pudesse se ingerir nestes propósitos, condenava-se à letargia pela falta de dinamismo, ou à destruição, caso buscasse o caminho da independência e autonomia, dado que é proibido a rebelião, anatemizada energeticamente.

Pelo fato de ainda não possuir uma fisionomia econômica peculiar, dele, ainda no século XVIII, o Paraná permanecia a 5ª Comarca de São Paulo. Em última instância, reduzia-se a mero território de passagem para descanso das tropas, originárias das estâncias da Província de São Pedro do Rio Grande. A mineração aurífera fora brisa ilusória, exploração apoucada restrita ao Litoral e Planalto Curitibano, que muito aceleradamente desmilinguiu-se. Somente um comércio de maior vulto, praticado nestas cercanias, arrancaria da penúria e miséria, as populações vicejantes aqui neste Planalto. A congonha já despontava como o único produto de escambo. Permutavam-na, em Paranaguá, por sal, algodão e

farinha. Permitia, ao menos, que os habitantes curitibanos andassem vestidos. O cultivo de subsistência de feijão ou milho, não daria a possibilidade de troca por outros produtos. Teria de ser algo produzido em abundância para permitir um comércio compensador suficiente para requisitar técnicas mais eficientes de elevação da produção.

Nesta situação, a importância do argentino Alzagaray, introdutor de novos processos de beneficiamento e novos métodos de comércio, inclusive com marca estampada. Monta o primeiro moinho em Paranaguá, um engenho de socar erva em pilão, tangido pelo braço escravo. Apresenta a forma de ensurroamento em pelotas ou surrões de couro. Recomenda melhores critérios de poda na extração das erveiras para tornarem-nas perduráveis. Ensina uma forma de secagem mais limpa. Pouco mais tarde, colhem-se os primeiros frutos destas prédicas. Em 1826, o mate vem representar 69,81% da exportação geral, no valor de 99:956\$256 (noventa e nove milhões, novecentos e cinquenta e seis mil e duzentos e cinquenta e seis contos de réis). Saído por Paranaguá, sem contar os embarques por Antonina, tomava o rumo de Montevideo, a maior praça compradora. Em 1835, somente na localidade litorânea de Porto de Cima, a primeira capital do mate, enumeram-se 20 fábricas de soque (LINHARES, 1969).

Além disso, o mate vai congrega em torno de si uma legião de pessoas, distribuídas em diversas tarefas simples. Anunciava-se uma clara divisão social do trabalho nesta primeira fase ascensional: os comerciantes intermediários, compradores da matéria-prima vinda do Planalto e vendedores aos pequenos proprietários dos pequenos engenhos; os tropeiros, transportadores da erva bruta aos engenhos e portos de

embarque, Antonina e Paranaguá; os curtidores, preparadores do couro; os comerciantes de couro; cesteiros; fornecedores de surrões; os trabalhadores na colheita dos ervais, os mineiros; malhadores, que quebravam a erva a cacete; atendentes; ensurroadores, carpinteiros, barriqueiros, carregadores, carroceiros...

3.2 A EVOLUÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO

O processo produtivo ervateiro padeceu uma evolução histórica muito inensa em sua técnica de preparo, instrumentos de manuseio no trabalho e equipamentos utilizados em sua preparação. Ele se modifica basicamente em sua forma técnica, no tempo e espaço (ROSENTAL e IUDIN,) , embora permaneça na prática quase sem alterações no conteúdo do processo, conforme revelado primitivamente pelos indígenas. Em sua origem, a essência íntima deste labor ciclópico era composta de cinco etapas distintas, que atuaram durante o período secular em que o mate reinou como principal mercadoria paranaense:

- 1ª- colheita;
- 2ª- sapeco;
- 3ª- secagem;
- 4ª- malhação.
- 5ª- pulverização

A primeira etapa era a coleta do produto no interior das matas, cortando os galhos das erveiras para separá-los em longos ramos. A

segunda resumia em desidratar de súbito as folhas por intermédio de fogo intenso, sem tisaná-las, passando os ramos sobre uma fogueira. A terceira objetivava secar definitivamente as folhas em intenso fogo controlado e consecutivo durante horas a fio. A quarta era triturar as folhas, já quebradiças, em pequenos fragmentos num processo feito a bordoadas. A última constituía o soque da erva triturada, praticado em pilão com o uso da força humana.

Assim se mostrava a intimidade dessa ocupação, praticada espontaneamente pelos indígenas consoante a natureza comunal de sua sociedade, embora, entre eles, expressassem também algumas diferenças técnicas na forma de aprestar o mate.

Em 1820, nas andanças pelo Brasil, o sábio francês Auguste de Saint-Hilaire, documentou essa dissimilitude técnica na maneira indígena, desatenta, desapegada de fazer erva-mate, nas vizinhanças de Curitiba. Não se notava a época de coleta, influente no gosto do mate e na viçosidade futura da árvore. O fogo era extremamente quente, alimentado com nós de pinho, podendo tostar as folhas, na etapa de sapeco. A secagem definitiva era realizada no interior de carijo - uma tremepe redonda de madeira, enfileirada por sarrafos dispostos circularmente e em posição vertical, cravados nas bordas, à distancia de um metro do solo - debaixo do qual acendia-se fogo intenso, impregnando muitas vezes o produto de fumaça. Esta técnica atribuíria-se aos caingangues, índios habitantes do planalto curitibano. Senão com quem teria o homem branco do planalto aprendido a fazer o mate?(LINHARES, 1969)

Tais tratativas espontâneas vão desaparecer à medida em que a produção se direciona ao mercado externo, organizada pelo capital

comercial platino, personificado em seus princípios por Francisco Alzagaray. Este introduziu o método paraguaio, que era o apreciado ao mesmo tempo nos mercados consumidores de Montevideo e Buenos Aires. Habilitou assim a maior preço o mate paranaense acarretando sua difusão entre os produtores curitibanos, que passavam a adotar as novas técnicas, todavia, conservando as mesmas etapas fundamentais do trabalho ensinado pelos indígenas.

O próprio capital comercial platino iniciava sua visita, de imediato aperfeiçoando o trejeito abugrado, grassante na produção ervateira. Foi o naturalista Saint-Hilaire que denotou esta diferença técnica ao observá-la na Fazenda Borda do Campo, arrabalde de Curitiba, contígua à Serra do Mar. Agora com as mudanças, dever-se-ia observar a época da colheita, de março a outubro. Cortavam-se os ramos da árvore sem destruí-la. Acendia-se uma longa fogueira estreita com troncos de 8 a 10 metros, onde os trabalhadores se colocavam lado a lado para sapear levemente os ramos seguros pelas extremidades.

A secagem definitiva era realizada numa instalação inteiramente de madeira, o barbaquá, onde as folhas não sofriam fogo direto. Constituía um processo de secagem pela passagem intermitente de ar quente. Tal processo se dava ao seguinte modo: fincavam-se dois troncos altos bifurcados, um de frente para o outro, à distância aproximada de dois metros; entre as duas forquilhas, pousava-se um galho flexível o qual sustentava outros cinco dispostos transversalmente; depois, cruzavam-se sobre os cinco, outros galhos equidistantes entre si

de um polegar, tal e qual afigurasse uma grelha; tanto o galho mestre, quanto a grelha ficavam abaulados, com formato de forno côncavo, o que eliminava os pequenos espaços; ao interior desse concavidade, depositava-se a erva sapecada; o chão do barbaquá era todo batido e o fogo com lenha verde aceso em seu centro , enquanto a fumaça escapava pelos lados; o produto ficava seco, limpo e isento de fumaça (LINHARES, 1969).

Por fim , pegavam - se os ramos enfolhados e , à custa de bordoadas, quebravam-nos miudamente até reduzi-los a pó e pauzinhos. Estava pronto. Agora restava acondicionar a erva em cestos de taquara, com tampa de capim seco para o transporte até o moinho de beneficiamento, onde seria pulverizada.

3.3 NO RASTRO DO CAPITAL COMERCIAL PLATINO

A mercadoria erva-mate estava concluída e pronta para o consumo, regorgitante de necessidade social para seus consumidores - valor de uso - e por ser resultado histórico de uma divisão social do trabalho. Transbordava valor de troca para seus produtores. Era necessário aliená-la, por conseguinte vendê-la, para realizar seu valor. Assim estava completo o metabolismo social no intercâmbio da circulação simples de mercadorias: **M - D - M** , anunciante das primeiras etapas do capitalismo ao mercantilizar o produto do trabalho humano.

Havia então um processo histórico em curso de produção social de valores de troca , que avançava a passos largos para tornar-se dominante e contaminar a sociedade paranaense: a produção capitalista ervateira. Porém, aí pairava uma questão crucial acerca de quem iria

comprá-la dado que seus consumidores moravam na longínqua região do Prata. Teriam de ser aquisições em atacado para abarcar toda a produção. Alguém deveria imiscuir-se no bojo desse tecido social para empreender exclusivamente tal tarefa, consoante certa divisão social do trabalho, de comprar dos produtores para posteriormente revender aos consumidores do produto. Alguém teria de intermediar este procedimento, mormente para ultimar as providências requisitadas à compra e venda. E à medida que a referida produção aumentasse, este ser social específico deveria cada vez mais se embeber na especificidade desse trabalho. Era o capital comercial, oriundo do mercado consumidor platino, posto que os barões do mate nunca tiveram o capital monetário para produzir (BACILLA, 1940). E essa pobreza de dinheiro no financiamento da produção será decisiva para determinar quem comanda o negócio ervateiro.

Estes financiadores somente viriam de fora . Nesse sentido, é bastante significativo o fato de que a ascensão do mate coincide com o período em que o Brasil não teve bancos (PINHEIRO, 1996) . Em 1829, o Banco do Brasil foi fechado, permanecendo assim até 1838, tempo em que o país não conheceu nenhuma instituição bancária. Daí reabriu-se a instituição, reiniciando a atividade bancária brasileira, com o propósito de prover as carências de crédito dos proprietários escravistas e grandes comerciantes agarrados à produção cafeeira. Isto porque o café singrava os mares com destino às mesas européias, mercado rico e vasto de consumo, fazendo a grande riqueza do Brasil Imperial.

Não havia nacionalmente quem financiasse a compra da produção ervateira voltada à exportação! A própria economia do tropeirismo,

símbolo do potentado rural paranaense, que concentrou riqueza em algumas mãos eminentes, galgou até pelo menos 1850 seus gloriosos anos, quase sem notícias de transferir capital à economia ervateira. E inclusive alguns tropeiros, os alcunhados de “tiro longo”, enriqueciam ainda mais emprestando a terceiros seus cabedais (CARNEIRO, 1962). O fato é que não realizaram inversões no negócio de exportação atacadista de erva-mate, com o propósito de formar um banco capaz de garantir a compra antecipada da produção voltada para o exterior. Com certeza, talvez pelo motivo de não saberem a predileção platina, muito menos dominarem a técnica de aperfeiçoamento e comércio do produto e, principalmente, não possuírem um montante de capital-dinheiro suficiente para o financiamento de uma vasta produção. Somente com o financiamento local a realização dos lucros estaria assegurada internamente. Faltava o conhecimento técnico-científico para aprimoramento da colheita e beneficiamento do mate , o qual somente chegou com os grandes comerciantes platinos. Quem assumiria as condições para conseguir financiar uma produção em grande escala, endereçada a um submercado do capitalismo mundial, substanciada num produto típico e circunscrito a determinada região sul-americana ? Tais requisitos foram apenas preenchidos por um certo capital comercial, forasteiro, dos pampas da região platina. Lá onde centos de milhares bebiam seu chimarrão de noite e de dia, perene chaleira com água fervente no fogo sempre aceso...

Ao Prata carecia esse valor de uso. Ao Paraná interessava a produção social desse valor de troca. Em realidade, os nossos barões do mate nunca tiveram o capital-dinheiro suficiente para antecipar a compra de suas exportações. Ficaram presos nas garras dos intermediários argentinos. Estes é que mandaram os paranaenses socar erva.

O financiamento ervateiro acabou conduzido pelo capital comercial, segmento hegemônico da atividade ervateira. Este se converteu no cerne do processo de acumulação, alimentado por uma atividade produtiva que ia da colheita nos ervais até o beneficiamento final nos engenhos. O capital comercial é que se incumbiria no andar da carruagem da história de assentar os alicerces à expansão do capital industrial .

Em concreto , a burguesia rural inclusive rivalizava com a burguesia ervateira. O poder político permaneceu nas mãos dos senhores rurais pelo menos quase até o final do século passado. Os donos de engenho tiveram de partilhar esse poder com os grandes fazendeiros, mesmo ao princípio da República. Aos proprietários rurais dos Campos Gerais, deve-se o sistema fiscal que vigiu sobre a economia ervateira, até seu ocaso econômico, na década de 20 do século XX (PEREIRA, 1996).

Dado a lacuna do financiamento que não encontrava nacionalmente como se preencher satisfatoriamente, Francisco Alzagaray vem aportar em 1820, em Paranaguá. Traz de fora, sem consciência do fato, a resposta adequada. Assim como Manuel Miró, que desembarca um ano depois, instalando-se em Morretes. Ambos encarnam o mesmo escopo de atender às condições sociais e históricas do Paraná. Nossos heróis burgueses trouxeram no bolso do colete a receita, ditada pela predileção argentina e

paraguaia de uso corrente do chimarrão. Aviavam a mescla satisfatória de paus, talinhos, folhas e pó conforme exigência dos importadores platinos. Traduziam as marcas preferidas nos mercados uruguaio, argentino e chileno (BACILLA, 1940).

Os dois fundaram a indústria de soque no litoral paranaense. A receita era alheia na medida em que os importadores portenhos foram os “ *únicos distribuidores do produto e proprietários das marcas lançadas no consumo* “ (BACILLA, 1940, pg. 16). De suas burras proveio o dinheiro para inaugurar e tocar a dita “ indústria “ ervateira.

Dada a partida ao negócio, algumas famílias nativas portuguesas ergueram seus engenhos, cordatos com o mesmo esquema. Remanesciam, desde a legalização do comércio ervateiro em 1722, de pequenos grupos de comerciantes que passaram a dominar o fazer produtivo. Ergueram engenhos de soque a pilão, fáceis de construir, isentos de concentração de capital. Depois, aprenderam a viajar a Montevideo ou Buenos Aires⁷ . Tratavam com os distribuidores de mate. Contatavam pessoalmente com os lançadores de novas marcas. Embornavam o dinheiro para inverter no Paraná e fornecer mate beneficiado ao Uruguai, Argentina e Chile. Foram os barões, os comendadores, os mandatários políticos da Província e depois Estado, nomes de ruas e logradouros públicos. Em realidade, a verdade verdadeira, a aristocracia ervateira gerenciaram em favor dos negociantes argentinos tal e qual nos bastidores de uma tragicomédia.

Nessa trilha, marchou a caboclada, a autêntica força de trabalho,

⁷ Vide também entrevista com FRANCISCO BRITO DE LACERDA

cujo contrato se acordava por simples trato verbal. Lá iam eles, levando às costas sua trouxa de víveres, as mulheres com lenço amarrado ao pescoço a puxar de arrasto as crianças. Destemidos, enfurnavam-se na selva bruta para conseguir algum pagamento em dinheiro, e assim desaparecer devagarito pelos caminhos nos rigorosos meses do inverno. Primeiro, erguiam o rancho aproveitando o que a mata oferecia. Depois, tocavam a limpar o erval para fazê-lo produtivo. E, para o local da secagem definitiva do mate, fosse em cariço ou barbaquá, riscavam picadas, abertas a foice e facão, qual fios de teias de aranha a convergir para seu centro (LINHARES, 1969).

Despertaram a concorrência desbragada entre as centenas de produtores . Os pequenos acampamentos viraram povoados, os povoados vilas, as vilas cidades. E, no lombo dos burros, em enormes tropas, despachavam o produto de seu trabalho esfalfante, apesar de simples e fácil. Silentes e pacienciosas, as alimárias carregadas atravessavam as matas, descendo para o litoral. Dias e dias. Às vezes, meses. De Guarapuava, Imbituva, Canoinhas, Palmas, Triunfo (BACILLA, 1940) corriam até a capital do mate, Porto de Cima, vivenda dos proprietários de engenhos de soque. Ali, todo esse suor titânico de sacrifícios volvia às miseráveis choupanas de chão batido. Como num passe de mágica, aquele produto de pletórico trabalho se transformava em um pouco de sal, açúcar preto, farinha, riscadinhos de chita, que subiam a Serra do Mar no lombo das mesmas perseverantes alimárias. Mal e mal para manter vivos os

trabalhadores ervateiros. Mal cobrindo o preço de sua força de trabalho, estritamente de subsistência.

3.4 A LÓGICA E A HEGEMONIA DO CAPITAL COMERCIAL

Francisco Alzagaray e Manuel Miró desempenharam o papel pioneiro de representantes do capital comercial. Organizaram a empreitada ervateira, portanto orientada a partir do capital comercial à venda no mercado externo platino. Arautos desse capital comercial, cuja existência histórica antecede o próprio modo de produção capitalista. De 1820, o argentino Alzagaray centralizou, como único comprador, as exportações da fina flor da produção ervateira, originária do Planalto. Depois é que Manoel Miró abriu-lhe concorrência, onde muitos outros correram a comprar e vender a erva-mate. Paranaguá comprava a produção, revisava o conteúdo, ressecava, se necessário, e remetia a erva padronizada ao exterior (CARNEIRO, 1962).

O capital comercial é o modo de existência livre historicamente mais antigo do capital. Prolifera a partir da existência do comércio em atacado. Onde houver esta possibilidade, ali poderá atuar, vivendo para mediar a circulação de mercadorias, seja na comunidade primitiva, na produção escravista ou na pequena produção camponesa e pequeno-burguesa ou na capitalista. As mercadorias precisam realizar seu processo de circulação para poder executar sua mudança de forma, porquanto necessitam de um ser social para executar esta função, dentro de um

processo histórico, onde a produção social encerra em si um caráter cada vez mais orientado para o valor de troca, e não para produzir diretamente um meio de subsistência (MARX, 1985, p. 245).

O capital comercial platino fomentou a geração de produto excedente na produção social ervateira. Ele se introduziu com esta finalidade precípua personificado pelos castelhanos. Procedia da região da foz do Rio do Prata. Lançou âncora em Antonina e Paranaguá. Em sua essência, assemelha a qualquer outro capital comercial que atuou em outras sociedades em seus respectivos modos de produção. Aqui este colocou em contato duas sociedades distintas por intermédio da comercialização ervateira.

Esses comerciantes pioneiros , Alzagaray e Miró , vieram com o propósito de fazer fortuna. Acumular fortuna monetária, cujo dinheiro serviria como capital, atinente à expressão $D - M - D'$ e, portanto, como forma perfeita e autônoma do valor de troca erva mate. É o princípio e o fim do processo de intercâmbio de mercadorias, a fim de retornar aumentado em seu início. A princípio estes comerciantes se confundiram também com a função de produtores. Tiveram de primeiro produzir o mate pertinente ao gosto platino e, assim, ensinar este processo de feitura na 5ª Comarca de São Paulo. Porém, a marcha do desenvolvimento histórico da divisão social do trabalho trará a figura típica do capital comercial, especializado em tal atividade. Ou seja, a operação de comprar e vender será executada por um pequeno grupo

específico de comerciantes de mercadorias, os capitalistas de comércio argentinos, os quais agem como expressões vivas e autônomas de um investimento especial de capital, traquejado no comércio ervateiro. Eles ficarão definitivamente separados do processo de produção, dedicados exclusivamente ao capital de comércio de mercadorias ou capital comercial. De Buenos Aires, exercerão, invisíveis, o comando da produção, do recinto de seus escritórios. E lá, décadas depois, construirão seus próprios “molinos” .

3.5 O LUCRO DE UM DOS ENGENHOS

O ilustre “obsequiador estrangeiro” Manuel Miró era proprietário de um engenho de socar erva. Dele remanesceu, bem provável, o único e solitário registro contábil histórico, publicado em 1842, ilustrativo do resultado do empreendimento de fazer erva. Através dele, pode ser deduzida a generalização de que toda a produção social ervateira objetivava o lucro. Como não havia na época a preocupação com a escrituração de registros contábeis, este exemplo serve para ilustração hipotética da composição de despesas e ganhos oriundos da atividade produtiva. Tratava-se de engenho construído em Morretes, tocado por quatro mulas para mover os pilões (LINHARES, 1969).

“Por 10.897(01) Alqueires de erva-mate bruta ou cancheada a preços médios de 1\$000 10:897\$000
 10.897 (02) Alqueires produziram 7.784 arrobas de mate beneficiado (\$500/arroba)... 3:892\$000

622 (03) Couros que gastou com esta erva para ensurroar, a preços médios de 5\$050	3:141\$000
(04) Frete de Morretes a Paranaguá das 7.784 arrobas a 50 rs.	389\$200
(05) Direitos e mais despesas de Para- naguá para bordo	778\$400
(06) Aluguel de dois armazéns em 16 meses	240\$000
(07) Despesas ocasionais	\$100

	19:337\$700
(08) Prêmio de seguro na quantia aci- ma - (3% x 19:337\$700)...	580\$100
(09) Idem de 10:000\$000 que se em- prestaram para esta compra nos 16 meses a 1% ao mês	1.600\$000
(10) Comissão de compra de 10.897 alqueires de mate - 5%	544\$800
(11) Comissão do Rio de Janeiro e fretes de dinheiros até Paranaguá	590\$000
(12) Lucro havido nos 16 meses de trabalho	20:302\$800

	Rs 42:955\$000”

FONTE: LINHARES, Temístocles. Obra cit., p. 119 e 120.

Este documento merece uma análise detalhada a fim de perceber informações que se ocultam atrás desta contabilidade. O primeiro número se refere à quantidade de erva cancheada, obtida numa área determinada (10.897 alqueires), ao preço de 1\$000 réis o alqueire. Aqui se englobam as seguintes etapas de trabalho: colheita, sapeco, secagem e malhação. Já se determinam monetariamente as despesas que incluem todo esse dispêndio de estenuante trabalho. São 10:897\$000 (dez milhões e oitocentos e noventa e sete mil réis), incluindo um cálculo do pagamento na forma de salário, fosse em dinheiro ou artigos de subsistência, referente à primeira fase do processo produtivo ervateiro, sucedida no erval.

Na segunda fase do preparo da erva no engenho de soque, os 10.897 alqueires de erva bruta, o insumo do engenho, resultam 7.784 arrobas de mate beneficiado, totalizando 3:892\$000 (três milhões oitocentos e noventa e dois mil réis). Cada arroba beneficiada custa \$500 (quinhentos) réis, ou trinta e três réis o quilo.

Em ambas as fases, esses dispêndios correspondem quase na totalidade a trabalho humano realizado, pois quase todos os materiais de trabalho e construções eram toscos e de madeira da própria região. Aqui se engloba o capital constante (C), por mais rústico que fosse, (carijo, facões de pau, animais de tração, engenho, noques, ranchos e engenho de beneficiamento) mais o titânico labor da força de trabalho nos ervais (V), embora nem sempre proletarizada.

A despesa de envase da mercadoria, referente a 622 surrões de couro ao preço médio de 5\$050 réis cada surrão, num total de: 3.141\$000 réis. O frete de 50 rs (cinquenta réis) a arroba para transporte da mercadoria até Paranaguá, implica num gasto de 7.784 arrobas x 50 rs = 389\$200 réis.

Os demais lançamentos (778\$400 + 240\$000 + \$100) podem ser arrolados como despesas portuárias de embarque, armazenagem e gastos

ocasionais, atingindo 19:337\$700 rs, encerrando os gastos com a produção até o embarque.

O segundo bloco de despesas incluem os custos de comercialização da mercadoria e financiamento da produção. A saber, um prêmio de seguro, em percentual de 3% sobre os 19:337\$700 réis = 580\$100 rs, aos quais devem ser somados juros cobrados sobre o empréstimo de 10.000\$000 rs, levantado para comprar a produção de erva-bruta (cancheada), os 10.897 alqueires de matéria-prima. A dívida exige um encargo financeiro de 1% ao mês, durante 16 meses, totalizando 1.600\$000 rs. É preciso pagar também uma comissão aos agenciadores dessa compra de 10.897 alqueires, em percentual de 5%, o que equivale 544\$800 rs.

Toda a produção foi comercializada pelo valor total de Rs 42:955\$000. O lucro obtido com a venda atingiu 20:302\$800. Aliás, a importância para comprar a erva bruta e, em seguida, beneficiá-la era dinheiro emprestado pelos importadores platinos. Apenas converteram a soma em réis e despacharam-na por via marítima, procedente do Rio de Janeiro, para isso ajustada uma comissão de frete até Paranaguá de 590\$000 rs (LINHARES, 1969).

A produção total foi vendida a RS 42.955\$000. Portanto, cada quilo de mate atingira o preço excepcional de \$368 rs, enquanto, para efeito de comparação, uma década mais tarde, entre 1853 e 1854, o café custava 4\$500 réis a arroba (\$300 réis o quilo) e a erva-mate 1\$850 réis a arroba (\$123 réis o quilo), ou seja, um preço superior a principal mercadoria do Império (MARTINS, 1926). Em realidade, esta produção de mate foi vendida em condições especialíssimas. Com o isolamento do

Paraguai, o mercado platino deixou de ser abastecido. Na falta do produto, os seus preços de comercialização ascenderam a proporções anormais e a escassez decorrente proporcionou grande vantagem a quem pudesse tomar o lugar da erva paraguaia (LINHARES, 1969). Por isso, a taxa de lucro, obtida mediante o quociente entre o lucro (23.617\$300) e todos os custos de produção (19.337\$700), incluído frete e despesas com embarque, sinaliza 122,13%. Conclui-se que, portanto, os lucros do engenho do cidadão Miró foram obtidos nestas circunstâncias altamente vantajosas. As circunstâncias históricas proporcionaram a fixação de um preço de mercado (\$ 368 / quilo) bem acima do preço de produção⁸ (\$165 / quilo), possibilitando a realização de lucros extraordinários. Sem dúvida exprimiou um negócio de excepcional lucratividade naquele momento.

A tabela 1 ilustra o preço médio normal por quilo da erva - mate beneficiada e exportada, no período de 1841 a 1846, fora das condições privilegiadas angariadas por Manoel Miró.

Preço de Produção = 19.337\$000 ÷ 7.784 arrobas = 2\$484 réis / arroba ; 2\$484 réis ÷ 15 kg = 165 réis / quilo. Preço de Comercialização = 42.955\$000 ÷ 7.784 arrobas = 5\$518 réis / arroba ; 5\$518 réis ÷ 15 kg = 368 réis / quilo.

TABELA Nº 01

VALOR E QUANTIDADE DA ERVA-MATE EXPORTADA (1841 - 1846)

Comércio Exterior do Brasil			
Anos	Vi. Total (réis)	Qtd (Kg)	réis/quilo
1841/42	\$273.000.000	2.372.000	\$115
1842/43	\$314.000.000	2.477.000	\$126
1843/44	\$318.000.000	2.371.000	\$134
1844/45	\$381.000.000	2.967.000	\$129
1845/46	\$362.000.000	2.554.000	\$142

FONTE: ARANHA, Luiz Fernando Souza. O Mercado Ervateiro
1ª edição. São Paulo, 1967, Tabela nº 2 - ANEXOS

Uma comparação entre os custos de produção ervateira de Miró (erva bruta + beneficiamento) com os dados de Souza Aranha, percebe-se a proximidade entre as cifras. Os custos de produção propriamente ditos ($10:897\$000 + 3:892\$000 = R\$14:789\$000/116.760 = \$ 126$ rs por quilo), e coincidem com o valor entre os anos de 1842/43 de Souza Aranha. Conclui-se, portanto, que Manoel Miró deparou uma situação mercadológica toda especial, altamente favorável para seu negócio.

Segundo Linhares , a erva-mate foi vendida por consignação em Montevideo, num prazo de 16 meses, sendo a compra de erva bruta e seu beneficiamento praticados com dinheiro emprestado. Esta primeira fase de interrupção do comércio ervateiro do Paraguai com os países do Prata pode ter denotado um período especial de enriquecimento para alguns proprietários de engenho, posto que imperava a livre concorrência, onde os mais fortes perduram e os mais fracos sucumbem. Era com a renda gerada pelo comércio ervateiro que os proprietários de engenho tinham acesso aos produtos manufaturados importados. Durante essa fase ascensional o trabalho tanto no erval quanto no beneficiamento deve ter sido suprido, com muita moderação, pelo expediente da escravidão. Principalmente , até

1850, quando iniciam as restrições ao ingresso de força de trabalho escrava (WACHOWICZ, p. 136, 1988). A utilização de escravos estava muito além do porte econômico de geração de valor da atividade ervateira. Esta não remunerava o suficiente para suportar a importação de escravos em grande número (CARNEIRO, p. 103, 1962). Ademais, os imensos ervais prestavam a dádivas da natureza, dispersos pelo Paraná, à beira dos rios e à sombra dos pinheirais. Não haveria necessidade nem porquê de elevados contingentes para extrair a congonha farta e abundante, nem pressão social para pagar salários maiores que uma precária sobrevivência. O que teimava mesmo era uma carência sensível de mão de obra notadamente para o trabalho na agricultura de subsistência. Aos olhos do caboclo preconceituoso, o trabalho na enxada motivava seu desprezo, repúdio, coisa para escravos. Esse preferia a lida livre no corte dos ervais, tropear as muladas, campear novilhos pelos Campos Gerais (WACHOWICZ, p. 143).

Uma parte desse capital ervateiro era chamado de capital adiantado: $c + v$ (capital constante e capital variável). Ele se desdobrou em duas etapas. A primeira consistia na importância para comprar a erva-bruta (10.897\$000 réis). Aí se compreende todo o trabalho social dispendido desde a colheita nos ervais, tostagem, pesagem, transporte às costas até o armazenamento nos noques, secagem definitiva, malhação a bordoada, encestamento para venda ao comerciante, daí o transporte da erva-bruta em tropas de mulas do Planalto até o Litoral. Na segunda etapa, aparecia o beneficiamento no engenho de Miró na localidade de Porto de Cima, que requisitou outra quantia monetária (3.892\$000 réis). O beneficiamento se servia do principal meio de produção da época, um engenho de pilões emparelhados movido pela ação de quatro mulas. Este meio de trabalho permanecia fixo no processo produtivo. Parte do valor do capital adiantado (instalações de secagem, engenho) permanecia imobilizada nessa forma, determinada pela função dos meios de trabalho

no processo de fazer erva. Uma parte de seu valor devia se transferir ao produto, mesmo que em diminuta fração, dado a rudimentaridade dos meios de produção, na ocasião em que a erva-mate vivia seu primeiro momento de ascensão. A outra parte, o capital variável (v) constituía a parcela do capital criador de valor superior ao valor da força de trabalho empregada no processo produtivo . Aí atuava a fonte geradora do trabalho excedente gratuito presente no capital variável.

Apesar de não haver referência ao pagamento em salário, a fim de discriminar a presença do capital variável, existia todo um titânico trabalho social inseparável à feitura ervateira. Para ele foi requisitado capital monetário emprestado para cobertura destas duas etapas de produção. O trabalhador nos ervais deveria perceber pagamento em salário na forma de gêneros alimentícios ou em dinheiro. Miró, com certeza, pagou a algum comerciante pela compra em atacado de erva-bruta. Este comerciante teria de remunerar aos trabalhadores fosse em dinheiro ou víveres. Senão porque a necessidade dos 10.892\$000 réis, senão para saldar a compra de força de trabalho, nas diversas etapas sequenciais, ou a compra dos víveres que alimentariam esta mesma força de trabalho ? Fora a economia de subsistência, que não necessita de dinheiro, havia somente duas que ocupavam moeda: o tropeirismo e a economia ervateira. Foram as famílias portuguesas paranaenses que vieram formar uma classe mercantil, estimuladas pela chegada de Alzaray e Miró. Desde o século

XVIII, já atuava um pequeno grupo de comerciantes dominadores do mercado. Tornaram-se grandes comerciantes com o crescimento das exportações e daí saltaram a grandes fabricantes, pois o beneficiamento prescindia concentração de grandes capitais (PEREIRA, p. 42 e 24). Como mercadores prestimavam a intermediários. Vendiam os artigos de subsistência ausentes aos trabalhadores nos ervais , em troca da produção ervateira. Se os trabalhadores recebecem em dinheiro haveriam de gastá-lo com o próprio comerciante. Estavam presos a eles. E esses mesmos comerciantes deveriam depois vender a erva cancheada aos proprietários de engenho, no caso, Manoel Miró. Então, já se intercalava um processo de circulação monetária, intermediado por comerciantes, que permitia a exportação ervateira de um lado e, de outro lado, a importação de artigos necessários ao consumo de sobrevivência dos trabalhadores e de luxo das classes proprietárias (CARDOSO e BRIGNOLI, p. 77). Esta importação adviria de outras províncias do Império ou de outros países, conforme quem viesse retirá-las da prateleira. Os lançamentos contábeis do engenho de Miró, em confronto com essas condições históricas dadas, propiciam uma abertura, conquanto audaciosa, a tais inferências.

De qualquer forma, este exemplo contábil serve para denotar a presença de um capital comercial invertido na produção ervateira. Identifica-se, mais facilmente, um capital constante no engenho de beneficiamento e um capital variável, com maior dificuldade , atuante no labor dos ervais e do engenho de soque para atender o funcionamento do engenho . Estes elementos constituintes tipificavam um modo de produção

pré-capitalista em atuação no Paraná do século XIX, onde está clara uma decomposição de custos e a presença de um lucro comercial altamente compensador. A força de trabalho utilizada tenderá a corresponder precocemente à forma assalariada do que escravista, mesmo desde a primeira fase de ascensão. A lavoura de subsistência e os ofícios especializados cabiam ao escravo. Este era caro, escasso e imprescindível para ser arrancado de seus labores e comprometido com outras atividades afanosas. Os escravos se ocupavam principalmente com o trabalho na pecuária dos Campos Gerais, ainda o setor dominante. Muito provavelmente se mostrou necessária a aquisição de força de trabalho para o trabalho nos ervais e nos engenhos de beneficiamento. Com a desagregação do escravismo paranaense no século XIX, escravos e cativos acabaram se misturando, quase sem distinção, no balaio dos despossuídos. A economia ervateira introduziu concomitantemente um processo de urbanização. Escravos, libertos, proletários, agregados e pequenos proprietários se ocuparam na atividade ervateira sazonal, sendo cada vez mais indistinta sua condição escrava ou livre no entendimento da burguesia rural e da burguesia mercantil ervateira (PEREIRA, 1996). Afinal, a azáfama ervateira proporcionava a única possibilidade de enriquecimento, conforme testemunho de Zacarias de Góes e Vasconcelos, em 1854:

“ Disséreis, ao ver a ânsia com que todos, ricos e pobres, velhos e moços, homens e mulheres, ocupam-se e tratam da congonha , disséreis, repito, que só o carijo faz viver, e que sem um engenho de socar mate não se pode fazer fortuna.”

A produção capitalista define sua característica pela equação $M = c + v + m$. Os elementos da produção $c + v$ compõem o custo de produção e m a mais-valia, que passa a ser convertida em lucro, na medida da transformação do valor em preço de produção (MARX, 1985, p. 185). No caso da produção ervateira, algumas mediações se tornam imprescindíveis para explicar o processo de acumulação, calcado numa realidade não perfeitamente capitalista. O sobre-trabalho assumia uma característica típica, peculiar, em função de que, entre outros aspectos, a reprodução da força de trabalho não estava amplamente mercantilizada, nem os trabalhadores completamente alijados de seus meios de trabalho e possibilidades de sobrevivência fora do capital.

Os meios de subsistência estavam assegurados pela produção autosuficiente, dentro dos latifúndios ou nos sítios. As famílias caboclas já produziam grosseiramente o que comer e dispunham de um ranchito onde morar. Tal trabalho de subsistência não requeria a presença da moeda. Nem precisavam comprar o que eles mesmos produziam. Quando as milhares de famílias corriam para colher erva-mate durante o inverno, erguendo o rancho, roçando o mato inóspito, carregavam consigo seus víveres, ou tinham-nos armazenados no paiol. Caso as provisões rareassem, bastava que algum camarada se despachasse para buscá-las (BACILLA, 1940). Trabalhavam enfrentando o frio rigoroso para obter determinados artigos, cuja produção de subsistência não podia oferecer-lhes: riscados de chita, farinha branca, açúcar, sal, um chapéu. Tão titânico sobre-trabalho era mercantilizado por tais meios de subsistência não produzidos localmente. Ganhavam miseravelmente por um trabalho esgotante. Por isso é que se afirma, que este sobre-trabalho nos ervais, em si, aproximava-se muito da

manifestação de mais-valia absoluta, extraída mediante intensificação máxima da jornada de trabalho, que durava enquanto o dia estivesse claro.

Os trabalhadores nos ervais ganhavam pela quantidade de erva-mate sapecada e enfardada. Seus ganhos constituíam um pequenino complemento às suas sacrificadas existências, permitindo portanto uma incrementação do trabalho excedente não-pago. Por isso, quando os milhares de caboclos se dirigiam para o trabalho nos ervais sabiam já resolvido, em sua maior parte, o problema da reprodução de sua força de trabalho.

A exemplificação contábil de Miró permite desanuviar o que atuava sob a forma mercadoria, isto é, os elementos constituintes do capital produtivo na produção social ervateira: o capital fixo e o capital circulante. Este último ao ser repostado em sua plenitude, ingressava inteiramente na formação do valor, em oposição ao capital fixo, que entrava fracionariamente (MARX, 1985). Contudo não totalmente nítidas, essas categorias se manifestavam embrionariamente em direção a totalidade do modo de produção capitalista.

Nesses termos , é possível asseverar que parte dos meios de produção , a matéria-prima - erva-mate cancheada - e as matérias auxiliares ou insumos, como a lenha, eram inteiramente consumidos pelos próprios meios de trabalho durante seu funcionamento e, depois, requisitavam ser completamente substituídos. Da mesma forma, a força de trabalho empregada na feitura da erva cancheada - o mate bruto - e na beneficiada. Transferia integralmente seu valor ao produto, enquanto componente variável do capital produtivo ervateiro. Agregava valor

através do trabalho excedente a ser realizado na esfera da circulação. A taxa de exploração da força de trabalho saiu favorecida expressivamente por circunstâncias especiais, cujo resultado final se contabilizou num montante de lucro de 20.302\$800 réis. A grande parte da formação do valor ervaiteiro decorria do emprego da força de trabalho, dada a rusticidade da composição técnica e, por conseguinte, baixo valor da composição orgânica do capital visto que o grau de desenvolvimento das forças produtivas era absolutamente rudimentar.

Em termos gerais, estas condições delineam o fortalecimento da erva-mate, enquanto atividade hegemônica no Paraná. Ela caminha para suportar nos ombros a vida econômica da Província. O reinado verdadeiro pertence ao mate, que modifica os homens em súditos de sua vontade. A mão humana produz a criatura que veste o aspecto de uma figura mágica dotada de vida, a qual, em si mesma, personifica as relações sociais entre dominados e dominadores. Ao mesmo tempo, as contradições da sociedade vão se materializar nessa figura de certo pó esverdeado, a mercadoria que a todos domina. Nela os desassossegos, as esperanças. A relação física de uma mercadoria com seus proprietários e produtores, com o objetivo da venda e ganho de lucro, embaça a visão do trabalho social humano oculto por detrás. A criatura escraviza o criador. O mate subjuga ao seu alvedrio a sociedade paranaense, escabelo de seus pés. A história do mate personifica a própria história do Paraná.

As condições da reprodução da força de trabalho não totalmente dependentes do capital e as peculiaridades do processo de acumulação

de capital, estabelecido por uma produção sazonal, formam a base sobre a qual o pré-capitalismo enraiza seu florescimento no Paraná.

O mate atraiu para si as atenções e os interesses da sociedade paranaense que nele encontrou sua base produtiva e a sua respectiva inserção dentro do sistema capitalista mundial, conquanto mero fornecedor de mercados subsidiários sul-americanos. Aliás, padecia ainda a concorrência de outras bebidas estimulantes, o café, o cacau, o chá da Índia, sem cogitar as bebidas alcólicas. Mesmo assim, a vida econômica paranaense era insuflada precipuamente pela erva-mate (ARANHA, 1967) . O primeiro Presidente da província, Zacarias de Goes e Vasconcelos, reconhecia o mate como a “indústria” preponderante, de ricos e pobres, e a criação como atividade secundária, apenas dos ricos. Testemunhava sua preocupação, um ano após a emancipação da Comarca, em 1854, quando então se enumeravam, nos arrabaldes de Curitiba 20 engenhos e 70 pelo litoral, impulsionados pela ação hidráulica:

“ Todos, ricos e pobres, velhos e moços, homens e mulheres queriam viver à sombra da congonha! “ (LINHARES, 1969, pg. 125)

O dinamismo da economia paranaense assentava sobre a supremacia do mate, sujeita à superprodução, inundando os mercados externos, sob o império da livre concorrência (LINHARES, 1969) . Por sinal, o desenvolvimento da economia ervateira oscilava conforme as vicissitudes acontecidas no Uruguai, Argentina e Chile. Desde Alzagaray, a

expansão da produção, a evolução tecnológica e a observância de boa poda, a limpeza da árvore, as cuias de saçafráz, a secagem à moda paraguaia, que asseguravam qualidade ao produto, foram ditados pela procura externa desses países, notadamente os platinos (ARANHA, 1967) . De suas escaramuças caudilhescas, bem como dos respingos das crises européias, repercutiam de imediato turbulentas comoções dos preços do mate, que solavancavam ora para baixo ora para cima o preço de mercado . Sem controle e de inopinado, tornava-se impossível evitar as turbulências provocadas pelas forças insubmissíveis do mercado. O mercado paranaense era regido pelos negociantes do ramo, alojados, bem longe, em seus escritórios nas repúblicas do Rio da Prata. (LINHARES, 1969) Pior sobretudo a inexistência de bancos locais para financiar um comércio independente.

A Tabela nº 2 ilustra o peso da erva-mate em relação às exportações totais da Província do Paraná. Facilmente se depreende que a erva-mate era o pilar de sustentação da economia.

TABELA Nº 2

PRINCIPAIS PRODUTOS DA EXPORTAÇÃO PARANAENSE (1851 - 1859)

Anos	ERVA-MATE valor(réis)	%	MADEIRAS valor(réis)	%	ARROZ PIL valor(réis)	%	DIVERSOS valor(réis)	%	TOTAL valor(réis)
51-52	845\$234	87,31	68\$348	6,23	14\$127	1,45	48\$357	4,99	968\$866
52-53	527\$628	83,82	47\$298	7,51	15\$138	2,48	39\$482	6,25	629\$442
53-54	839\$414	86,52	36\$186	3,72	41\$132	4,23	53\$537	5,51	978\$189
54-55	731\$885	76,64	71\$284	7,46	49\$881	5,14	184\$728	10,96	954\$874
55-56	1.571\$860	90,52	37\$565	2,16	84\$886	4,85	42\$588	2,44	1.736\$351
56-57	2.193\$782	94,57	36\$539	1,55	53\$553	2,30	85\$886	1,54	2.319\$712
57-58	1.893\$597	93,17	34\$609	1,70	8\$465	0,41	95\$613	4,70	2.032\$286
58-59	1.078\$909	92,39	27\$102	2,32	18\$220	1,56	43\$540	3,72	1.167\$772

FONTE: BALHANA, Altiva Pilatti. História do Paraná.

(1851-1855) 1ª edição. Curitiba, Grafipar Editora, 1969. p.138.

FONTE: CARON, Lucrecia Araújo. Indústria de beneficiamento da erva-
(1855-1859) mate no Estado do Paraná (1890-1972). Curitiba, 1978.
Dissertação de Mestrado.

Mesmo muito tempo mais tarde , quando a erva mate entra em decadência, no alvorecer do século XX, ainda representa o mais importante produto de exportação paranaense (tabela nº 3).

TABELA Nº 3

EXPORTAÇÃO GERAL E EXPORTAÇÃO ERVATEIRA DO PARANÁ(1901-1912)

ANO	EXPORTAÇÃO GERAL	%	EXPORTAÇÃO ERVATEIRA
1901-02	1.138:449\$948	90,41	1.029:301\$049
1902-03	1.410:544\$265	90,33	1.274:238\$917
1903-04	1.535:985\$780	91,72	1.408:933\$730
1904-05	1.371:890\$556	87,64	1.202:444\$240
1905-06	1.568:974\$391	88,06	1.381:771\$273
1906-07	1.799:536\$616	90,67	1.631:690\$451
1907-08	1.649:950\$987	90,05	1.485:904\$040
1908-09	1.780:029\$702	92,37	1.644:221\$514
1909-10	1.966:345\$498	93,09	1.830:572\$398
1910-11	2.199:324\$604	92,53	2.035:249\$976
1911-12	2.279:068\$234	90,95	2.072:949\$838

FONTE: MARTINS, Romário e ABREU FILHO, Alberto. O Livro do Mate.

São Paulo, Editora Weiszflog Irmãos , 1916 , p. 119 e 121.

A Tabela nº 04 mostra a dimensão das exportações de mate em comparação com o consumo nacional. As exportações absorviam a maior parte da produção de mate. E ínfimo o consumo nacional, pois Santa Catarina e Rio Grande do Sul, dois grandes consumidores, eram autosuficientes.

TABELA Nº 4

DESTINO DA PRODUÇÃO PARANAENSE DE ERVA-MATE (1851 - 1856)

ANOS	FORA DO IMPÉRIO (exportação)				DENTRO DO IMPÉRIO (Brasil)					
	QTD (ton)	%	VALOR	%	QTD (ton)	%	VALOR	%	QTD (ton)	VALOR
51-52	6.997	98,42	839\$666	98,27	112	1,58	14\$568	1,73	7.109	845\$234
52-53	4.507	97,60	514\$348	97,60	110	2,48	13\$272	2,52	4.618	527\$629
53-54	6.871	98,30	825\$195	98,30	113	1,70	14\$219	1,70	6.998	839\$414
54-55	5.379	98,27	715\$650	97,73	94	1,73	16\$235	2,22	5.473	731\$885
55-56	6.853	99,15	1.558\$536	99,15	54	0,85	13\$325	0,85	6.185	1.571\$861

FONTE: BALHANA, Altiva Pilatti. História do Paraná
1ª edição. Curitiba, Grafipar Editora, 1969. p. 138.

A exportação ervateira era ainda constantemente atormentada pela danosa concorrência paraquaiá que, aliás, colocava sua produção nos mercados platinos e do Pacífico, de propósito, a preços inferiores (LINHARES, 1969). Os próprios consignatários de venda, encarregados de fechar os negócios, para o qual açambarcavam generosa comissão, peleavam entre si, aviltando ainda mais o preço da mercadoria paranaense. Ainda por cima, a queda na arrecadação da recém nascida Província era igualmente reflexo dos entreveros havidos na região do Rio do Prata. Fato que não se deve admirar, dado o espocar costumeiro das desavenças entre os estancieiros, nas querelas por terras ou controle do

mando político. No Uruguai, em 1858, os partidários de Blancos e Colorados se engalinhavam em guerra civil (CARON, 1976) . Argentinos e paraguaios, em 1856, entreveravam-se outra vez em sangue. Os preços em libras-ouro da erva mate despencaram. Não a quantidade exportada. A situação de depressão perdurou até a eclosão da Guerra do Paraguai. Enquanto isso, a situação de crise se arrastava com a estagnação das finanças públicas, conforme apreciavam os seguintes números oficiais divulgados (tabela nº 5) pelo então chefe do executivo, em 1862, à Assembléia Provincial.

TABELA Nº 5

ARRECADAÇÃO DE ERVA-MATE NO PARANÁ (1858 - 1861)

Exercícios	Quantidade (em kg)	Valores (Exportação)	Arrecadação	% (Val. Export.)
1858-59	4.767.645	1.057:624\$437	74:033\$710	6,99
1859-60	6.906.810	1.562:562\$609	80:754\$568	5,16
1860-61	5.024.850	1.184:742\$833	71:290\$883	6,01

FONTE: LINHARES, Temístocles. Obra cit., p. 129

A superação da concorrência paraguaia tornaria a situação mais favorável ao tesouro provincial. Fazer um produto mais de acordo com a exigência do mercado platino. Do contrário, perdurariam as cantilenas reclamatórias. Novas prescrições são observadas, obedecendo recomendações científicas, tais como: poda da erva de março a setembro, a partir de quatro anos de idade, no horário das 9 às 17 horas, para livrar as folhas da umidade, e secagem em fogo forte, lento, sem fumaça, de 15 a 18 horas, no barbaquá (LINHARES, 1969).

As medidas surtem efeito , a partir de 1863. As exportações voltam a crescer. Mas havia ainda um obstáculo persistente. O Paraguai ainda atrapalhava com sua concorrência e sequer desconfiava que se urdia uma trama para destruí-lo com exemplaridade. Limpar-se-ia, de vez, o caminho. E não existiria mais concorrência para estorvar e, caso retornasse, jamais seria como dantes.

A tabela 6 , vem apenas reforçar , com uma série de 70 anos, uma vez mais a relevância do comércio exterior na produção ervateira. Pode-se, sem receio, declarar que pelo menos 75% da produção rumava para a Argentina, Uruguai e Chile. De fato, transbordava uma superprodução feita para vender no atacado, nitidamente de valores de troca, aos incontáveis bebedores de mate do Rio da Prata.

TABELA Nº 6

PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO INTERNO de ERVA-MATE (1831- 1902)

Anos	Produção Estimada (toneladas)	Exportação (toneladas)	%	Consumo (toneladas)
1831	1.778	1.347	75	431
1834/35	1.593	1.207	75	386
1840/41	3.516	2.664	75	852
1844/45	3.916	2.967	75	949
1850/51	6.729	5.098	75	1.631
1854/55	7.884	5.973	75	1.911
1860/61	9.750	7.386	75	2.364
1864/65	9.474	7.177	75	2.297
1870/71	21.867	16.566	75	5.301
1874/75	16.265	12.322	75	3.943
1880/81	18.843	14.275	75	4.568
1884/85	5.731	4.342	75	1.389
1890	31.926	24.186	75	7.740
1895	30.967	23.460	75	7.507
1900	44.869	33.992	75	10.877
1902	55.346	41.929	75	13.417

FONTE: ARANHA, Luiz Fernando Souza. Obra cit.
Tabela nº 4 - ANEXOS

Se o concorrente externo pudesse ser afastado, a investida paranaense nas repúblicas do Rio da Prata seria completa. O Paraguai seria eliminado por uma guerra de extermínio. Desgraça para alguns, apogeu para outros...

3.6 O COMANDO DO CAPITAL COMERCIAL

A acumulação do iniciante capitalismo paranaense está assentada no papel do comércio atacadista que dispara a desenvolver a produção ervateira, enquanto manifestação hegemônica de existência do capital.

O capital, enquanto relação social antagônica, estava representado na figura do mate, essa mercadoria mística que traduzia a luta entre monopolizadores de meios de produção e os proprietários de força de trabalho, para produzir um produto autonomizado em relação à força de trabalho viva. O capital empreendia, firme, sua marcha enquanto formação histórica, aguilhoado pelo lucro, que reiteradamente invertido expandia, ano após ano, a produção. Todavia, sua força propulsora provinha do capital comercial, cujo comando troava do Rio da Prata. Avançava no terreno da livre concorrência, onde competiam igualmente capitais de pequena monta em constante rivalidade de preço.

O capital comercial platino age como promotor do capital produtivo ervateiro, cuja supremacia está de acordo com uma produção pré-capitalista. Não existe mais um capital comercial em forma autônoma, à revelia da circulação de mercadorias, independente, tal como vicejou

entre os povos comerciantes da antiguidade - Cartago, Roma, venezianos, portugueses, holandeses - onde predominava o valor de uso. Não! Este capital comercial cuida em desenvolver uma produção peculiar: a produção ervateira. Abraça-se com ela. No mundo do século XIX, especificamente no longínquo caso paranaense, desemboca num sistema produtor de valores de troca, em transição para uma produção capitalista, voltado à extração de trabalho excedente gratuito, embora, imiscuido num modo de produção ainda pré-capitalista. Como se trata da fase primeva do desenvolvimento desse capitalismo, aflorando entre erveiras e araucárias, o capital comercial platino domina a manufatura ervateira. Seu lucro não surge somente de fraudes ou escroquerias, na mistura de ervas falsas à verdadeira. Muito pelo contrário, procede do intercâmbio de equivalentes. A função do capital comercial platino está em exercer o comando da produção pré-capitalista ervateira, estimulando a produção paranaense de valores de troca, de transformar os produtos e as pessoas cada vez mais em mercadorias! Este será muito importante para proporcionar o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Paraná por colocar especificamente seus pressupostos históricos, suas condições prévias à preparação de um salto qualitativo ao concentrar fortuna monetária e proporcionar uma produção para o comércio no atacado. E será factível este salto?

CAPÍTULO 4

O APOGEU (1864 - 1902)

4.1 A GUERRA DO PARAGUAI E O APOGEU DO MATE

O marco decisivo à consolidação das exportações paranaenses, que terminaram de vez por conquistar o mercado externo do Prata, sucedeu com a deflagração da Guerra do Paraguai. Até então o grande rival concorrente da erva paranaense era o Paraguai, apesar de, desde 1813, ter se retirado em grande parte do mercado platino. Sua presença, mormente arrefecida, ainda transtornava, conforme alusão de Zacarias de Goes e Vasconcelos, em 1854 (LINHARES, 1969). Enfraquecia a “possibilidade de barganha” do mate paranaense. O produto paraguaio era preparado com técnicas mais adequadas e por isso gozava de maior prestígio e consideração na atribuição do preço pelo importadores, cuja exigências es incitavam a novos aperfeiçoamentos técnicos por parte dos produtores. O mate paraguaio qualidade superior. Assim granjeava a simpatia do consumo maciço nas praças de Montevideo e Buenos Aires. O mate parananense ocupava uma posição secundária na preferência do consumidor platino. Vivia por conseguinte das vicissitudes do mercado comprador, que complementava seu abastecimento com o Paraná (PADIS, 1981).

Quando Francia, o ditador paraguaio, decidiu insular o país de seus vizinhos limítrofes determinando a troca do mate por armas e

munições, vendidas por comerciantes gaúchos, deixou um caminho mais escurto ao mate paranaense por aproximadamente 50 anos (LINHARES, 1969). Francia monopolizou a compra do mate pelo governo, que se avocou negociante exclusivo da mercadoria, para dar prossecução à sua “política expansionista”, consumada na guerra, no interlúdio genocida de 1864 a 1870. Livre do arqui-rival, a produção ervateira conheceu a etapa de sua consolidação e apogeu, pois as exportações paranaenses embaraçavam com a presença paraguaia.

Até então (vide tabela nº 5) as exportações vinham numa trajetória gradual ascendente, após a guerra ocorre um acréscimo sensível da quantidade exportada.

A mercadoria paranaense não mais deparava obstáculo do ponto de vista de concorrência externa imediata. A exportação paranaense podia então inundar o mercado platino. Nesse sentido, nada poderia vir obstar o pleno desenvolvimento de suas forças sociais, muito menos ao completo florescimento do capitalismo prévio nos pagos desta terra. Somente as intempéries políticas e medidas governamentais provenientes do mercado platino, verdadeiro comandante da produção paranaense, continuariam influenciando decisivamente o comportamento dinâmico de nossa economia.

A tabela 7 ilustra a composição do mercado platino . As exportações correspondiam uma média de 75% da produção ervateira . Delas , em média, 59,90% corria para a Argentina, 29,10% para o Uruguai e 11,00% para o Chile. Esses números corroboram a relevância do mercado argentino, tendo por trás de si o capital comercial, dominante sobre a produção paranaense de erva-mate.

TABELA Nº 7

QUANTIDADE EXPORTADA DE ERVA-MATE SEGUNDO OS DESTINOS - em kg (1879 - 1902)

ANOS	MONTEVIDEO	%	BUENOS AIRES	%	VALPARAÍSO	%	TOTAL
1879	3.930.078	27,89	8.341.698	59,21	1.315.952	9,3	14.087.728
1880	3.678.823	28,96	6.440.873	50,71	2.579.491	20,31	12.699.187
1881	3.362.275	25,97	7.614.104	58,82	1.966.568	15,19	12.942.947
1882	3.962.155	26,12	7.136.947	47,05	4.068.147	26,82	15.167.249
1883	3.966.390	25,58	8.651.890	55,80	2.884.451	18,60	15.502.731
1884	3.308.538	22,77	9.032.485	62,18	2.183.397	15,03	14.524.420
1885	5.074.285	37,69	6.311.998	46,88	2.075.026	15,41	13.461.309
1886	3.303.993	22,74	8.711.057	59,97	2.459.547	16,93	14.524.420
1887	5.051.491	25,82	10.813.518	55,28	3.693.892	18,88	19.558.901
1888	4.532.656	24,83	10.367.921	56,79	3.353.259	18,37	18.253.836
1889	5.368.607	29,28	10.466.885	57,10	2.494.194	13,60	18.329.686
1890	4.317.504	14,58	11.729.491	39,63	4.545.947	15,36	29.592.942
1891	4.718.573	25,68	12.533.831	68,21	1.120.419	6,09	18.372.823
1892	4.740.985	24,49	13.577.181	70,15	1.034.560	5,34	19.352.726
1893	7.164.724	35,00	12.613.192	61,63	690.379	3,37	20.465.295
1894	5.532.841	30,29	10.901.551	59,69	1.828.133	10,01	18.262.525
1895	8.831.121	35,84	14.831.736	60,20	974.563	3,9	24.637.420
1896	8.073.271	32,16	15.724.808	62,65	1.300.851	5,18	25.098.930
1897	4.513.031	24,40	13.414.718	72,53	567.604	3,06	18.495.353
1898	7.942.420	34,65	14.479.946	63,17	498.784	2,17	22.921.150
1899	7.273.883	33,14	14.090.972	64,19	584.044	2,66	21.948.899
1900	7.335.368	29,43	17.129.276	68,73	435.384	1,7	24.920.028
1901	8.557.109	34,04	16.008.667	63,68	571.670	2,27	25.137.446
1902	6.034.086	23,54	19.100.013	74,54	489.393	1,90	25.623.492
média		28,12%		59,94%		11,94%	

FONTE: MARTINS, Romário. Obra cit., 250

Neste ponto , é possível analisar mais pontualmente determinados aspectos relativos ao desenvolvimento das forças produtivas : o transporte, a força de trabalho e geração de excedente, as finanças da Província, a caracterização meridiana típica deste modo de produção em seu degrau pré-capitalista.

Como já enfatizado , o mate paraguaio era preferido ao paranaense por razões técnicas de preparo. Por causa desse modo tosco de

preparo, o mercado platino discriminava o produto do Paraná. Regateava no preço ao reclamar sua qualidade inferior, o qual demandou aprimoramento técnico. Essas exigências forçaram a evolução do processo produtivo como um todo somadas à sanha interna de lucro dos ervateiros paranaenses. Cabe então um detalhamento acerca da evolução do processo de produção, no contexto das forças produtivas e das relações sociais de produção. A interação entre estes dois últimos imprimem a tônica de desenvolvimento do modo pré-capitalista de produção na Província do Paraná.

4.2. O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS NA ECONOMIA ERVATEIRA

A feitura ervateira evolui, diferenciando-se das técnicas outrora empregadas, cada vez mais aperfeiçoadas para ostentar crescente produtividade.

Após a Guerra do Paraguai é que se intensificam os esforços para aprimorar a mercadoria, desde a colheita, cuidados na poda, os processos de fabrico até o acondicionamento adequado. Havia um vasto mercado capaz de estimular os aperfeiçoamentos. Em lugar da antiga produção ervateira, espontânea, irracional, rotineira, atrasada, surge a aplicação consciente, tecnológica e científica. Surge uma nova síntese, da união entre agricultura extrativa com a indústria manufatureira ervateira, comandada, de fora e sob o disfarce da aristocracia local, pelo capital comercial importador platino.

Como ilustração, no governo de Antônio Gomes Nogueira,

promulgou - se uma lei cuja finalidade visava galardoar “ estudo sobre os melhores processos para o fabrico e acondicionamento do mate, em ordem a se conhecer se os defeitos do processo atual dão causa à alteração de derrancamento nesse produto, ou qualquer vício que o faça desmerecer no mercado, e os meios de remover o mal; fazendo publicar e distribuir este trabalho pelos lavradores da província “ (LINHARES, 1969, pg. 162).

Um prêmio de 6:000\$000 foi instituído pelo Governo e recebido por João Antônio Pereira, introdutor, em Antonina, da primeira máquina a vapor para acionar um engenho de socar erva . Moía 6.000 kg diários de erva, 30% mais do que os outros (LINHARES, 1969).

Os caboclos foram os agentes fundamentais no âmbito da extração ervateira . Com a família ou em grupos de camaradas, a população cabocla dirigia-se a colher o mate. De início era mister descobrir o erval, cuja presença tantas vezes se percebia pelos pinheirais. As erveiras comumente vicejavam à sombra dos pinheiros (MARTINS, 1926) . A araucária era o sinal. Descoberto, tratavam de limpar o mato, munidos de seus parques instrumentos de trabalho - facões (de pau) e foices -, para desobstruir o trabalho de coleta das folhas. Limpar os arbustos ou folhagens que pudessem estorvar . Construíaam diversos carreiros afluindo a um mesmo ponto, tal qual uma teia de aranha. Aí, aproveitando a madeira da região construíaam o rancho, que incluía as diversas instalações de trabalho, rudimentares meios de produção, como carijos ou barbaquás, cancheadores e peneiras para coar o mate (PEREIRA,

1956) . Permaneciam no local durante os meses de colheita ou enquanto as minas não se exaurissem. As manchas ou ervais eram cognominadas minas e os trabalhadores na extração da erva, mineiros.

O primeiro procedimento era colher a erva-mate nos bosques naturais à época do ano em que as folhas maturavam - de janeiro a setembro- que abrangia a maior parte do inverno e o princípio da primavera. Tal precaução imprimia a melhor ou pior qualidade à mercadoria.

“ O corte é feito a facão, transversalmente, de baixo para cima, em fuga para a direita do operador de maneira que o talho fique, o quanto possível, a coberto das geadas e dos raios diretos do sol . A hora propícia a essa operação também tem influência no bom benefício do produto , pois é mister que as folhas do mate, nessa ocasião, não estejam molhadas pelo sereno devendo-se, para isso, proceder a colheita às horas do sol - das 9 da manhã às 5 horas da tarde e realizar a indispensável tostagem (sapeco) no mesmo dia do corte. Procedendo-se contrariamente a estes preceitos da experiência e da prática tradicionalmente seguida, as folhas enegrecem e mofam , dando um produto ordinário ” (MARTINS, 1926, pg. 10).

Até mesmo durante o corte da erva-mate, o podador precisava ser zeloso a fim de poupar as folhas das extremidades dos galhos grossos. Isso facilitava a respiração e assegurava a realização da fotossíntese da planta, proporcionando sucessivas e duradouras colheitas. A árvore não podia ser muito machucada para preservar a capacidade de brotamento, por isso exigindo a observância da estação propícia e a maneira pela qual

praticavam o corte. À medida que podava, os ramos caíam no chão, para depois serem aproveitados apenas os galhos maiores e compridos na primeira tostagem. O mineiro ou tarefeiro reunia estes feixes graúdos a fim de passar à execução da segunda etapa de tostagem.

O sapeco constituía um processo de primeira secagem da erva - mate , a segunda fase do seu processo de preparação. Os galhos, ramos e folhas da planta eram passados rapidamente sobre as chamas de uma fogueira feita de lenhas oleaginosas e não resinosas para isentar o produto de gosto ou aroma estranho ao produto. Sob o calor intenso, as folhas intumesciam e murchavam, crepitando e estalando para perderem mais de 25% de água nelas contidas. Esta tostagem prévia garantia a boa qualidade do produto , ao mesmo tempo que evitava o enegrecimento das folhas, coloração que provocava repúdio dos comerciantes caso aparecesse na hora da secagem definitiva.

A operação de tostagem era rapidíssima e se ostentava necessária para que as gomas e resinas se volatilizassem ou coagulassem debaixo do calor súbito e violento. Era este procedimento que obstava o enegrecimento das folhas.

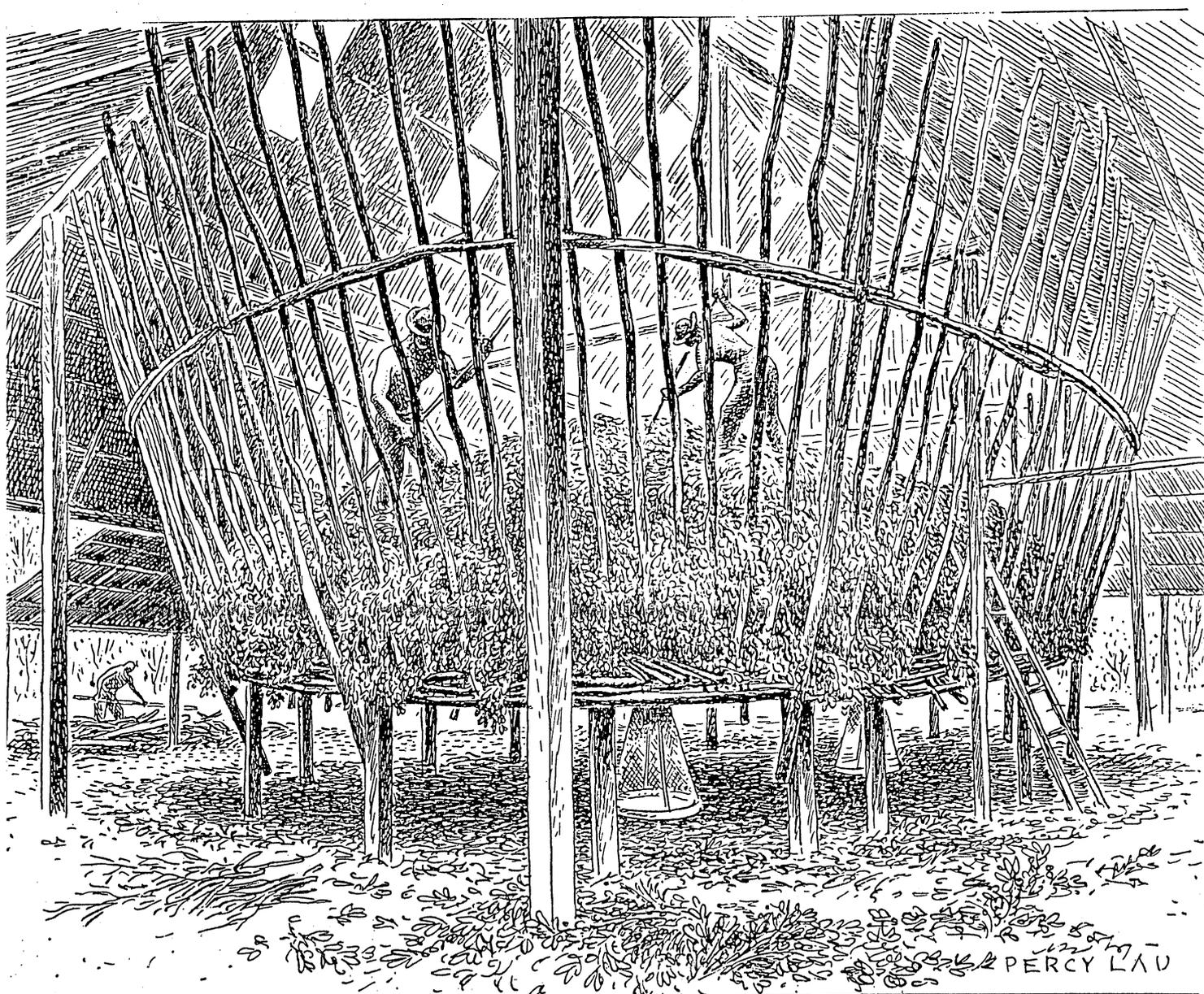
Concluído o sapeco, sucedia o quebramento à mão para selecionar os galhos grossos dos finos. O mesmo mineiro ou tarefeiro ajuntava os galhos em fardos enormes, os raídos, que variavam de 6 a 16 arrobas (90 Kg a 240 Kg), transportados às costas até o local da secagem definitiva nos carijos ou barbaquás (MARTINS, 1926). Chamavam-se raídos. Lá iam essas verdadeiras formiguinhas carregadeiras, arcadas, levando no dorso,

em geral o dobro de seu próprio peso. Ao menor descuido, um resvalo, caso escorregasse, pois o raído era atado pela cintura e à testa, o tarefeiro tinha quebrada sua espinha. Ao cair para trás, o raído puxava o pescoço num tranco violento, fraturando as vértebras e inutilizando para sempre seu carregador (DONATO, 1959, pg. 25). No local da secagem definitiva, a erva enfardada era pesada para pagar o tarefeiro que trabalhava por quantidade produzida de erva colhida e sapecada.

Apenas como uma aragem informativa , o sapeco também foi revolucionado. Brasília Nogueira inventou um aparelho para tostagem inicial, baseado em um princípio de propulsão das folhas por ar comprimido a alta temperatura, que isentava a erva-mate do mínimo odor de fumaça. E daí, toca à próxima etapa.

O processo de secagem , ainda em sua manifestação mais primitiva, era feito no carijo, uma técnica primitiva ensinada pelos indígenas (MARTINS, 1926). Para simplificar sua descrição, essa instalação consistia numa grelha composta de toscas travessas de madeira onde se suspendiam perpendicularmente os ramos e folhas de mate para secar. Debaixo dela acendiam fogo intenso e para proteger tamanha parafernália da inclemência das intempéries, acobertavam-na com uma tenda feita de folhas ou de costaneiras de pinho, suspensas sobre forquilhas ou troncos de pequeno diâmetro. O trabalho era tremendo. Prolongava-se por 12 ou 15 horas consecutivas e realizado preferencialmente à noite. O trabalhador da secagem, também ressecava em vida, qual seu produto, por trabalhar sem qualquer proteção

absorvendo o forte calor das brasas e aspirando a fumaça (DONATO, 1959).



O CARIJO

Lau, Percy. Tipos e Aspectos do Brasil (Excertos da " Revista Brasileira de Geografia") . Rio de Janeiro, 6ª edição, IBGE, 1956, p. 372.

A evolução das técnicas de secagem também acabaram sepultando a técnica indígena do carijo. Em seu lugar sucedeu o barbaquá, que mesmo por mais rudimentar que pudesse ser, representava ainda um avanço, posto que a erva recém sapecada era seca sem nenhum contato com fogo direto. Recebia apenas a aragem do ar quente direcionado às folhas. Eram as exigências determinadas pelo mercado consumidor platino!

O barbaquá era um arcabouço de longas varas arqueadas sobre postes de dois metros fincados no solo, a curta distância uns dos outros (MARTINS, 1926). Distante 10 a 20 metros, corre um túnel levemente inclinado que termina dentro da instalação, onde na outra extremidade inferior é feito fogo. O calor se conduz pelo conduto para a secagem dos ramos de erva, deitados sobre o arcabouço hemisférico, totalmente coberto. A secagem dura 5 horas nos pequenos barbaquás e de 10 a 15 nos grandes. Nesse trabalho infernal, trepado sobre a armação, permanecia o uru, trabalhador encarregado de revirar os ramos, com um longo vara-pau, para que não chamuscassem. Consistia um dos trabalhos mais insalubres e tormentosos, pois seu executante recebia a ação do calor abrasante por longas horas contínuas, atendendo as folhas para que não saíssem do ponto. Apesar de 50% mais caro que o carijo, o barbaquá proporcionava um produto de melhor qualidade (LINHARES, 1969).

O barbaquá também não escapuliu à obsolescência, afinal, técnicas mais apropriadas aumentavam cada vez mais a produtividade social do trabalho humano. A secagem através de fornos e estufas começava a prenunciar uma técnica mais eficaz de secagem através de

aparelhos que sustentavam calor mais homogêneo e constante pelo tempo necessário, sem fatigar o atendente, proporcionando um processamento mais rápido e em maior quantidade (MARTINS, 1926) .

Concluída a secagem , conduziam a erva-mate ao cancheamento para ser submetida à extenuante malhação. Armados de compridos e pesados bastões de madeira, os trabalhadores reduziam, a custa de bordoadas, os ramos e folhas a pequenos fragmentos. Era trabalho dos mais fatigantes porque incessante; executado, enquanto houvesse erva e dia claro, sobre assoalho de madeira ou couro de boi estendido sobre terra batida.

A malhação à bordoadas também não demorou a ser posta de lado . Foi substituída pelo ouriço, um rolo cônico de madeira pesada cravejado de dentes que rodava preso centralmente a uma viga giratória, correndo sobre assoalho de madeira ou tijolos. Animais de tração, atrelados à extremidade da base deste moedor mecânico, imprimiam o movimento circular. Assim que a erva estivesse convenientemente triturada, passavam uma peneira para apartar os ramos moídos da erva granulada e, daí, seguir aos engenhos de beneficiamento para conferir o aspecto final (MARTINS, 1926).

Da secagem , a erva cancheada transitava ao depósito - o noque - onde aguardava ser levada ao beneficiamento. Ali, sobre um tabuleiro coberto por choupana de espessa ramagem, distando _ metro do solo, a erva permanecia refugiada da umidade.

Os engenhos de beneficiamento igualmente se modificaram com

a introdução de novas técnicas. Os primeiros funcionaram pelo soque das mãos de pilão empunhadas pelo braço escravo. Em sucedâneo, apareceu o engenho hidráulico, tendo sido inicialmente instalado no litoral, às margens dos rios que corriam provenientes da Serra do Mar. Uma meia dúzia de pilões, enfileirados em linha reta socam a erva cancheada, movidos por correias e polias que entravam em comunicação com um eixo motriz principal, acionado por uma roda d'água⁹. Em funcionamento regular, devia produzir um barulho ensurdecedor. Mas, o engenho hidráulico também cedeu terreno ao engenho movido a vapor, aproveitando a farta quantidade de lenha para acender as caldeiras e libertando a localização dos engenhos próximos de rios e córregos.

A evolução, entretanto, não terminaria com o motor a vapor. Uma seqüência de melhoramentos vieram margeando o curso evolutivo, em sua maior parte frutos da inventividade criadora do engenheiro Francisco Camargo Pinto, cidadão que se encarregou, durante toda uma vida, a estudar novas tecnologias científicas aplicadas ao aprimoramento da técnica ervateira. Apareceram secadores, pilões, peneiras, misturadores, condutores,... e quase a totalidade dos aviamentos, produzidos internamente, que aprimoraram e trouxeram esplendor à indústria manufatureira de erva-mate.

4.3 O TRANSPORTE

Por dois séculos a fio, desde os jesuítas, o surrão foi

largamente usado como o principal embrulho para envasar o mate beneficiado. Transportavam-no em lombo de burro até os portos de embarque para exportá-lo, em sua grande parte, aos países platinos. O surrão consistia num invólucro de couro confeccionado em diversos tamanhos, que continham de 30 kg até 120 kg, o qual enchiam com erva beneficiada até que enrijasse como pedra. Por sinal, uma operação exigente de grande desenvoltura e habilidade. Podia parecer absurdo utilizar o couro, artefato nobre, para acondicionamento do mate, no entanto, este possuía, como nenhum outro, propriedades especiais de impermeabilização e conservação do aroma e sabor peculiar do produto por meses a fio (LINHARES, 1969). Além disso, o couro pouco custava no século XVIII e meados do XIX, pois o abate do gado era praticado com frequência seguindo o movimento da criação extensiva ao sabor da natureza. O serviço restante era ajeitar os surrões no dorso das mulas e conduzi-las à Paranaguá e Antonina.

A utilização do surrão tornou bem mais cristalino o entrosamento entre o tropeirismo, enquanto manifestação da vida econômica paranaense, oriunda da propriedade latifundiária criatória, e a produção social ervateira (CARNEIRO, 1962). Nestes alforjes as tropas de mulas transportavam a mercadoria, no lombo, do Planalto para o Litoral e deste aos portos. Primeiramente, quando os engenhos habitavam exclusivamente o Litoral, dadas as dificuldades de locomoção em razão de péssimas vias de acesso, a erva-bruta viajava apenas cancheada do

Planalto para o Litoral. A abertura da Estrada da Graciosa, em 1876, possibilitou a transferência quase completa dos engenhos para o Planalto, quando se possibilitou verdadeiramente a utilização do motor a vapor para movimento dos engenhos e, de quebra, o desenvolvimento da exportação madeireira . Localizar os engenhos na região curitibana, antes desta data, implicava em grandes riscos de perda. O custo de transporte era o maior de todos. O caminho de então era muito deficiente e inverter grande vulto de capital, em comparação com as comedidas possibilidades de acumulação do negócio, exibiu um procedimento contraproducente tanto com a remessa de pequena quantidade transportada de carga beneficiada quanto o envio de grandes tropas de mulas, que podiam se acidentar e até perecer pelas ribanceiras, dado a precariedade do percurso que não se fizera ainda rodovia pavimentada. Pelo contrário, expressava algo mais que grotesco caminho pré-cabralino, desbastada picada, dantes aberta pelos indígenas para descer a Serra do Mar, tão mormente propícia ao tráfego de tropas e com poucos aprimoramentos (WACHOWICZ, 1988) .

Da segunda metade do século XIX em diante, os surrões foram substituídos gradativamente pelas barricas de madeira, disponíveis em diversos tamanhos, como vasilhames de carga. Os surrões ficaram muito caros, 5\$000 réis para o exemplar de 75kg, a capacidade mais frequente, frente a 2\$000 o preço de uma barrica para respectivamente a mesma quantidade. Por causa deles floresceram as barricarias, autênticos artesanatos de habilidosa marcenaria, que compuseram uma indústria

auxiliar, vivente à sombra do mate (LINHARES, 1969). O surrão desapareceu. O couro se tornava cada vez mais caro por causa da decadência do tropeirismo nesse mesmo período, além do que, de natureza, as pastagens dos Campos Gerais eram de péssima qualidade e somente poderiam comportar um pequeno número de animais (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1989). A quantidade exportada crescente de mate requiritava vasilhames que pudessem ser oferecidos em abundância. Desponta o artesanato da barricaria, feita de pinho, que ajudava ainda mais a consolidar a ligação da economia de extração madeireira com a produção ervateira. A lenha abundante e gratuita para o fogo do sapeco ou das caldeiras; a maioria das instalações de secagem - carijo ou barbaquá - ; as ferramentas de trabalho diário, desde a colheita até a malhação no cancheamento - facões, enxadas, escadas, mãos de pilão, vara-paus -; a atilada carpintaria que soerguia os engenhos de beneficiamento - de soque, hidráulicos ou a vapor -, construídos até com vigas farquejadas de troncos inteiriços de madeira de lei; os carroções escravos de transporte; quase tudo ocupou os pinheiros, imbuías abundantes das imensas florestas nativas, repletas de toda variedade útil de espécies, mais apropriadas a este ou aquele trabalho. Por exemplo, a espécie nativa “ soita cavalo “ era uma madeira perfeita, altamente flexível e resistente, para servir de arco para prender as barricas.

A forma de transporte também se modifica . Os imigrantes europeus , vindos para suprir a ausência de mão de obra para o trabalho

agrário, acabaram se aculturando às características do país. A proibição do tráfico de escravos em 1850 encareceu sobremaneira o escravo negro. No Paraná, eles chegaram para trabalhar nas lavouras de subsistência. Muitos dos escravos negros haviam sido comprados para trabalhar nos cafezais paulistas, abandonando a produção de alimentos, o que trouxe carestia, termo que na época significava tanto falta de víveres quanto seu súbito encarecimento. O português não trabalhava no eito, considerava desonroso. Coisa dos pretos... Como se isto não bastasse, a detonação dos preços do mate no mercado externo inseriu ainda mais a população na extração ervateira e nas jornadas de trabalho nos engenhos, notadamente a partir da metade do século XIX . Faltavam braços na lavoura e houve carestia nas cidades com a elevação dos gêneros básicos (PEREIRA, p. 34, 1996).

Os colonos russos-alemães introduziram os carroções eslavos, utilizados nas planícies centro-européias, que aqui serviriam para o transporte corriqueiro de erva-mate cancheada do interior para o beneficiamento em Curitiba, ou outras cidades do Planalto com engenho (Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Irati) e daí, pela Graciosa, aos portos de embarque. Estes veículos levavam maior quantidade (1.500 kg), porém requeriam melhores vias de rodagem. A partir do último quartel do século XIX, eles se tornam dominantes, empurrando ainda mais para o interior o secular uso das tropas de muares, doravante recordação das antigas gerações, a figura altiva do tropeiro, chapéu de aba larga quebrado na

testa num vai e vem intermitente de centenas de alimárias, concavando as pedras dos trechos por onde transitavam.

O dinamismo da economia ervateira acabou por propiciar a construção das primeiras linhas férreas. A primeira modesta ferrovia foi construída entre Curitiba e Paranaguá para atender ao comércio de exportação ervateira e inaugurada em 1885. Pelo mesmo motivo, estimulou-se a navegação fluvial, que ocorria em razão do transporte de erva-bruta, posto que as erveiras proliferavam nas regiões ribeirinhas. Os rios Iguaçu, Negro e Tibagi conheceram a navegação por chatas. Em 1882, foi inaugurada a navegação a vapor no Rio Iguaçu, onde os maiores vapores transportavam oitocentos sacos de erva-mate em média. Por 80 anos a erva-mate sustentou a navegação no Rio Iguaçu. O trajeto cobria Porto Vitória até Porto Amazonas e deste, por trem até Curitiba e daí à Paranaguá e Antonina (MUSEU DO MATE, 1996)

4.4 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ASSALARIADA NA ECONOMIA ERVATEIRA

A constituição do trabalho assalariado está fundamentado na separação dos trabalhadores da propriedade de suas condições de trabalho, especialmente os camponeses de suas terras, num processo histórico denominado por Marx de Acumulação Primitiva. Formou-se uma classe de proprietários de capital industrial de um lado e uma classe de proprietários de força de trabalho de outro. Todavia, a expansão posterior

do capitalismo em outras regiões do globo terrestre implicava na reedição daquele mesmo processo essencial, agora em outros termos, inadequados àquele contexto de acumulação primitiva. A atuação de um processo de acumulação ervateira, já em marcha na esfera comercial, sugere a interpretação dessa produção mercantil de acordo com relações pré-capitalistas, subordinadas ao capital comercial, então a forma de expressão dominante do capital no contexto histórico sul-americano do século XIX.

No Paraná inexistia servidão feudal, em que o vivente permanecia amarrado atavicamente à gleba. Muito menos as relações sociais não se exibiam perfeitamente capitalistas, com total assalariamento da mão-de-obra, mas seguiam nesse rumo. A especificidade da economia ervateira era marcada pela presença dos pequenos produtores, proprietários de sítios, e dos agregados, dependentes da boa vontade e interesses do grande proprietário, ao qual vendiam sua força de trabalho no suarento trabalho nos ervais. Este aspecto peculiar denotava o traço marcante do pré-capitalismo reinante na economia ervateira, intermediada por uma relação-capital não desenvolvida em sua perfeição histórica. O resgate das suas origens significa explicar historicamente onde apareceu e como evoluiu essa força de trabalho para desposar o capital mercantil e assim valorizá-lo.

Em realidade, no Brasil, os trabalhadores da terra já nasceram expropriados de qualquer propriedade. Não houve necessidade de separá-los

de suas condições de trabalho. A terra pertencia à metrópole, personificada na figura do rei, e concedida às largas na forma de sesmarias às pessoas de berço e de boas posses (MARTINS, História do Paraná). O grande percalço estava em como obter a imprescindível mão-de-obra capaz de gerar valores vendáveis. O primeiro expediente usado foi igualmente violento como na Inglaterra. Preação brutal de índios, depois submetidos à situação de “administrados” (BALHANA et alli, 1969) .Em seguida, escravização da força de trabalho dos povos negros africanos. E, desse caldo de diversidade cultural, culminaram os caboclos, livres, despossuídos de tudo ou quase tudo, entretanto disponentes de sua força de trabalho, rebentos da mistura dos povos oprimidos inclusive com o colonizador português.

Nosso pré - capitalismo paranaense floresceu nas matas de erveiras e nos engenhos de beneficiamento, no tráfego intermitente, para cima e para baixo, das mulas carregadas do Planalto para o Litoral. Aqui, neste Paraná e Brasil do século XIX, o caminho e direção ao pleno capitalismo nasceu bastante desobstruído e limpo, quase delineado e pronto à exploração assalariada posterior, ou seja, a extração de trabalho excedente gratuito nas diversas tarefas da atividade ervateira. Entretanto, como agente catalizador desse processo figurou o capital comercial platino, desembarcado com o pioneiro Don Francisco Alzagaray. Este cidadão encarnou a personagem capital comercial que acelerou a relação-capital nestas terras tupi-guaranis. Os milhares de bebedores de mate da região do Prata, mediatizados pelo capital de comércio de mercadorias, contribuíram para que aqui se desenvolvesse o assalariamento e o

afloramento das formas sociais compatíveis e favoráveis ao desenvolvimento do acúmulo de capital produtivo. Se isto desembocaria num processo histórico, cujo limite é proporcionar amplas condições propícias à industrialização genérica, será tema do capítulo derradeiro deste estudo.

Não é sem motivo que a força de trabalho necessitava ser escravizada, primeiramente recorrendo ao índio e depois ao negro. Sem tal expediente, o padrão de vida dos colonizadores acabava regredindo, na prática, ao mesmo nível da civilização indígena. Andariam quase nus. Plantariam apenas o suficiente para o dia de amanhã, a subsistência premente da família. Esta afirmação reproduz facilmente o que se detectava através de provas documentadas sobre o sul do Brasil, do século XVII, nas quais se expunha com clareza tal situação (BALHANA et alli).

Na 5ª Comarca de São Paulo, a exploração aurífera atraiu seu povoamento inicial e sua primeira forma de manifestação vital com a qual os portugueses conheceram ocupação. Expressou atividade efêmera. A riqueza defrontada se mostrou demasiado apoucada. A ilusão de levantar fortuna durou aproximadamente 30 anos. Em 1680, estava tudo oficialmente desenganado, pelo menos no Litoral. A vida da mineração aurífera se cercou de uma pobreza inominada, pois sequer a saída de criações era permitido sem petição discriminatória de quantidade, qualidade e destino, tão ínfimo era o que se dispunha. Uma pobreza crescente! O único produto que traria alento e possibilidade de comércio seria a congonha que ia para a região do Prata. O ouvidor Pardinho vislumbrou a brecha que se abria e incentivou esta prática da Vila de

Curitiba com a de Paranaguá, já de 1720. Esse comércio era o que permitia aos habitantes do Planalto obter em troca um pouco de sal, algodão e farinha.

Tendo precocemente gorado a mineração, o modo de vida passou a se organizar em torno da grande propriedade autosuficiente. A criação de gado, invernada e tropeirismo absorveram muitos mineradores. Das minas auríferas provieram os braços a tais afazeres. O gado, a lavoura de subsistência (roças de milho, feijão, trigo,...), o comércio e a industrialização ervateira, depois de 1722, quebraram o nomadismo característico da mão-de-obra aventureira oriunda da mineração (MARTINS, História do Paraná). Esta mão-de-obra, desocupada da mineração, em sua maior parte, segundo conclusão de Temístocles Linhares, incorporou-se à produção ervateira. Sua extração e beneficiamento compelia maior trânsito de mão-de-obra em função do caráter dinâmico exportador da atividade ervateira a exigir grandes quantidades processadas. Igualmente corroborava pelo fato dos interesses locais irem de encontro aos da metrópole, desejosa de riquezas exportáveis. O comércio com o Rio da Prata exigiria produção em grande quantidade, dado o ostensivo consumo de mate. A base de apoio repousava, sem dúvida, sobre o latifúndio, onde adormeciam as enormes reservas de erveiras. Para o seu despertar econômico, bastaria a não muito numerosa população cabocla enveredar pelas gretas das araucárias .

De acordo com as evidências empíricas, coexistiram no Paraná ,

trabalhadores indígenas livres e os trabalhadores negros escravos. Os primeiros entravam no inventário do patrimônio das grandes famílias, faziam parte da herança e viviam em regime muito parecido com a servidão, embora a lei os categorizasse como “administrados” (BALHANA, 1969). A indiada amansada se adaptou mais comodamente ao trabalho nos currais e pequenas estâncias. Ali a caipirada identificou, na azáfama dos campos de criação e condução de tropas, a feição de suas índoles. Os trabalhadores escravos negros também participaram comumente na feitura da erva-mate, porém muito mais em seu primeiro período ascensional. Porém, acredito, em proporção inferior à caboclada livre. Transportavam a mercadoria nos ombros do Planalto até Porto de Cima, bem como peleavam nos engenhos de soque, onde aí se concentravam em maior número.

Em primeiro lugar , a mão-de-obra escrava era cara demais em relação ao comedido padrão de geração de valor da produção ervateira, para ser utilizada desprecavidamente na extenuante faina dos ervais. A geração de valor na atividade ervateira resultava insuficiente para comportar a compra extensiva de escravos. Em 1860, conforme inventário, um escravo jovem em plena robustez valia 800\$000 (oitocentos mil réis), sem contar o imposto cobrado pelo Governo sobre a venda deles de um dono para outro - a siza - ou pela sua saída da Província. Um quilo de erva-mate beneficiada exportada, em média, levava o preço de \$ 170 réis nesse ano. E na média de 10 anos, um quilo de erva atingia \$195 réis. Portanto, nesse ano, eram necessários 4.705 quilos de erva beneficiada

para comprar um escravo. Se fosse mulher no vigor da juventude, tanto pior. Uma “negrinha” foi vendida , em 1862, na vila de Rio Negro, por 1.800\$000 (um milhão e oitocentos mil réis), sem mencionar impostos. Portanto, 10.588 quilos de erva-mate. Com o café seria muito diferente. De 1860 a 1874, o café variava de \$400 réis a \$800 réis o quilo. Pelo mínimo, esse preço equivale a 1.500 quilos de café, com toda certeza bruto, em grão, para compra do mesmo escravo e 4.500 quilos à compra da escrava. Pelo preço máximo de \$800 réis o quilo, bastavam 750 quilos de café ao escravo e 2.250 quilos à escrava. A economia cafeeira gerou um padrão de valorização que podia comportar maior número de escravos. Numa situação de crise econômica, contudo de 1703, na Capitania de Minas, 1 negro bem feito, valente e ladino alcançou 30:000\$000, 1 crioulo bom oficial 50\$000.000 e 1 mulata de “partes” 60:000\$000 (FERRARINI, 1971, p. 33 e 35) . Não havia porquê arriscar mercadoria tão preciosa na insana labuta nos ervais, sujeita à doenças, picadas de animais peçonhentos, bichos ferozes, índios hostis, chuva, vento, frio, privações de toda sorte... Estes números sugerem que os escravos teriam de ser usados com prudência e parcimônia aproveitados com o máximo de eficiência na economia ervateira paranaense.

Ademais, os escravos constituíram a mão - de - obra doméstica especializada, ocupada nos trabalhos dedicados aos mais diversos ofícios artesanais, sob olhar feroz de feitor enérgico. Dentre suas profissões em Paranaguá, em 1844, citam-se: alfaiate, alugado, aprendiz, barbeiro,

calafate, carpinteiro, costureira, cozinheiro, engomadeira, ferreiro, jornaleiro, lavadeira, lavoura madeireiro, marinheiro, mocamba, oleiro, padeiro, pajem, pedreiro, remeiro, sapateiro, servente, serviço doméstico, tanoeiro, bem como os outros ofícios desempenhados nos afazeres cotidianos das fazendas: cozinheiros, arrieiros, domadores, campeiros (BALHANA et alli, 1969) . Seria absurdo dispensar maciçamente todo esse contingente de força de trabalho, que mantinha viva a estrutura social provinciana, para desempenhar o trabalho ervateiro, desobediente por completo às estações do ano. Antes ao contrário, o trabalho escravo especializado conferiu o suporte à atividade ervateira. Quem trabalhava era ele. Mas a mão escrava, ao tocar os diversos ofícios, enodoava de pejo o trabalho duro, aos olhos do português. Somente após a chegada de Francisco Alzagaray, em 1820, que a colheita, secagem e beneficiamento conheceram os primeiros cuidados de racionalização empírica. A colheita passava a obedecer determinado período, de março a setembro. Não haveria sentido em ocupar sazonalmente escravos em larga medida, muito menos antes de Alzagaray, para ocupá-los o ano todo, quando colhiam o mate a qualquer época a produção ervateira não se voltava contundentemente ao mercado externo. Com os escravos negros ocupados nos ervais e atividades afins, não haveria quem os substituísse em seus afazeres profissionais. Ademais a população escrava no Paraná era minoria. Sua participação relativa à população livre diminuiu ao longo de

quase um século. Portanto, pode-se asseverar que se a atividade ervateira recorreu ao trabalho escravo, foi com frugalidade ou em casos de premência.

TABELA Nº 8

CONDIÇÃO DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA (1772 - 1872)

ANO	Livres	%	Escravos	%	Total
**1772	5.915	77,55	1.712	22,45	7.627
**1854	52.069	83,63	10.189	16,37	62.258
* 1866	87.491	88,29	11.596	11,70	99.087
* 1872	116.162	91,67	10.560	8,33	126.722

FONTES: (1772-1854) BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro e WESTPHALEN, Cecília Maria. Obra cit., p. 129 e 117.
(1866-1872) FERRARINI, Sebastião. Obra cit., 131 e 69

Uma dificuldade para utilização do trabalho escravo, inerente à atividade ervateira, decorria da possibilidade de fuga nos imensos ervais. O convívio do escravo negro com o senhor branco era tão insuportável, que muitos deles preferiam o suicídio, por asfixia, engolindo a própria língua, ou envenenamento, ingerindo terra contaminada. Um simples motivo bastava para o açoite. Afora, a sala de suplícios que existia em todas as fazendas. Tamanha brutalidade incentivava desaparecer no meio das matas como um lenitivo, a viver aterrorizado pelo castigo e uma vida de infortúnios.

A utilização da mão-de-obra escrava podia acontecer em todos os níveis, contudo sua concentração predominante ocorreu no trabalho rotineiro executado nos engenhos de soque, sob à vigilância de um feitor enérgico, chicote em punho, para que o produto do trabalho

rendesse o máximo possível (LINHARES, 1969). Embora, escravos negros e índios e homens livres trabalhassem juntos na produção ervateira da colheita ao beneficiamento, a primazia desse trabalho coube seguramente à caboclada.

A população paranaense e brasileira, de modo geral, devem sua formação ao branco, ao índio e ao negro. A força de trabalho escrava inicial foi indígena, que se incorporou mediante aprisionamento nas guerras de preação ou pela “adesão voluntária” deste à cultura do colonizador. Com a introdução da escravaria africana houve a primeira mistura entre índios e negros e destes com o português. Da desagregação da mineração, proveio a mão-de-obra inicial escrava, tanto indígena quanto negra. Depois, a proibição do tráfico negreiro, em 1850, dificultando a obtenção de escravos, forçou a colonização. E muitos escravos do Paraná foram arrebanhados para São Paulo para trabalhar nos cafezais, visando suprir a carência de mão-de-obra.

Como antes afirmado, apesar da importância da força de trabalho escrava na subsistência e ofícios especializados, a produção ervateira recorreu majoritariamente ao caboclo, mais afeito ao trabalho na natureza. A própria condição dos índios, considerados legalmente como homens livres, acabou compondo a mão-de-obra livre mestiça. Aliás, em 1831, o índio terminou desonerado por lei de toda servidão, o que o libertou para o cruzamento racial. Esta força de trabalho cabocla acabou por corresponder à forma assalariada, porque a expansão do mercado

consumidor exigia um número de trabalhadores além do que era possível empregar apenas pelos poucos e caros escravos. Na medida em que a erva-mate se transformava em mercadoria, portanto produzida para ser vendida com lucro, o contingente da força de trabalho, tanto livre quanto escrava, veio assumir uma circunstância típica de transição para formas de produção tipicamente capitalista, fundamentada no trabalho assalariado e na venda sazonal desta capacidade. E como uma contraface da dominação de um capital comercial, as relações sociais no processo produtivo ainda permaneciam anuviadas, não total e claramente delineadas, onde formas tipicamente de assalariamento podiam conviver com a escravidão e inclusive o trabalho realizado por retribuição de favor, no caso dos agregados. Os integrantes desse contingente de força de trabalho não apresentavam a nitidez própria de uma exploração capitalista plenamente constituída pela indústria .

Justamente esse percalço de obtenção de força de trabalho , dado o ínfimo contingente de escravos, impulsionava a utilização de técnicas e meios de produção cada vez mais aperfeiçoados nas diversas etapas e também no beneficiamento: os monjolos, os pilões mecânicos acionados pelo braço humano, parselhas de animais, força hidráulica e finalmente motor a vapor. O trabalhador entrava por conseguinte como um custo para o patrão. E na racionalidade deste para incrementar seu ganho, era melhor substituir o trabalhador assalariado por novas técnicas e máquinas, no momento da reinversão produtiva dos lucros (PEREIRA, p. 52).

Da chegada de Alzaray , em 1820, até a abertura da Estrada da Graciosa, pronta em 1876, os engenhos de soque foram substituídos pelo hidráulico. Concluída a estrada, compensava a plena inversão em motores a vapor, dado que grandes quantidades de mate poderiam ser transportadas com rapidez e segurança, através de carroças e carroções que subiam e desciam a Serra, precedentes ao transporte ferroviário (CARNEIRO, 1962). Nunca mais se falará em escravos dentro dos engenhos. Como asseverou Temístocles Linhares (1969): o escravo foi expulso do engenho muito antes de vir a Abolição. Nele só poder-se-ia falar de operários e salários.

A “fase áurea” do mate ocorreu após a abertura dessa importante e única estrada, já eliminado o maior concorrente. Dessa data, passaram a vigorar os inventos implementados pelo engenheiro Francisco Camargo Pinto, que facultaram ao Paraná a superação de todos os seus concorrentes imediatos: Paraguai, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Eis as principais inovações:

- 1º moedor mecânico;
- 2º abanador mecânico;
- 3º separador mecânico;
- 4º torrador;
- 5º secador;
- 6º misturador.

Todavia , nosso engenheiro encontrou uma feliz colaboração ,

sem a qual teria sido impossível levar os projetos do papel à consecução prática. Foi Gottlieb Müller, imigrante suíço, ferreiro e serralheiro (CARNEIRO, 1962), que dominava com perfeição o ofício dos metais. Estabeleceu inicialmente modesta ferraria e oficina mecânica, na avenida Cândido de Abreu, em 1878, que depois acabou tomando a quadra inteira, transformando-se na grande fundição Müller.

Nesta fase do apogeu ervateiro podem se verificar traços que são típicos de uma produção capitalista em constituição. É o que se denota, a partir de um relato do juiz A. J. Macedo Soares, datado de 1876, compilado por Temístocles Linhares, onde há uma descrição do pessoal ocupado num engenho, bem como salários, quebra de produção, quantidade consumida de lenha e capacidade comparativa de produção entre um engenho hidráulico e outro a vapor:

“ um forneiro , empregado na torrefação;
dois coadores , que coavam o mate em peneiras de taquara , antes de depositá-lo nos pilões de soque, a fim de separar paus, pedras e outros corpos estranhos;
um piloeiro , encarregado de mexer a erva nos pilões durante o soque;
dois ensurroadores, um tem aberto o surrão enquanto o outro soca a erva;
um maquinista, acumulando a função de foquista, no caso do engenho ser a vapor.” (LINHARES, 1969)

Nessa época , segundo Temístocles Linhares , os salários já correspondiam ao preço da força de trabalho. Para revalidar sua

afirmativa, um cálculo simples auxilia. Por exemplo, no ano de 1876, um pãozinho de 200 gramas custava \$60 réis (PEREIRA, 1996). Um salário de 100\$000 réis mensais, para citar o maquinista, compra 55 pãezinhos por dia, quantidade suficiente para alimentar um trabalhador e família¹⁰. No engenho, pagava-se pelo uso da capacidade de trabalho, conforme a atividade desempenhada:

“ Um maquinista não ganhava mais de 100\$000 mensais, o forneiro, os coadores e o piloeiro não iam além de um salário diário de 2\$000 cada um, ganhando os ensurroadores \$400 réis por surrão. “ (LINHARES, 1969)

A produtividade dos engenhos hidráulico e a vapor refletem as primeiras manifestações de mais-valia , resultante das melhorias e avanços técnicos com a finalidade de desenvolvimento das forças produtivas. A maquinaria substituía a força de trabalho humana. Não obstante, a maior parte do excedente produtivo gratuito ocorria no prolongamento exaustivo da jornada de trabalho de milhares de trabalhadores disseminados pelos ervais nativos :

“ O engenho a vapor socava por dia 40 cestos de erva, ao passo que o movido a água ía pouco além de 30, sendo que cada cesto pesava 3 arrôbas, ou seja, para o primeiro uma média de produção diária de 1.800 Kg, e para o segundo, 1.350 Kg, mais ou menos. ” (LINHARES, 1969)

A partir das evidências acima, a esfera do beneficiamento

¹⁰ Um pão de 200 gramas corresponde, na atualidade, a 3/4 de um pão grande caseiro feito artesanalmente.

reuniu num mesmo local as bases de aperfeiçoamento do sistema automatizado da máquina-motriz, dos mecanismos de transmissão e das máquinas-ferramentas que então evoluíam. A força humana e animal foi abandonada pela hidráulica e posteriormente pelo vapor. A utilização da madeira, nas instalações e nas rodas de transmissão de movimento bem como no sincronismo contínuo do sobe e desce dos pilões, cedeu lugar ao ferro. O engenho correspondeu, em verdade, a uma manufatura que concedeu todo o fundamento técnico imediato ao que seria muitas décadas mais tarde a futura indústria ervateira do século XX, interligada com outras indústrias produtoras de máquinas. A manufatura do engenho possibilitou o estudo a uma série de invenções concebidas pelo engenheiro Francisco Camargo Pinto. Na atividade ervateira, inexistia uma transformação industrial. Sucedia uma desidratação inicial por fogo controlado e não muito ardente, alimentado com lenha verde, e depois uma prolongada secagem em instalações específicas. Nem havia uma transformação substancial no aspecto do produto do trabalho humano. A última etapa consistia em mera pulverização da matéria-prima. As folhas eram secas e reduzidas a pó, sequer perdendo sua coloração. No século XIX, o engenho, enquanto manufatura, serviu como uma base material sobre a qual se ergueu a futura produção automatizada.

Um outro relato de João de Mio (1950), reporta em resenha de reminiscência a situação do processo de trabalho nos engenhos de beneficiamento, na última década do século XIX. A grande maioria dos engenhos do Paraná estava localizada em Curitiba. Todos funcionavam com máquinas a vapor. A jornada de trabalho durava 11 horas, das 6 às 6 horas, com um intervalo de 1 hora para o almoço. Os salários dos operários não ultrapassavam 4\$000 réis por dia. Lá dentro, verdes dos pés da cabeça pelo

pó que levantava, eles trabalhavam cercados pelo “ barulho ensurdecido de pilões e do rodar das peneiras. ”

Havia muitas barricarias. E dado o baixo preço da barrica, os barriqueiros trabalhavam desde madrugada para melhor aproveitar o dia. Eram as exigências de um trabalho artesanal de baixa produtividade, que somente poderia garantir a sobrevivência de seus trabalhadores pelo prolongamento e intensificação da jornada de trabalho. Não existiam máquinas de fabricar barricas, apenas as ferramentas especializadas no ofício. Mais tarde, as barricas seriam substituídas pelos conhecidos pacotes de papel kraft.

Liquidado o Paraguai (1870); pronta a estrada da Graciosa (1876), compensando financeiramente a transferência dos engenhos do Litoral para o Planalto; a utilização de máquinas a vapor; as diversas invenções do tecnólogo Francisco Camargo Pinto e o fato de que os argentinos ainda não dispunham de grandes plantações de erva-mate, o Paraná conheceu a fase áurea da indústria do mate. Os impostos auferidos com a exportação de erva-mate se converteram na principal fonte de arrecadação estadual.

4.5 AS FINANÇAS PÚBLICAS

Com o advento da Guerra do Paraguai, as finanças públicas paranaenses auferiram sua sustentação principal da atividade ervateira. Dentro do orçamento, a renda oriunda da exportação de mate figurava em primeiro lugar. Deve-se a este afã o desenvolvimento

econômico do Estado, reforçando sua autonomia enquanto Província e seu desmembramento de São Paulo. O mate caracterizou o Paraná do século XIX e princípios do século XX.

Mesmo antes da Guerra do Paraguai e apesar do ainda atrasado estágio das forças produtivas, a erva mate ocupava posição de destaque. Os engenhos representavam a “fábrica” de importância na Província. E o relatório do primeiro presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcelos, em 1854, denunciava esta realidade, hierarquizando os tipos de engenhos (PADIS, 1981, pg. 45):

“ 1º De socar erva (em nº de 90, pouco mais ou menos), onde o mate recebe o último benefício e preparação.

2º De serrar madeira, em muito menor número.

3º De descascar arroz, poucos.

4º De fazer assucar e aguardente, em pequena escala, alguns. “

O Paraná cinzelou sua identidade produtiva por obra e graça do mate. Adensou população e converteu sua capital, Curitiba, na capital econômica do produto. E dos impostos sobre o mate vieram a grande parte das receitas que abasteceram os cofres públicos e permitiram construir ou deram motivo a obras notáveis: a Universidade Federal do Paraná, a abertura da Estrada da Graciosa, entre outras...

Na próxima tabela expõe-se o quanto representavam as exportações ervateiras na receita da tesouraria de fazenda do Paraná, sendo que não havia nenhum outro produto capaz de superar o valor das receitas de exportações de mate. Elas ocupavam o primeiro lugar na

arrecadação. Vê-se que quanto mais se retrocede ao passado, maior é a participação da exportação ervateira na receita pública. A diminuição de sua importância, será melhor analisada no declínio da economia ervateira.

TABELA Nº 9

RECEITA DE EXPORTAÇÃO ERVATEIRA E RECEITA PÚBLICA

ANO	ARRECADAÇÃO ADUANEIRA SOBRE A ERVA-MATE	%	RECEITA PÚBLICA
1871-72	348:516\$961	60,94	571:880\$099
1872-73	286:111\$167	57,33	498:983\$978
1873-74	195:324\$090	47,22	413:639\$930
1892	390:000\$000	24,51	1.591:062\$944
1893	390:000\$000	25,63	1.521:145\$950
1895	411:657\$844	19,60	2.099:635\$963
1896	397:836\$736	17,03	2.335:630\$000
1897	500:000\$000	18,39	2.718:065\$000
1898	770:727\$264	23,18	3.330:984\$077
1899	552:000\$000	21,93	2.516:260\$035
1900	552.000\$000	21,66	2.547:570\$067
1901	534:505\$610	23,15	2.308:759\$092
1902	850:000\$000	30,79	2.759:740\$292
1903	950:000\$000	33,64	2.823:212\$665
1904	1.100:000\$000	35,22	3.122:571\$910
1905	1.350:000\$000	19,96	6.762:633\$755
1906	1.296:000\$000	19,62	6.604:260\$000
1907	1.400:000\$000	18,91	7.402:550\$000
1908	1.631:000\$000	20,04	8.137:000\$000
1909	1.499:788\$829	18,29	8.195.707\$277
1910	1.588:272\$243	18,15	8.749:462\$104

FONTE: Arquivo Público do Paraná

O Poder Público não cuidou somente de arrecadar impostos sobre o mate como principal receita do orçamento. O Estado também zelou mediante a aprovação de leis que salvaguardassem o mais importante produto paranaense. O objetivo finalizava racionalizar o corte e o beneficiamento do produto, assim certificando sua pureza ao agrado do

mercado consumidor platino. Esta primeira regulamentação ocorreu em 6 de dezembro de 1854, na gestão de Zacarias de Góes e Vasconcelos. Este mesmo regulamento determinou época de colheita, cobertura de carijos, forro para malhação apropriada, sapeco no mesmo dia do corte, malhação no máximo após três dias e imediato encestamento. Havia também a prescrição de penas aos infratores que descumprissem as normas.

Outros regulamentos sucederam. E todos imbuídos do mesmo propósito: proteger, valorizar e aperfeiçoar o ouro-verde paranaense. Era o próprio Executivo do Estado, em comissão no Governo, incumbindo-se de gerenciar com todo o zelo a favor da acumulação ervateira, em respaldo dos interesses dominantes da burguesia ervateira, que trazia o aumento da renda interna no Paraná e a oportunidade de geração de emprego, em larga escala, remunerado em dinheiro ou espécie. Uma consonância harmoniosa de interesses entre o Estado e a classe que, por detrás, o dirigia, os donos de engenho, os quais universalizavam com sutileza seus propósitos de enriquecimento urdidos com as necessidades de vida da população paranaense. Afinal era o mate, a autêntica mercadoria a proporcionar algum enriquecimento para poucos, dado que detinha um amplo mercado consumidor que garantia o ciclo de vida da reprodução e valorização permanente do capital. O Estado era a instância superior onde ecoavam esses interesses e onde teriam de ser resolvidas suas contradições da melhor maneira possível.

O Paraná produzia a erva-mate na região do Planalto e daí

embarcada em Paranaguá e Antonina para os países banhados pelo Rio da Prata, principalmente a Argentina. Esta se articulava a nível mundial como gigantesca estância exportadora, voltada para a produção de carne, trigo e lã destinados aos países industrializados da Europa. Deles importava lãs, sedas, algodões, louças, vinhos, e acrescentou, a partir de 1870, bens de capital, matérias-primas e produtos semi-acabados (AQUINO et alli). Assim de interesses atados, a Província do Paraná e a Argentina, indiretamente no primeiro caso e diretamente no segundo, acabavam partícipes da confraria do mercado mundial, criado pela grande indústria.

4.6 A CARACTERIZAÇÃO DO PRÉ-CAPITALISMO NO PARANÁ

No depoimento do juiz A. J. Soares, em 1876, aparecem translúcidas as relações de assalariamento no Paraná nos setores mais avançados de sua economia (LINHARES, 1969). Pagava-se ao trabalhador o valor de sua força de trabalho correspondente ao seu momento histórico. Havia o comprador da força de trabalho, o proprietário do engenho, e o vendedor da força de trabalho, o operário, denunciando a formação de um mercado de trabalho integrado pelos donos de trabalho operário. Porém, pelo menos meio século antes, já se desfraldava a bandeira do assalariamento, devido ao preço proibitivo do escravo em face do pequeno porte dos capitais invertidos na atividade ervateira; o pequeno número de escravaria em comparação aos imensos ervais; a impraticabilidade do uso da força de trabalho escrava num trabalho sazonal; a impossibilidade

de substituição imediata dos escravos nos ofícios artesanais nos quais se ocupavam; a disponibilidade da força de trabalho cabocla na extração; o emprego crescente de novas técnicas para economizar os custos de utilização de mão-de-obra nos engenhos, desde as mais rudimentares, por exemplo, o monjolo, até o motor a vapor; e à atividade livre de colher as folhas em contato com a natureza. Por estas razões, já se pode afirmar que as relações predominantes tendiam ao assalariamento, principalmente porque ao tempo do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, em 1853, os 90 engenhos da província empregavam força hidráulica no movimento automático sincrônico dos pilões (MARTINS, 1926). Dentro deles, os trabalhadores se limitariam a atender o movimento intermitente do maquinário. Para isso, na região de Curitiba, tiveram de dominar o curso dos rios Ivo, Belém, Bariguy,... Isto por si vem demonstrar o desenvolvimento das forças produtivas, pois o primeiro engenho de soque foi instalado em 1815 e, 40 anos depois, contam-se 90 unidades, todas movidas pela força hidráulica. E, pelo ano de 1880, sob a Presidência de João José Pedrosa, os moinhos de erva atingiram o número de 110, todos localizados no Planalto, cada vez mais avizinados aos ervais nativos, à medida que melhoravam as estradas e o emprego da máquina a vapor libertava a construção de engenhos próximos de rios e córregos. Contudo, era o custo de transporte, em razão da precariedade das vias de comunicação, que mais encarecia o preço da mercadoria (LINHARES, 1969).

Quanto às formas de assalariamento predominantes, durante a

fase extrativa, são conhecidas duas. A primeira se dava ao colher o produto. Os trabalhadores tarefeiros percebiam seu pagamento pela quantidade de erva cortada e sapecada, pronta para seguir aos noques onde ficavam armazenadas. A média de produção por homem era de 8 a 10 arrobas por dia. O trabalho por peça procurava extrair o máximo de excedente produtivo por homem. A segunda forma de pagamento mais corriqueira correspondia aos antecipos. Adiantavam-se numerário ou gêneros alimentícios aos peões pelas empresas ervateiras ou pelos arrebanhadores de trabalhadores, encarregados de reuni-los para o trabalho nos ervais. Os miseráveis permaneciam amarrados à empresa porque não podiam abandonar o trabalho enquanto não quitassem as dívidas contraídas, que acabavam renascendo uma após outra. Esta prática foi utilizada no cotidiano da exploração dos ervais da região do Alto-Paraná, recriando uma forma de exploração da força de trabalho cativa, em razão das dívidas, com quase a mesma desumanidade da escravidão. (DONATO, 1959).

Nas pequenas propriedades, derivadas em áreas de colonização, o trabalho foi executado sem assalariamento explícito. O pequeno produtor vendia sua erva-bruta ao “bodegueiro”, o comerciante interiorano, em troca de artigos de subsistência vendidos por este. A compra ficava anotada no caderninho. A erva armazenada em paiol. Em verdade, pagava-se um salário, enrustido nos gêneros alimentícios faltantes ou outros artigos manufaturados de necessidade. Somente nos latifúndios aparecia o dinheiro vivo. O trabalho penoso se contratava por empreitadas ,

mobilizando milhares de tarefeiros, durante 120 dias. Homens, mulheres e crianças trabalhavam por salários irrisórios. O lucro caberia aos grandes comerciantes exportadores e importadores do produto (OLIVEIRA, p. 40 e 41, Dissertação de Mestrado).

Nos engenhos de beneficiamento vigia o pagamento normal em salário, regulado por uma jornada de trabalho pré-estabelecida e historicamente condicionada. Então, da extração ao beneficiamento, o assalariamento generalizado dimanava na relação social fatal e necessária capaz de viabilizar concretamente a produção ervateira . As características históricas e geográficas intrínsecas à tratativa ervateira trouxe o assalariamento. Este simplesmente exprimiu a forma principal de manifestação da lei do valor para permear as relações sociais entre a burguesia ervateira e a forma embrionária da classe trabalhadora. As condições concretas de vida dos trabalhadores ervateiros em paralelo com as necessidades da burguesia mercantil na exploração social do trabalho para criar um determinado valor de produção estabeleceu elos extremamente fortes entre si, independentes inclusive da própria vontade, os quais impuseram leis sociais ao desenvolvimento da história desses homens (MARX, 1985). O objetivo visava a extração de um excedente gratuito apropriável. E as ditas leis sociais não foram votadas pela Câmara, porque afluam da inescapável convivência entre os seres humanos e impingem uma determinada organização e uma orientação histórica ao desenvolvimento econômico a qual não aparece a primeira vista. São leis sociais ocultas, sutilmente, por detrás da organização

social humana.

De início, a produtividade do trabalho social esteve amarrada à geração de trabalho excedente gratuito, durante a jornada de trabalho, cujo limite esbarra na fadiga dos homens e, felizmente, no dia de 24 horas. No trabalho de colheita e sapeco da erva, ganhava-se pela quantidade produzida. A erva era pesada no romaneio onde se fazia o pagamento aos trabalhadores tarefeiros. Armazenavam-na nos noques, retirando-a gradativamente à medida que evoluía a fase de secagem no carijo ou barbaquá e a posterior malhação na cancha. Aí caberia um salário fixo mensal. O trabalhador atendia a secagem e a primeira trituração da erva-mate sem poder apressar o serviço. As técnicas sucessivamente mais eficientes e modernas, os métodos de trabalho aperfeiçoados, os novos instrumentos e as máquinas multiplicavam a produtividade social do trabalho e colocavam à disposição do capital um número extraordinariamente crescente de mercadorias. E o aumento da produtividade se aliava à redução do trabalho necessário, expresso em salário, somente quando o valor dos gêneros alimentícios e outros artigos de subsistência caíssem de preço. Para reduzir o preço da reprodução da força de trabalho era preciso reduzir o preço dos bens necessários à sobrevivência. Todavia, a extração ervateira transferia para sua atividade a população cabocla. O mate provocava o desabastecimento e a disparada dos víveres (PEREIRA, p. 34 e 35, 1996). A produção de subsistência ficava desguarnecida de braços para trabalhar. Então havia grande carestia nos preços e, para resolver a precária situação, os latifundiários se diligenciaram em trazer imigrantes europeus a fim de cultivarem os campos (WACHOWICZ, 1988).

Enquanto os preços dos bens salário não declinassem, as máquinas e técnicas mais eficientes somente substituiriam os homens,

necessitando menos contingentes de pessoal. Aumentava em escala crescente a quantidade de erva-mate requisitada ao processamento mecanizado. O mesmo trabalho conseguia colocar um número crescente de mercadorias nas mãos dos donos de engenhos para que estes pudessem vendê-las, realizar lucros e expandir a escala produzida. Crescia rapidamente a produtividade do trabalho social nos engenhos, requisitando mais matéria prima para beneficiamento. Assim marchava a acumulação capitalista a exigir a valorização permanente do capital . Acumular, acumular! A lei do capitalismo. A lei social invisível, que não consta no diário oficial, nem é votada pelo Parlamento, todavia rege a acumulação, em verdade, reprodução em escala ampliada do capital , no âmago da sociedade burguesa seja onde existir o modo de produção capitalista (MARX, 1985).

O mate atraiu para si as atenções e os interesses da sociedade paranaense que nele deparou sua maior viga de apoio e possibilitou uma vida econômica mais dinâmica à bucólica Comarca e depois tímida Província. O dinamismo da economia paranaense assentava sobre a atividade do mate, sujeita, por conseguinte, aos desacertos entre a produção e o consumo, traduzidos nas proverbiais crises de preço, que fatalmente desestabilizavam o mercado. Os diversos capitais individuais , empatados na produção e beneficiamento do mate, nutriam em comum o mesmo idêntico propósito: lucro, realizado no mercado platino.

A formação de uma economia de raízes locais, com traços em moldes típicos de produção pré-capitalista, permitiu que grande parte da

população pudesse viver da produção ervateira, abandonando a modorra de uma acanhada economia de subsistência, servida pela pequena produção rural, onde ficava eliminada a possibilidade de extração de trabalho excedente gratuito.

A grande propriedade rural dominava o Brasil. Desde sua origem histórica se voltava à grande exploração comercial, inexistindo a exploração parcelária da terra, dimanante do exemplo agrário feudal europeu. Os escravos foram introduzidos massivamente para a grande exploração de seu trabalho e não houve superposição a uma economia camponesa antecedente. O parcelamento da terra ocorreu muito tempo depois, como um desdobramento ocasional dessa estrutura agrária. O que aconteceu neste Brasil, foi a grande propriedade rural com trabalho social escravo ou livre cooperativo, acarretando a presença de grandes contingentes de trabalhadores e nunca camponeses. Após a abolição, o pagamento assumiu formas mescladas e por vezes complexas. Salário *in natura*, ou o direito a plantar gêneros de subsistência. Todavia, em qualquer caso, quem manda e dirige é o proprietário fundiário. Este representa o verdadeiro ocupante da terra, os que vivem a sua volta, não figuram exceto como meros trabalhadores a prestar serviço ao seu patrão (Prado Júnior, 1987, pág 45 à 47).

Neste Paraná desabitado , as relações de assalariamento principalmente *in natura* principiaram bem antes da abolição, a partir da clara orientação da economia ervateira ao exterior, momento em que tende a imperar, sempre mais, uma situação de dependência externa, que não era um privilégio indisputado desta querência sulina. Fazia parte desse amplo contexto em que o Brasil estava visceralmente inserido para poder se engajar produtivamente num mercado mundial. Refletia uma herança histórica secular, enrustida desde a formação colonial brasileira, que foi aos poucos tomando corpo com o desenvolvimento do capitalismo

internacional. O mesmo Prado Júnior (1983) tematizou arduamente acerca do caráter dependente da economia brasileira , desarticulada em conjunto de seu imenso território, possuindo gânglios que funcionavam separadamente para abastecer primeiro a Europa e depois os Estados Unidos com matéria prima e gêneros alimentícios. Em contrapartida, desses países partiam manufaturados industriais e maquinários imprescindíveis ao funcionamento da economia brasileira. Muito cedo se formou uma estreita dependência e forte identidade de interesses com o comércio marítimo. A economia brasileira foi forçosamente estrelando suas diferentes partes com o comércio exterior. E a economia paranaense, filha legítima deste sistema, praticou o mesmo tipo de relação externa, porém com países platinos, através dos quais garantiu sua existência produtiva, propiciando melhores condições de vida e progresso material à população paranaense.

Em suma , o capital já existe , procedente da circulação de mercadorias. E comparecia à sociedade paranaense em sua forma ideal de dinheiro. Sua primeira etapa parece cumprida em seus requisitos fundamentais. Quem lhe deu o sopro da vida foi o comércio exterior, praticado em grande volume de venda. O modo de produção corresponde ao capitalismo , porém em sua etapa **pré-capitalista** , porque os trabalhadores já se encontram em sua grande maioria, neste território, livres e prontos para a venda e para transformar o dinheiro em capital (HOBBSBAWN, 1985) através da extração de trabalho excedente gratuito. Os trabalhadores rurais não são proprietários das condições objetivas de sua

existência, salvo apenas quando pequenos proprietários de sítios ou agregados nas grandes fazendas. No geral, no Paraná, como no Brasil, reinava imponente o latifúndio. A terra foi desde o descobrimento, concedida às famílias de boas posses e berço esplêndido, da melhor cepa da descendência portuguesa. E foram estas mesmas famílias, agrilhoadas à terra, que se perfilaram as próceres dos grandes negócios ervateiros, donas de “fábricas” de mate, nobiliárquicas figuras do mate: o Barão e Visconde de Nacar (Manoel Antônio Guimarães), Comendador Antônio Alves Araújo, o Barão do Serro Azul (Ildefonso Pereira Correia), o Comendador Antônio Ricardo dos Santos, Comendador Joaquim José Alves, Dr. José Pereira Santos Andrade, Coronel David Antônio da Silva Carneiro... Iniciaram seus negócios de exportação no Litoral e, depois, subiram a Serra do Mar, vindo instalar-se com seus moinhos no Planalto Curitibano (CARNEIRO, 1962).

A economia ervateira compreende portanto a etapa pré-capitalista, não obstante a presença do engenho de fazer erva, que desde a época da ascensão ervateira utilizava a força hidráulica para impulsionar o soque dos pilões e força de trabalho assalariado. Era por conseguinte maquinaria, pois possuía três partes distintas: a máquina-motriz, o mecanismo de transmissão, a máquina-ferramenta. A máquina-motriz era uma roda d'água, acionada por uma força natural já pronta fora dela. O movimento se transmitia aos pilões através de correias. Alternadamente os pilões, em movimento de sobe e desce, pulverizavam a erva cancheada.

Faziam o papel da máquina-ferramenta sincronizada para se apoderar do objeto de trabalho e modificá-lo segundo sua serventia (MARX, 1985). Ela executava o trabalho, antes elaborado pelo braço humano nos rudimentares engenhos de soque, com a vantagem de poder manipular um número maior de ferramentas com igual destreza e muito maior velocidade e ritmo. Nosso pré-capitalismo, em sua economia mais avançada, a ervateira, utilizava já a maquinaria, porém num contexto de manufatura, reflexo de suas particularidades e especificidades locais.

E de 1858, salta o exemplo do primeiro engenho movido a vapor no Paraná, de propriedade de João Antônio Pereira. Aí, a máquina-motriz adquire forma autônoma, livre dos limites da força humana ou da natureza. Ao chegar a última década do século XIX, todos os moinhos de mate de Curitiba são movidos por caldeiras a vapor. Os moinhos formaram uma típica “indústria” confinada na atividade ervateira , em âmbito manufatureiro. Da produção ervateira, não surgiu um porte de acumulação suficiente para criar uma base técnica adequada para produzir máquinas por meio de máquinas e firmar sobre seus próprios pés uma grande indústria.

O pré-capitalismo paranaense , capilarizado na atividade fabril ervateira , constituiu uma fase anterior ao modo capitalista propriamente dito. Este se vê dominado pela grande indústria em marcha de difusão para todas as esferas possíveis de aplicação do capital, seja no setor de bens de consumo ou setor de meios de produção . Nosso pré-capitalismo demarcou uma etapa antecessora da grande indústria, onde

conviveram formas em transição para o completo assalariamento da força de trabalho e a presença do próprio trabalho assalariado. Nele estão presentes também manifestações de relações sociais típicas do capitalismo industrial, como no caso dos engenhos de beneficiamento, quanto de escravidão e aparente servidão na situação dos agregados. Toda a produção social em grande escala se orientava para o mercado externo. Existia para ser vendida e com escopo primordial de lucro, vivendo em situação de livre concorrência, com diversos capitais peleando entre si, em disputa por fatia maior desse mesmo lucro, que lhes garantia a sobrevivência. E, acima de tudo isso, pairava o comandante desta acumulação, que organizou o negócio ervateiro, sem que pudesse ser percebido com clareza: o capital comercial platino, com destaque para o mercado argentino, o grande importador do produto-mercadoria paranaense.

O pré-capitalismo ervateiro paranaense pode ser definido como um modo de produção em transição, anterior e preparatório ao capitalismo propriamente dito, cuja dominância cabe ao capital industrial. Distingue-se por uma força de trabalho, desde a fase ascensional ervateira, tendente majoritariamente ao assalariamento. Todavia não se apresenta inteiramente dependente desse capital comercial, pois garante sua sobrevivência na produção de subsistência. A força de trabalho concorre concomitantemente para a subsistência e a extração ervateira. Não se encontra portanto pronto um mercado livre, exclusivo à compra e venda da capacidade de trabalho, onde o trabalhador somente sobrevive se alienar suas energias ao seu comprador durante todo o ano. O trabalho é sazonal.

De outro lado, a manufatura, o engenho de beneficiamento, não consegue submeter totalmente a produção ervateira nem a força de trabalho, porque o engenho igualmente funciona nos meses de colheita. Logo, mal havia condições concretas de plena expansão econômica das “fábricas” de fazer erva, o capital manufatureiro daquela época e geografia.

Enfim, no pré-capitalismo paranaense, o trabalho não se encontra inteiramente subjugado pelo capital, porque ainda não depende totalmente dele, como é nítido com o capital industrial, e nem o capital comercial consegue subjugar o trabalho por inteiro. Todavia, a produção de valores de troca já avassalou a sociedade, destina-se à venda em larga escala, traz o escopo do lucro e se acha voltada para um grande mercado consumidor.

CAPÍTULO 5

O DECLÍNIO (1902 - 1930)

5.1 A ACUMULAÇÃO PRÉ-CAPITALISTA ABORTADA

Aqui se tratam as causas que contribuíram para a decadência da produção ervateira, enquanto economia principal levada a cabo no Paraná. Será examinado o rompimento dos laços que atrelavam a economia ervateira ao mercado externo. Com a ruptura desses frágeis liames, sucedeu a bancarrota de toda uma estrutura sócio-econômica. Para explicar o colapso do mundo da erva-mate e sua lenta agonia, três fatores sintetizam as condições que tornaram inexorável a derrocada de uma economia inteiramente dependente do mercado externo platino:

1. o protecionismo argentino;
2. as plantações argentinas de erva-mate;
3. o fracasso absoluto de novos mercados.

No limiar do século XXI , argentinos e uruguaiois conservam ainda incólume a tradição de passear pelas ruas, asseclados pela garrafa térmica e a cuia nas mãos, só que atualmente emborcam na cuia seu próprio mate, proveniente da Província de Misiones.

Com tão vasto mercado consumidor, os comerciantes argentinos exploraram o negócio ervateiro desde o século XVI. Os tupis-guaranis os ensinaram a beber o mate nas terras do Paraguai. Simplesmente criaram as marcas próprias, distribuindo o produto que procedia do Paraguai. Praticaram o mesmo com o Brasil com o agravante de virem a dominar

todo o processo de produção em seu território, da plantação ao beneficiamento. Mais ou menos entre 1875¹¹ e 1879, souberam da montagem do provável primeiro moinho de socar erva em Buenos Aires, cuja matéria-prima adviria do Brasil.

Com a instalação de engenhos de beneficiamento principalmente em solo argentino e uruguaio ocorre o certo passo na direção da derrocada ervateira. Possuindo moinhos próprios, o maior problema residia em obter a matéria-prima: a erva cancheada. A princípio o mate bruto era fornecido pelos brasileiros que, gradualmente, foi substituído pelo suprimento interno, através de ervais plantados. As plantações argentinas iniciam por volta da última década do século XIX. No momento em que a produção interna fosse bastante para reduzir a necessidade de importar mate brasileiro, começaria a lenta decadência. Para o Paraná, principal produtor, que nunca participava com menos de 80% da produção brasileira, soava o sino funéreo e pousava o anátema que punha termo a uma economia que respirava e vivia em função do mate. A gradual auto suficiência argentina traduzia a falência de dezenas de engenhos, casas de exportação, manufaturas subsidiárias, notadamente as barricarias e desemprego de força de trabalho. Estas razões explicam o porquê das cifras da tabela nº 9 serem decrescentes. As finanças públicas declinam à medida que a Argentina, o principal importador, vai prescindindo da erva beneficiada. Passa a comprar somente a cancheada e, depois, dispensa-a

¹¹ NOTA DO AUTOR: vide tabela nº 9, essa data vem coincidir com o período de declínio das finanças públicas do Paraná.

também.

Havia dois tipos de erva exportada pelo Brasil: a cancheada , ou bruta , e a beneficiada. A erva beneficiada passou a ser sobretaxada em 15% pelo Governo argentino, favorecendo a importação de erva-bruta para posterior beneficiamento nos moinhos argentinos. O parque moageiro de beneficiamento paranaense recebeu então um duro golpe que com o caminhar do tempo o aniquilaria. O governo uruguaio também concedeu amplas prerrogativas à importação de erva cancheada, beneficiando da mesma forma os engenhos locais.

Esse protecionismo se justificava porque era simplesmente impossível concorrer com a produção ervateira paranaense em razão da formação de uma renda diferencial. Havia um nível superior de produtividade e dos custos de formação, inexistentes na geografia espontânea dos ervais. Correspondia a uma pequena porção do globo terrestre à disposição de uma determinada burguesia ervateira, a qual podia explorar em condições de absoluta vantagem essa nesga de terra de erveiras naturais, excluídos todos os demais concorrentes estrangeiros. O monopólio desse território permitiu a sua valorização pela burguesia ervateira, servindo de base à produção pré-capitalista paranaense. Os ervais atuaram como autênticas imobilizações naturais, reduzindo imensamente o custo de produção. Disso decorria a renda diferencial paranaense, impossível de ser defrontada em condições de competição vitoriosa pela produção argentina. O valor de produção argentino estaria muito acima do valor de produção paranaense. Tanto é que, segundo Temístocles Linhares (1969), as plantações argentinas de erveiras

exemplificaram uma das mais caras inversões agrícolas de que se tem notícia no globo terrestre. Dentre os entraves deparados, a germinação da erva era extremamente difícil e demorada. Suas plantações requisitaram financiamento e assistência de milhões de pesos aos cofres argentinos. Custaram de 3 a 5 pesos por pé plantado, sem mencionar experiências e ensaios fracassados. A produção brasileira possuía qualidade e consistência superiores em razão do amadurecimento natural. Mesmo com fretes e gravames alfandegários, nunca a produção plantada argentina competiu com a nossa sequer em termos de preço (LINHARES, p. 62 e 63, 1969). No Paraná, tal custo não existia. O plantador eram os passarinhos, que através da defecação, semearam prodigamente as ervaes. O protecionismo por conseguinte denotava uma questão sine qua non à sobrevivência de toda uma estrutura produtiva erguida na Argentina.

Para piorar ainda mais , junto com o protecionismo surgiram os ervaes plantados na Província de Misiones que viriam liquidar de vez com o mate paranaense. A expansão dos ervaes plantados naquela região contribuiu decisivamente para a constituição da sociedade local e seu nível de bem-estar, a exemplo do que ocorreu no Paraná.

“ ... O progresso e o bem-estar voltaram a dominar em Misiones, onde foram construídos hospitais, igrejas, escolas, casas de moradias, estradas, caminhos, pontes. As plantações de mate fizeram a população passar de 33.000 habitantes, em 1895, para 245.000, em 1947. E já nesta época a Argentina possuía , segundo dados oficiais, 58.000.000

de erva-mate plantadas em 66.000 hectares de terra, pertencentes a 8.800 lavradores. O valor de 150.000.000 de pesos, aproximadamente, figurando a maior parte delas em Misiones e o restante no norte de Corrientes. “ (LINHARES, 1969, pg. 207)

A tabela nº 10 mostra o privilegiamento da erva-mate cancheada em detrimento da beneficiada, que mesmo assim assiste a queda de suas vendas no mercado argentino. A erva beneficiada cai comparativamente muito mais, até ser completamente banida a partir de 1948. Era o fim de tudo. De uma época. Terminava a lenta agonia. Desalentava o ouro-verde paranaense.

TABELA Nº 10

IMPORTAÇÃO ARGENTINA DE ERVA-MATE BRASILEIRA SEGUNDO OS TIPOS (1923 - 1950)

ANO	CANCHEADA (Kg)	BENEFICIADA (Kg)	TOTAL (Kg)
1923	45.402.411	22.971.980	58.374.391
1925	38.228.125	24.038.208	62.266.333
1927	49.794.126	22.059.981	72.034.107
1929	55.176.105	13.185.802	66.361.907
1931	50.618.805	8.746.270	58.765.075
1933	35.684.395	1.370.011	37.054.409
1935	35.528.922	154.260	35.683.182
1937	35.460.967	381.645	35.842.610
1939	30.667.085	71.581	30.738.666
1941	22.520.649	53.419	22.573.468
1943	19.571.776	52.406	19.624.186
1945	22.300.796	67.159	22.367.955
1947	25.597.400	12.000	25.609.400
1949	12.460.638	-	12.460.636
1950	11.953.636	-	11.953.638

FONTE: CARON, Lucrécia. Obra cit., p. 145.

A Tabela nº 11 mostra por sua vez a ascensão da produção interna argentina de mate e a diminuição progressiva da importação do mate brasileiro e paraguaio.

TABELA Nº 11

VOLUME DE PRODUÇÃO ARGENTINA E IMPORTAÇÃO DE ERVA-MATE DO BRASIL E DO PARAGUAI NO MERCADO ARGENTINO. (1910 - 1938 em toneladas)

ANO	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI
1910	910		
1912	696		
1914	1.174		
1916	2.228		
1918	2.500		
1920	2.900	62.700	5.000
1922	3.700	65.400	5.600
1924	8.500	58.798	6.992
1926	13.000	66.902	8.738
1928	17.800	68.038	7.009
1930	38.500	66.867	6.336
1932	45.000	56.099	5.046
1934	63.874	35.907	1.609
1936	80.451	35.039	3.617
1938	72.201	33.532	4.520

FONTE: CARON, Lucrécia. Obra cit., p. 101.

Na década de 40 , deste século , somente a Província de Misiones produzia uma quantidade superior aos 4 Estados do Brasil, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mais o Paraguai (BACILLA, 1940).

5.2 O FRACASSO DOS NOVOS MERCADOS

Desde meados do século XIX , quando a 5ª Comarca se desmembrara de São Paulo, havia já uma clara percepção, tanto por parte

dos capitalistas ervateiros mais argutos quanto dos governantes, sobre o sério risco de continuarem cativos de um único mercado que, mais cedo ou mais tarde, poderia ter um fim. E então liquidaria o negócio que fez a fortuna de proeminentes famílias paranaenses. Em 1853, Zacarias de Goes e Vasconcelos alertava para despertar o gosto do mate em outros lugares, abrindo-lhe novos mercados (LINHARES, 1969).

Muitos estudiosos europeus , como Saint Hilaire , escreveram vários tratados científicos minuciosos sobre as excelentes virtudes medicinais do mate, divulgados na Europa. Por esse aspecto, quem sabe introduzi-lo nos ricos mercados europeu e norte-americano não constituísse tarefa tão difícil . Assis Brasil chegou inclusive, em 1900, a defender o uso do mate pelo vaqueiro americano. Pregou essa política em Washington, quando lá esteve como ministro brasileiro, porquanto julgasse existir muita similaridade entre os afazeres do vaqueiro ianque e seu colega gaúcho (LINHARES, 1969).

Londres também conheceu o mate brasileiro numa exposição de produtos agrícolas em 1862. O mate recebeu elogios enaltecedores por suas propriedades . Sua utilização somente requeria boa propaganda e a Europa acabaria seduzida prazerosamente ao mate, ao lado do uso do café e do chá. Não se sabe o resultado dos conselhos. O fato é que persistiram por mais de meio século com a propaganda do produto sul americano a garimpar novos mercados em chão europeu, sem a menor perspectiva de sucesso. O mate permaneceu confinado a ser hábito regional sul-americano, apesar de suas comprovadas qualidades revigorantes, estimulantes, digestivas, laxantes e dietéticas.

Apesar do empenho insistente à ampliação do mercado , que contou com os aperfeiçoamentos técnicos e científicos do engenheiro

Francisco Camargo Pinto, as campanhas publicitárias nos mercados europeus e, inclusive, a ação regulatória de um Estado burguês caboclo, gerenciando com prestimosidade em favor dos negócios do mate, não puderam superar o problema da dependência infausta a um único mercado externo. Diversas leis procuraram organizar e aperfeiçoar o produto. O regulamento de 6 de dezembro de 1854 que bem ordenava o corte de erva-mate para assegurar sua pureza; a lei nº 349/1873 elevava as multas para os falsificadores de erva-mate; a lei 429/1875 proibia a colheita de erva-mate na mesma árvore antes de 3 anos e determinava o sapeco e encarijamento no mesmo dia; a lei 810/1885 protegia os interesses dos moageiros paranaenses, ao taxar em 2\$000 réis por 15 quilos de erva bruta, a fim de não fornecer matéria-prima aos molineiros argentinos; a lei 1.575/1915 arrendava mediante contrato os ervais das terras devolutas do Estado; e tantas outras mais em favor do mate, portanto dos interesses da burguesia ervateira revelavam a natureza do papel do Estado (MARTINS, 1926 ; BACILLA, 1940; COSTA, 1958). Era o mate quem mandava na política paranaense. No entanto, a diminuição das compras argentinas, o maior consumidor, fez o negócio desmilinguir em crise (tabela nº 9). E não houve substituto à altura dos argentinos para comprar na mesma escala uma vez que sua influência subliminar era tão forte que o Governo do Paraná se fazia subserviente.

A situação de decadência ervateira parece ter sido cancelada em definitivo a partir de 1902 através da lei de equiparação, no Governo Vicente Machado. Tal lei, nº 449 de 22 de março de 1902, criou uma

situação que, ao invés de deter a derrocada, contornando o protecionismo argentino, praticou o contrário (MARTINS, 1926) . Este regulamento derrubava a lei 810/1885 que beneficiava os donos de engenho, preservando a tradicional indústria. Assim como os paranaenses sobrecarregaram com impostos a erva cancheada, os argentinos fizeram o mesmo com a erva beneficiada que aportava em Buenos Aires, liberaram de impostos a concorrente cancheada. As tentativas de ganho do lado paranaense correspondiam a perdas do lado platino, consoante aos princípios da mais perniciosa livre concorrência, onde a retaliação recíproca funcionava como melhor resposta . Vicente Machado, cômico da dependência da receita pública às exportações ervateiras, entende que o relevante é defender o volume das exportações. Era preferível vender o mais possível do que pugnar pelo parque moageiro paranaense. Definiu um imposto de 450 réis por 10 quilos de erva-mate exportada cancheada ou beneficiada. Ao fazer isso, equiparou os dois produtos. Era mais vantajoso exportar a erva cancheada, mais barata que a beneficiada e com a mesma carga de impostos. O povo interiorano explorava a indústria extrativa do mate e produzia a erva cancheada e dela retirava algum sustento extra para facilitar a sobrevivência, obtendo o que a produção de subsistência não oferecia. Criavam-se mais concorrentes dentro do próprio setor, além de favorecer o industrial estrangeiro. Ao invés de proteger o produto beneficiado, organizar os produtores rurais, além de submeter os

moageiros também a uma associação disciplinadora da produção em favor dos próprios interesses da burguesia ervateira, optaram por uma estratégia ao avesso . Os impostos maiores deveriam recair sobre a erva-bruta (BACILLA, 1940; LINHARES, 1969). Assim preservar-se-ia o parque industrial paranaense, além de defender a renda interna proporcionada pelo setor e a integridade do capital ervateiro invertido. Mas, estas medidas pertencem a um capitalismo mais organizado, racional e desenvolvido dentro do processo histórico, em etapa mais avançada.

Os efeitos dessa lei se mostraram eficazes . Cresceram o valor e o volume exportado, preservando-se a mais importante cultura do Paraná, embora falissem um após outro os engenhos, liquidando com 70% do parque moageiro paranaense. O volume e valor de erva cancheada aumentou, porém o de erva beneficiada seguiu o caminho inverso até a extinção completa pela década de 60.

5.3 A TUTELA DO CAPITAL COMERCIAL SOBRE A PRODUÇÃO PRÉ-CAPITALISTA PARANAENSE

Até 1930 , a economia do Paraná se resumia à erva-mate. Sua exportação, 4/5 do total, representava o esteio econômico paranaense. Mais do que evidente era a visceral dependência ao mercado externo latino-americano. Dele provinha a força expansiva interna. Sua interrupção súbita ou gradual significava a desagregação de uma economia hegemônica e historicamente dada.

O mercado externo representava a principal fonte de estímulo ao crescimento dos diferentes setores da economia brasileira que assim

amarrava suas diferentes partes ao comércio exterior. Assim foi a borracha no Amazonas, o cacau na Bahia, o café no Vale do Paraíba, o ouro em Minas Gerais, o açúcar no Nordeste. Economias primárias, quase desarticuladas entre si, voltadas para o comércio exterior. A idêntica correspondência era válida para a economia do Paraná, filha legítima desse sistema, em termos de promoção de sua acumulação interna pré-capitalista, atrelada às exportações para a Bacia do Prata. Caio Prado Júnior (PRADO JÚNIOR, 1966) salientou a dinâmica do desenvolvimento capitalista brasileiro dependente das exigências do comércio externo. O mercado interno passava a se expandir com novas e maiores necessidades sociais, nível econômico mais elevado e o aumento geral do consumo à medida que o mercado externo dava condições para aumentar o nível de importação dos produtos que aqui não se produziam.

A dependência ao mercado externo , logo ao capital comercial , era o fio condutor que imprimia o movimento da economia brasileira, determinava seu comportamento global e o nível da produção como um todo. O mate simplesmente obedecia fielmente este modelo:

“ Já na América Latina, não só as exportações eram praticamente a única componente autônoma do crescimento da renda como o setor exportador representava o centro dinâmico de toda a economia. “ (TAVARES, 1983, pg. 30)

O mercado externo ervateiro , sob o comando-mor do capital

comercial argentino, orquestrava o ritmo e o andamento da acumulação pré-capitalista paranaense, ditado religiosamente por este paradigma. Dimensionava sua prosperidade ou empobrecimento, conforme os importadores argentinos se aproveitassem de nossa superprodução e irracional concorrência interna. Assim manipulavam os preços da mercadoria enquanto as próprias forças de mercado locais ainda escapassem ao controle da sociedade paranaense. Mesmo assim, até a Argentina prescindir das importações, a acumulação pré-capitalista paranaense ocorreu positivamente, porém, tímida, encabulada, qual a imagem do caboclo, como se ele refletisse em seu acanhamento o próprio espírito da organização produtiva paranaense. O sobre-trabalho gratuito era realizado mediante a venda do mate aos importadores platinos. Caso permanecesse latente no estado de mercadoria, sem transformar-se em dinheiro para movimentar o ciclo do capital, este era interrompido e desabava então a crise inexorável sobre o ciclo de reprodução do capital ervateiro. Os ervais plantados em Misiones soaram o sino funéreo da derrocada da economia ervateira, enquanto esteio de organização social da produção no Estado. Tirou de circulação primeiro a erva beneficiada, pelos idos dos anos 30, com seu parque moageiro e, por fim, a erva cancheada na altura da década de 60.

5.4 O CAPITAL COMERCIAL PLATINO E O DESENVOLVIMENTO DA ACUMULAÇÃO PRÉ-CAPITALISTA NO PARANÁ

Segundo Rudolf Hilferding (1985), o comércio representou o impulso inicial ao desenvolvimento capitalista. Ele já existia antes da produção social de mercadorias tornar-se generalizada, sendo o primogênito sobre o capital industrial. O comércio atraía às suas mãos

parte do lucro gerado pela produção social, ao conseguir reunir em torno de si os diversos lugares de fabricação e depois, através da venda, distribuir as mercadorias aos respectivos consumidores finais. Por essas razões, o comércio tomou a anterioridade sobre o desenvolvimento capitalista industrial, quando concentrava riqueza e revolucionava uma produção outrora artesanal em capitalista industrial. A princípio, o comércio subjogava a produção industrial e depois, com a evolução desta última sucedeu o inverso.

Hilferding teceu sua teoria a partir do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, pontuando o capital comercial como antecessor do capital industrial. Esta condição igualmente percorreu a mesma etapa abaixo dos trópicos. O capital comercial se instalou primeiro. Esse testemunho é tanto verdade que o primeiro a chegar à 5ª Comarca de São Paulo, em 1820, com o propósito de organizar mais racionalmente a produção social ervateira, construindo para isso o primeiro engenho de soque do nosso litoral, foi o argentino Francisco Alzaray, então representando os interesses comerciais da Bacia do Prata. Ele trouxe inclusive a receita caseira de como deveria ser a mescla de mate, apetecida ao paladar de Buenos Aires.

Assim teve de ser o “ estado das artes “ , devido à própria exigência de organização mundial que o capitalismo precisou buscar para se desenvolver dentro de seu processo histórico. No século XIX, já havia se conformado um mercado mundial, para comprar e vender mercadorias, dentro de um esquema de divisão internacional do trabalho. “ *O comércio mundial é a condição necessária da grande indústria mecanizada* “ (MARX, 1982). Por isso então, mediado pelo comércio mundial, os países

industrializados avançados passaram a exportar seus produtos manufaturados aos países mais atrasados que, conforme conseguiam se ajustar ao capitalismo mundial, vendiam mercadorias primárias aos países industrializados. Assim, a 5ª Comarca, que depois se tornou Província e depois Estado se interligou, por via indireta, a este comércio mundial e a esta divisão internacional do trabalho ao fornecer um meio de subsistência altamente reputado nos seus países consumidores platinos e, estes, por sua vez, vendiam carne, lã e trigo à Europa. Este comércio de mercadorias manufaturadas industriais por mercadorias agrícolas e minerais, e vice-versa, intensificou o sistema de trocas para o desenvolvimento do capitalismo mundial. Ele se desenvolveu a partir da evolução das forças produtivas, bem como da possibilidade de ter mercados consumidores de produtos manufaturados industriais. Assim desenvolveu a produção e conquistou mercados para ela.

Portanto, o destino da produção ervateira, enquanto principal mercadoria produzida no Paraná, estava nas mãos do mercado externo, e no momento em que este começasse a redirecionar a demanda, a crise de superprodução se instalaria inexoravelmente, exceto se o próprio mercado externo viabilizasse saída alternativa para tentar contrabalaçar as perdas. Os novos mercados não vingaram e a supremacia do mate foi substituída pelo café, desassociado completamente da atividade ervateira.

A economia ervateira paranaense cresceu em quantidade e qualidade enquanto atividade dinâmica. Aumentava a produção e se aperfeiçoavam os seus meios de produção - equipamentos, instalações, máquinas. As compras originadas pelo mercado externo, e na medida que

este o permitia, deram lugar à modesta reprodução ampliada do capital ervateiro mais nitidamente no estágio de beneficiamento. Os meios de produção evoluíram dos engenhos de soque, acionados pelo braço escravo, a movidos por parselhas de animais, depois hidráulicos e, finalmente, com caldeiras a vapor. O sobre-trabalho produzido foi invertido produtivamente na compra de novos meios de produção e mais força de trabalho, sobrelevando a capacidade de produção ervateira. Todo e qualquer aumento da riqueza material dos moageiros e por consequência da sociedade paranaense atendia como por ressonância, em situação de completa dependência externa, ao comando do capital comercial.

A extração da mais-valia na atividade ervateira paranaense se dava de acordo com as peculiaridades históricas relativas ao estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua fase pré-capitalista. A mais-valia já aparecia, todavia, não num contexto do capital industrial. Esta categoria exprime o trabalho excedente gratuito apropriado pelo patrão, durante uma determinada jornada de trabalho. O trabalhador produz o seu equivalente em salário, traduzido em meios de subsistência, mais um adicional que termina nas mãos do proprietário capitalista, transformado em lucro nas condições do mercado. Este processo ocorre de modo nítido na produção industrial, para a qual existe inclusive um mercado de trabalho, com um dado preço de sua força de trabalho, capaz de sustentar o trabalhador e sua família. Na economia ervateira, isto ocorria no moinho de beneficiamento. Nele peleava o operário, vendedor de sua força de trabalho, recebendo conforme a tarefa que desempenhava dentro da fábrica ervateira, fosse maquinista, piloeiro, forneiro, coador, ensurroador, ... Todavia, o engenho funcionava exatamente nos meses de colheita de erva-mate, o processamento do produto fora desta época afetava imediatamente seu paladar. A erva amargava, desagradando os consumidores. Portanto, a categoria mais-valia

absoluta não atuava abertamente como na plenitude do capital industrial, espreado por todos os setores da produção. Agia até sazonalmente, numa caminhada histórica para o seu vir-a-ser em plena manifestação, nesta querência sulina do Brasil.

Em primeiro lugar, a produção dos meios de subsistência acontecia através da lavoura de subsistência, onde a caboclada produzia para o sustento próprio nas grandes propriedades e nela vivia como agregada, ou em seus próprios sítios, oriundos das inúmeras partilhas entre as famílias numerosas dos grandes proprietários, descendentes da nobreza portuguesa. A reprodução da força de trabalho não estava, por conseguinte, mercantilizada em sua totalidade. Garantida a sobrevivência, os trabalhadores poderiam se aventurar nos ervais, de março a setembro, numa atividade extrativa sazonal. Lá recebiam pagamento em dinheiro por quantidade de erva sapecada, desvinculado das necessidades de sobrevivência dos trabalhadores e, concomitadamente, muito aquém do volume de produção realizado. O pagamento mal dava para cobrir-lhes o corpo, tão maltrapilhos mourejavam. Conclui-se, sem exagero ou distorção factual, que a maior parte de sua extenuante jornada de trabalho se nutria de trabalho excedente não pago.

Nessas alturas, lugar desta última dedução, mora uma das assertivas mais significantes e de difícil demonstração desse estudo. Os autores pesquisados (BACILLA; LINHARES; CARNEIRO; MARTINS; WACHOWICZ; PEREIRA) são unânimes em declarar o pauperismo em que vegetavam os trabalhadores ervateiros. Eles se fundamentaram na evidência empírica, a simples observação da realidade social, documentada em livro. Alguns deles conheceram muito de perto a faina

ervateira porque suas existências estiveram diretamente envolvidas com a erva-mate, caso de LINHARES, BACILLA, CARNEIRO. Mesmo assim, a grande parte das informações são qualitativas, dificilmente se encontram números. O que testificaram estava no recebimento pelos trabalhadores mineiros conforme a quantidade de erva-bruta sapecada; a penosidade do trabalho; as 12 a 15 horas ininterruptas de secagem da erva cancheada-mate; o salário fixo nos engenhos. Havia um processo de trabalho responsável pela valorização do produto a fim de transformá-lo em mercadoria, mas como se pode medir o tanto de trabalho necessário e o tanto de trabalho excedente? Mas, se não existia trabalho excedente apropriável pelo capital comercial, como alguns proprietários de engenho acumularam fortuna? De onde se gerava **concretamente** a acumulação pré-capitalista ervateira capaz de aumentar a capacidade de processamento dos engenhos, realizar inversões em novas máquinas, substituir o engenho de soque a pilão, pelo hidráulico, ou movido a parrelha de mulas, e depois o a vapor? Se os trabalhadores ervateiros percebiam um salário miserável, que mal lhes cobria o corpo, e os proprietários de engenho faziam fortuna bem como os importadores platinos, em algum ponto esse valor excedente teria de ser criado. O capital comercial jamais cria valor. Ele se apropria do valor criado pela exploração do trabalho na produção. Aí, a delicadeza da sustentação de um dos pilares teóricos desse estudo: a demonstração rigorosa da formação deste trabalho excedente não

pago. Qual sua proporção em relação ao trabalho necessário? Não se pode negar sua existência, do contrário não haveria fortunas, nem reprodução de capital, entretantes era gerado na atividade produtiva pela miserabilidade de milhares de caboclos. Por isso, afirma-se que a maior parte do trabalho nos ervais, da colheita ao cancheamento, somente poderia corresponder a trabalho gratuito que corria às mãos dos grandes exportadores, os proprietários de engenho. Na jornada de trabalho, os ervateiros trabalhavam um excesso quantitativo gratuito, além do ponto suficiente à reprodução de suas pobres existências, que corria ao bolso dos grandes comerciantes. Nos engenhos de beneficiamento, o processo de valorização se torna mais claro, apesar de mutilado pela sazonalidade. O proprietário dos meios de produção, o capitalista comercial engenheiro, adiantava seu capital, pagava o valor da força de trabalho e assim adquiria o direito ao uso das energias do trabalhador no processo de valorização.

Afora esta explicação, somente outras duas se admitem à acumulação capitalista paranaense: o milagre ou a divindade do capitalista, um ser tão sublime que, sozinho, pode substituir, por sua extraordinária capacidade de poupar e trabalhar, uma sociedade inteira.

Os ervais eram um regalo da natureza, uma imobilização natural. Se assim não acontecesse, toda a jornada de trabalho ervateiro teria de praticamente ser por completo consumida na produção de um valor destinado concomitantemente à reprodução da força de trabalho mais o excedente de trabalho gratuito para o capitalista. Derrubar a densa floresta de araucárias ou queimá-la, plantar as erveiras, esperar 5 anos

para vê-las crescer, colher, sapecar, cancheiar, transportar, o beneficiamento nos centros urbanos, a embalagem. Tudo isso, tornaria muitíssimo mais complexa, difícil e elevada a geração social de valor de troca. Um produto, talvez, com quase o mesmo valor do café. Quanto mais se direcionado a um sub-mercado do capitalismo mundial, situado na região do Rio da Prata, acostumada a comprar uma indispensável bebida de muita barateza, do consumo dos pobres, peonada farta, na rude e dura pelea diária, do carneamento e tosquia nas estâncias . Café era para a mesa do rico. Então a própria existência prévia dessas imensas imobilizações naturais, era já uma facilidade à extração de trabalho excedente manual, pelo uso intensivo da mão-de-obra em fatigantes jornadas de trabalho . O feijão, o arroz, o milho e o charque viriam da produção de subsistência. Garantiam antecipadamente a sobrevivência do trabalhador ervateiro, que quando dirigia-se em grupo para a colheita das ervaíras, levava consigo seu farnel, a paçoca de carne seca, comida que não estragava. O pagamento oriundo do trabalho ervateiro de colheita, sapeco, secagem definitiva e cancheamento daria para alguma outra “ *extravagância* “, um corte de xita, farinha branca, um chapéu de barbicacho, açúcar mascavo... enfim, consumo de produtos não produzidos pelo próprio produtor. Aliás, o pagamento percebido se dissiparia facilmente nos meses de entresafra.

Nos engenhos de beneficiamento , o caso era diferente . Ali predominava o assalariamento. E havia um preço determinado à reprodução da força de trabalho, conforme o exemplo de um engenho a vapor, anteriormente citado, conforme relato do juiz A.J. Macedo Soares, datado de 1876. Ali, havia mais condição à manifestação de mais-valia relativa, desde que houvesse diminuição do preço dos bens destinados à reprodução da existência da força de trabalho. Havia a presença de maquinário, inclusive aperfeiçoado pelo engenheiro Francisco de Camargo Pinto, homem que aplicou apaixonadamente a ciência à técnica de preparo

do mate. Os operários dos engenhos trabalhavam das 6 horas da manhã às 6 horas da tarde, enquanto brilhasse o sol e houvesse quantidade suficiente de erva para o soque durante o ano.

Sem querer adaptar grosseiramente a cosmovisão marxista em outra realidade, este era o contexto de geração da mais-valia, mesmo que não totalmente desenvolvida em suas relações sociais e todas as etapas da produção ervateira, a fim de fundamentar a acumulação de capital manufatureiro em maior dimensão comercial. Gerava-se na produção sobrevalor de um lado, apropriado pelo grande comércio de outro. Em realidade, as dimensões e possibilidades de realização desse sobrevalor, ao que tudo indica, foram ditadas pelo capital comercial argentino, desde os antanhos de Francisco Alzagaray, em 1820. E o que foi feito dela?... E onde foi parar o capital ervateiro?

CAPÍTULO 6

O PARADEIRO DO CAPITAL

6.1 A FALÊNCIA DE UM EMPREENDIMENTO

A economia ervateira faliu, após longa crise de agonia. O maior de todos os compradores, a Argentina, passou a abastecer-se com os ervais plantados na Província de Misiones. Assim que estes estiveram no ponto de colheita e somado a um parque moageiro próprio, liquidou com o negócio paranaense. Foi uma lenta decadência. Também não existiu a alternativa de outros mercados, posto que o Rio Grande do Sul, onde havia o maior consumo nacional de erva-mate, era auto-suficiente. Os ervais nativos também se estendiam até o Norte daquele Estado. A economia ervateira do Paraná, enquanto produtora de uma mercadoria genuinamente local, interrompeu o processo de acumulação pré-capitalista e não conseguiu dar um salto qualitativo como fez o café, canalizado para a inversão no capital industrial. Em verdade, como afirmou Temístocles Linhares, ao dizer que o mate era uma bebida mais ao alcance da algibeira do pobre, aludiu inconscientemente também o fato de ser esta uma riqueza apoucada, com um porte de acumulação insuficiente para dar sequência a uma forma superior, mais complexa e vultosa, verdadeiramente capitalista, calcada na indústria. Agora é investigar o porquê tudo isso aconteceu e qual o destino histórico permitido ao capital ervateiro.

O mercado interno revela-se incapaz de dar suporte ao capital instalado na produção ervateira. Os milhões de consumidores moravam na Bacia do Prata. Sendo assim, o capital comercial, responsável pela dinâmica da atividade, desloca-se para o exterior, voltando-se cada

vez mais para a comercialização da produção missioneira.

6.2 O PREÇO DE PRODUÇÃO E A RENDA FUNDIÁRIA

O mate paranaense inundou o mercado platino. Operava em regime de livre concorrência. Dezenas de engenhos concorrendo entre si, sem seguir plano ou organização pré-estabelecida. Nenhum deles reunindo condições de determinar o preço, à mercê do capital comercial para oferecer-lhe abundantemente seu pó-esverdeado. O mate dos pinheirais obteve êxito e consolidação pelo extermínio genocida e propositado praticado contra o Paraguai, cuja população masculina adulta foi praticamente dizimada e desarticulada completamente sua produção. Mesmo com a extraordinária queda da população paraguaia, durante o conflito, a produção ervateira voltou a ser retomada por aquele país, embora numa dimensão muito aquém do período anterior à guerra. Cotejando as exportações paraguaias e paranaenses para o mercado argentino percebe-se com clareza os efeitos deletérios do genocídio paraguaio, ainda meio século mais tarde (tabela nº 12). No período até a Guerra do Paraguai, aquele país abastecia a quase totalidade do mercado argentino. Na década de 20, ao contrário, o Paraná liderava o mercado, mesmo vivendo a decadência e enfrentando a concorrência clandestina de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, que igualmente vendiam para o Prata.

TABELA Nº 12
 IMPORTAÇÃO ARGENTINA DE ERVA-MATE

Ano	TOTAL			PERCENTUAL		
	Brasileiro	Paranaense	Paraguaio	BRASIL	PARANÁ	PARAGUAI
1923	68.374.391	40.242.192*	5.151.956	92,99%	58,85 %*	7,00%
1924	59.068.432	43.745.676	6.991.519	89,41%	74,05 %	10,58%
1925	62.266.333	37.291.204	10.285.876	88,82%	59,88 %	11,17%
1926	66.901.855		8.737.656	88,44%		11,55%
1927	72.034.107		8.997.985	88,89%		11,10%
1928	68.037.955		7.009.178	90,66%		9,33%
1929	66.361.907		6.897.541	90,58%		9,41%
1930	66.867.346		6.335.542	92,57%		7,42%
1931	58.765.525		6.439.863	90,12%		9,87%
1932	56.099.244		5.045.653	91,74%		8,25%

FONTE: Camera de Comércio Argentino-Brasileña La Yerba Mate. La Yerba (1923-32) Mate. Atelier de Artes Gráficas Futura, Buenos Aires, 1933, p. 22. (*1923-25) Martins, Romário. Ilex. Obra cit., p. 255.

Mesmo sem a concorrência paraguaia, a exploração dos ervais parananenses deparava com as dificuldades impostas pelas condições naturais a requerer grande sacrifício de deslocamento aos locais onde medravam as manchas verdes. O muito que se pagava era pelo simples serviço de limpeza dos ervais. Livre dos arbustos, a colheita duplicava ou triplicava. Este trabalho de roçar o mato era o único a ser remunerado na exploração dos ervais. O preço cobrado oscilava de 15\$000 a 25\$000 réis por alqueire limpo, considerado muito barato para os padrões da época, com toda a certeza no último quartel do século XIX (LINHARES, 1969). Conforme a região e seu dono, nada se pagaria, pois o próprio trabalho de colher a erva ajudava a amansar a bravia mata cerrada de araucárias¹².

Com certeza, estes minguados mil-réis, cobrados para limpar a mata inóspita, traduziam a pequena quantia que se poderia mencionar como renda fundiária, proporcionada pela economia ervateira aos proprietários

¹² Vide também entrevista com ALEXANDRE WEINHARDT DA SILVEIRA

das regiões de erveiras naturais. A renda fundiária representa uma certa soma em dinheiro, obtida anualmente pelo proprietário ao arrendar uma parte de suas terras. No caso dos ervais, não havia um arrendamento formal pelo simples motivo que eles eram imensos, espalhados em todas as direções, e nem sequer havia um mercado de terras suficiente para gerar diferenciais de renda a partir de mercadorias agrícolas. As vastas terras incultas, sem os meios técnicos apropriados para sua valorização mediante trabalho social, igualmente pouco valiam. O trabalho de cultivo era bruto e com instrumentos manuais que traduziam baixa produtividade. Portanto, não poderia ainda existir um mercado disputado de vastas terras incultas e por conseguinte uma demanda social a fim de que estas produzissem algum gênero alimentício altamente cobiçado no exterior. O serviço de limpeza da floresta, precedente a colheita ervateira, resultava numa das escassas formas do grande proprietário auferir alguma renda, conquanto ocasional. Consistia assim uma forma tímida de valorização da terra enquanto meio de produção. Por estas condições, deduz-se que o processo de acumulação pré-capitalista ervateira não podia expressar a eventualidade de riqueza afluyente.

A quantidade de valor trabalho embutida no mate paranaense era sensivelmente menor do que a quantidade de trabalho do mate que se podia produzir em qualquer país platino. Os ervais nativos expressavam uma imobilização espontânea. Na Argentina, seria capital constante exigido para formar as plantações, adentrando como um componente da composição orgânica do capital para encarecer a formação de preço bem

superior ao mate paranaense. Os argentinos teriam de fazer suas plantações, aguardar o tempo mínimo oportuno de colheita (5 anos), além de conservá-las e providenciar seu financiamento. O protecionismo argentino deliberado bloquearia a entrada do produto paranaense, primeiro obstaculizando o ingresso de erva beneficiada e, por fim, da erva bruta.

Os ervais espontâneos, semeados pelos pássaros silvestres, serviam como uma *base natural* à obtenção de mais valia. A própria condição natural facultava esta possibilidade, a fim de que todo o tempo da jornada de trabalho não fosse consumido por inteiro na produção de meios de subsistência. O trabalho excedente nos ervais resultava com a maior intensidade, aproveitando o máximo do dia, enquanto houvesse claridade. Na secagem definitiva nos carijos ou barbaquás, esta etapa poderia ocorrer mesmo à noite. A produção ervateira era sazonal, de março a setembro, enquanto a produção agrícola de subsistência, levada a cabo nos sítios ocorria nos meses restantes. Garantiam-se os meios de subsistência nos minifúndios, pois eram produzidos em sua primazia para o consumo e o que sobrasse comercializavam nas cidades (PEREIRA, 1996). Inexistia uma produção capitalista de meios de subsistência, apenas longas e penosas jornadas de trabalho, onde se explorava ao máximo do suportável a força de trabalho, o que dificulta a utilização plena de categorias teóricas como a mais-valia. A extração ervateira funcionava como um complemento às necessidades vitais da população cabocla paranaense. Aliás, diga-se de passagem, uma titânica lida que mal dava para manter seus trabalhadores. Ganhava-se alguns tostões, na década de

20 deste século, aproximadamente \$ 1.500 réis por dia para podar e sapear a erva, posto que a situação dos trabalhadores nos ervais sempre foi paupérrima. Dessa forma a maior parte da jornada de trabalho constituía trabalho excedente a ser apropriado pelos donos de engenho de soque a vapor e destes ao capital comercial. Os ervais nativos e abundantes ofereciam com prodigalidade uma produtividade natural ao trabalho extrativo.

O que é preciso depreender da irrisória renda fundiária proporcionada pela erva-mate e o seu preço de produção é que, em si, demonstrava uma riqueza definhada, de pequeno poder de acumulação capitalista comparada, por exemplo, com o que representou o café. Este conheceu uma capacidade interna de acumulação e gerou uma produção social conducente a um processo industrializante pela região do Vale do Paraíba.

A produção ervateira foi agonizando devagarinho à medida que a Argentina se eivou de protecionismo e expandiu seus ervais plantados em Misiones. Uma agonia que durou pelo menos 50 anos, a partir do dealbar do século XX. Desde 1928, percebeu-se com nitidez que o café seria o sucessor da erva-mate enquanto novo ciclo econômico, embora inexistissem elos econômicos entre ambos. O café se expandiu numa outra região, gerando uma dinâmica diferente do ponto de vista da força de trabalho e da acumulação de capital. A erva-mate já estava em crise, e seu descenso passava a ser compensado pela renda cafeeira, que parte para moldar a nova fisionomia econômica paranaense. A receita pública oriunda da exportação ervateira, no ano de 1929, era de 13,52 % e o café entrava

com 15,56 %. Os cafezais paulistas avançavam em marcha batida sobre o Norte do Paraná, como um prolongamento pioneiro das suas plantações extensivas, em abandono das terras estorricadas do Vale do Paraíba.

No ano de 1935 , embora o café parananense representasse apenas 0,3 % da produção brasileira, para o Paraná significava 42,3 % dos impostos sobre a exportação e 15 % de toda a receita corrente do Estado e ao mesmo tempo participava com somente 14,4 % do valor total das exportações. O mate então contribuía com 34,5 % dos impostos sobre a exportação (PADIS, 1981).

A produção cafeeira permitiu as condições internas de partida ao processo capitalista industrial brasileiro. O café demandava um conjunto de tarefas exigentes de enorme contingente de mão-de-obra: derrubada da mata, a queimada, plantio de mudas dentre as cinzas, limpezas regulares do mato, espera de 5 anos para a primeira colheita, derriça de grãos, secagem, despulpagem, ensacamento e transporte (TOLEDO E GANCHO, 1996, pág. 40 à 42). Todos esses procedimentos geravam um valor de produção incomparavelmente maior vis-a-vis com o mate, requisitando milhares de trabalhadores escravos e livres. Financiou inclusive o recrutamento maciço de força de trabalho imigrante que desembarcou da Europa para trabalhar nos cafezais. E junto com os cafezais que avançavam pelo interior paulista, acompanharam as ferrovias para transporte de passageiros e cargas, totalizando 1.640 km de ferrovias em 1885 somente no Estado de São Paulo (MORSE, 1954, pág. 229), valorizando ainda mais estas terras, contra 100 km para transporte

de erva-mate no Paraná nesse mesmo ano. E os lucros proporcionados pelo café, administrados pela oligarquia exportadora cafeeira permitiram a fundação de bancos e indústrias, expandindo ainda mais o horizonte de aplicação dos negócios (SILVA, 1986, pág. 53 e 54) Tinha seu preço regulado pelos interesses do grande capital inglês e americano que inclusive monopolizavam seu comércio. Por ser um produto que atendia principalmente aos gostos de requinte da classe enriquecida européia e norte americana, gozava de alto preço na hora da venda no mercado internacional (NORMANO, 1939, pág. 156).

Por isso, o café conseguiu criar os requisitos internos fundamentais para o salto ao capital industrial brasileiro, conforme estudo de João Manuel Cardoso de Mello (1986, pág. 99):

1. concentrou lucros elevados , aliás , trabalho excedente não-pago, em mãos das classes proprietárias, prontos a se baldearem para a indústria;

2. transformou a força de trabalho humana em mercadoria através de relações de assalariamento, o que engendrava a formação de um mercado interno de consumo.

Com o mate, o “ estado das artes “ foi diferente. Configurou um processo acanhado de desenvolvimento pré-capitalista. Não necessitava ser plantado. Dispensava copiosa força de trabalho e nem geraria um produto com maior valor de produção, visto que a natureza já concretizara gratuitamente grande parte do trabalho. Seus lucros foram modestos¹³ ,

¹³ Vide também entrevista com TEMISTOCLES LINHARES

concentrados na mão de um ou outro barão do mate e os imigrantes que para aqui vieram, localizaram-se na produção de subsistência, pois a atividade ervateira solapava sobremaneira o número de trabalhadores dedicados à produção de subsistência. Foram os grandes fazendeiros paranaenses que financiaram a vinda de imigrantes, não a burguesia ervateira (WACHOVICZ, 1988). Ademais, nas pequenas propriedades, o penoso trabalho ervateiro acontecia quase sem assalariamento monetário. Trocava-se a erva sapecada e pesada por gêneros de consumo pessoal com os pequenos comerciantes. Nas regiões de latifúndio, atuavam os tarefeiros, que percebiam salários ínfimos na colheita da erva-mate, num trabalho extensivo, em seus princípios sem qualquer racionalidade de organização e errático, ao contrário da produção cafeeira, fixa e orientada em moldes racionais capitalistas, cultura delicada que exige desvelo permanente durante o ano inteiro e por quase 40 anos, período de vida do pé de café.

A tabela 13 provoca uma comparação entre o café e a erva-mate. Estabelece analogia entre a quantidade exportada, preço e percentual no total das exportações brasileiras. Percebe-se que o peso do café supera a erva-mate, a qual se contenta com um perfil bastante acanhado na totalidade das exportações brasileiras. E a medida que transcorrem os anos aumenta inclusive a diferença de preço entre as duas mercadorias. O preços do café se elevam em relação ao mate. Não há como constestar a supremacia cafeeira, nem sua maior capacidade de acumulação.

TABELA Nº 13

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL - EXPORTAÇÃO (1900 - 1938)

Anos	Café quantid. (ton)	Erva-Mate quantid. (ton)	Café preço réis/kg	Erva-Mate preço réis/kg	Café % do total das exportações	Erva-Mate
1900	549.300	33.992	\$881	\$510	56,9	2,0
1902	789.420	41.929	\$519	\$523	55,8	3,0
1904	601.500	44.162	\$651	\$436	50,6	2,5
1906	837.960	57.796	\$499	\$483	52,0	3,5
1908	759.480	55.315	\$484	\$476	52,2	3,7
1910	583.449	59.360	\$660	\$488	42,3	3,1
1912	724.800	62.880	\$963	\$501	62,4	2,8
1914	676.200	59.707	\$650	\$458	57,7	3,6
1916	782.340	76.776	\$753	\$495	51,9	3,3
1918	445.980	72.781	\$790	\$546	31,1	3,5
1920	691.500	90.686	1\$245	\$557	49,1	2,9
1922	760.380	82.346	1\$978	\$650	64,5	2,3
1924	853.560	78.750	3\$431	1\$116	75,8	2,3
1926	826.060	92.657	2\$845	1\$232	73,8	3,5
1928	832.860	88.180	3\$410	1\$303	71,5	2,9
1930	917.280	84.846	1\$992	1\$123	62,6	3,3
1932	16.100	81.400	2\$547	1\$068	71,6	3,5
1934	848.820	64.702	2\$491	1\$105	61,1	2,1
1936	851.160	66.601	2\$621	\$962	45,5	1,3
1938	1.026.788	63.241	2\$236	\$938	45,0	1,2

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Rio de Janeiro, 1986.

Por ocasião da venda, quando as circunstâncias de mercado determinam o preço da comercialização, havia a interferência perniciosa dos grandes importadores argentinos dominadores do negócio, que forçavam o preço para baixo, perfeitamente cômicos da desorganização dos moageiros paranaenses e da livre concorrência entre eles. Os

intermediários chegaram a impor um contrato de rebaixa, aceito com naturalidade pelos exportadores brasileiros, onde estes consentiam na redução do preço dantes contratado, caso algum outro exportador brasileiro ofertasse erva-mate a um preço menor. Sempre vigorava e se pagava pelo menor preço e assim triunfava uma insensata concorrência entre os produtores, situação que os importadores argentinos bem souberam se aproveitar (BACILLA, 1940).

Enfim, a acumulação ervateira não alicerçou as condições internas à mudança qualitativa ao desenvolvimento do capital calcado na grande indústria.

As possibilidades de desenvolvimento pré - capitalistas oferecidas pela economia exportadora ervateira foram tremendamente exíguas e restringiram a formação de capitais, atada à capacidade para importar meios de produção. Apesar de sustentar grande parte das finanças públicas estaduais, não evitava o déficit crônico que sempre rondava o orçamento, tolhendo as ações do Governo. A extração ervateira chegou inclusive a inibir a produção de trigo, dada sua facilidade de obtenção, todavia era o que a região dos pinheirais podia oferecer de mais rentável em termos comerciais. Da pauta de importações paranaenses, devem ser destacados os trilhos e acessórios para a construção de modesta ferrovia ligando Curitiba à Paranaguá, no último quarto do século XIX (PADIS, 1981).

6.3 A REALIZAÇÃO E A TRANSFERÊNCIA DO LUCRO

A partir de 1820, marco da produção ervateira voltada às exportações os lucros devem ter sido maiores, como se depreende do testemunho fornecido pelo engenho de Manoel Miró. À medida que este negócio prosperou em razão do crescente consumo nas Repúblicas do Prata, os intermediários argentinos conseguiram cada vez mais interferir nos níveis de realização do preço de mercado. Os lucros foram deprimidos e rebaixados pela ação sagaz dos importadores argentinos, que exerciam um poder oligopsônico na formação dos preços dado a livre concorrência entre os produtores. Eles protagonizaram os grandes compradores atacadistas. Possuíam o capital monetário para comprar a produção, sabendo tirar proveito disso com habilidade (BACILLA, 1940). Adquiriam a erva cancheada ou beneficiada e, depois, colocavam suas próprias marcas, dominando até a mercadologia do negócio. Quando passaram a ter seus próprios engenhos e ervais plantados, o que é provável de 1880 em diante, a influência argentina aumentou sobremaneira e chispou a ser nociva. Os preços de produção paranaense se formavam consoante seus custos e lucro médio, os quais podiam sofrer redução pela ação dos compradores na ocasião da venda, deprimindo-os até a níveis abaixo do preço de produção.

Os intermediários argentinos e uruguaios recebiam o produto bruto ou beneficiado e a partir dele criaram suas marcas registradas. Empacotavam, peneiravam, misturavam e rotulavam a mercadoria, criando novos tipos de erva. Assim organizaram um mercado cativo em seus

países, para atender aos diversos gostos dos consumidores. Modificavam apenas a forma de apresentação da mercadoria, mais grossa, mais fina, com mais ou menos pauzinhos ou pura folha. Essa preocupação mercadológica não passeava pela mentalidade atrasada de nossos moageiros tupis-guaranis. O negócio, também por isso, corria ao mando dos importadores atacadistas (BACILLA, 1940).

Os nossos barões do mate não tinham capital dinheiro suficiente para financiar sua própria atividade. Nem o produtor conhecia qualquer espécie de financiamento. Eles levantavam dinheiro nos bancos, assinando letras de exportação como garantia. Com essa importância, a safra era financiada (OLIVEIRA, 1974) . Os donos de engenho, ou os exportadores enviavam os sacos vazios para o interior para serem enchidos de erva. Prontas as remessas, estas singravam para Buenos Aires. Lá, os argentinos faziam a sua classificação e impunham seus preços. Com o esgotamento do prazo, os exportadores brasileiros ficavam espremidos contra a parede. Empenhados nos bancos, exigentes da liquidação a todo custo de suas letras, os lucros acabavam deprimidos. Os exportadores paranaenses se obrigavam a aceitar as condições argentinas. Para compensar, estes apertavam no lado mais fraco. Descontavam quase 40% do valor dos produtores, na ocasião da pesagem e classificação. Talvez, fosse esta a medida da redução no lucro na hora da venda. Essa prática ocorreu depois que os argentinos conseguiram ter engenhos próprios e contaram com abastecimento de seus ervais plantados ou nativos.

Então pode-se afirmar que boa parte do lucro , principalmente quando os argentinos começaram a se tornar independentes, motivando a decadência paranaense, foi transferida às mãos dos importadores platinos, os argentinos e uruguaios. Mas, primordialmente os primeiros , posto que mais da metade da exportação ervateira desembarcava em Buenos Aires.

Todo esse processo , da produção até o consumo, transpunha várias paragens. A primeira respeitava à produção. O caboclo com sua família colhia a erva nos meses de inverno. Era a safra. Vendia sua produção ao pequeno comerciante do interior, que lhe adiantara facão, sal , fósforos, riscados de chita, farinha, xarque, enfim artigos de uso e consumo pessoal ou doméstico para que pudesse podar as ervaíras, fazer o sapeco e a secagem definitiva ou viver um pouco melhor (OLIVEIRA, 1974). O produtor recebia seu pagamento em dinheiro ou meios de subsistência, conforme o preço vigente no mercado. Emborcava a erva nos sacos vazios do bodegueiro, o qual pagava ao produtor, conforme recebesse do comerciante atacadista exportador ou moageiro, segundo a cotação de preço do comprador. No final, aparecia o importador argentino, que exigia determinada classificação e padrão de qualidade, quando não nomeava de “ podrida “ a erva brasileira. Usava de todos os artifícios para colocar as suas condições, uma vez que os exportadores ou moageiros brasileiros estavam pendurados nos bancos, os quais lhes acenavam com as letras, promissórias, ou documentos correspondentes, vencidos. Os brasileiros, genuflexos, assentiram com o inevitável contrato de rebaixa, e com este dinheiro pagavam suas pendências. Muitos exportadores e moageiros

brasileiros quebraram desta maneira. Quando recebiam o pagamento, este não cobria as despesas. O lucro pode ter sido deprimido em até 40%. Em 1920, sucederam falências em cascata, quando inclusive pequenos comerciantes fecharam as portas.

Todavia no século XIX, havia uma diferença significativa em favor dos brasileiros porque os argentinos dependiam da nossa erva mate. Esse foi o período de menor interferência, quando os moageiros paranaenses puderam realizar maiores lucros. Os bancos facilitavam mais o empréstimo. Os resgates não eram feitos em títulos bancários, mas em conta corrente e em prazo mais longo. E a erva era vendida em consignação (BACILLA, 1940).

O reverso dos “*anos de ouro*” começa a se mostrar escancarado a partir de 1902, com a lei nº 449 (a lei de equiparação) que acabava por viabilizar a liquidação do parque moageiro paranaense. Procurava escorar o esteio econômico do Estado ao proteger a erva cancheada. A extrema-unção dessa situação hostil transparece em 1910, momento em que a Argentina passa a se suprir de sua própria matéria-prima, tornando-se autosuficiente. Quanto mais crescia a produção de Misiones, mais exigentes se tornavam os argentinos no momento da classificação.

Com a decadência ervateira , a contar dos primeiros anos do século XX, os lucros que permitiam a acumulação do capital, transferiram-se aos importadores atacadistas argentinos. Estes sim, construíram grandes fortunas e souberam administrar um próspero negócio.

6.4 A TRANSFERÊNCIA DOS ENGENHOS

A decadência ervateira foi sacralizada mediante a decretação da lei de equiparação em 1902. O que interessa destacar agora é o fato de favorecer a exportação de erva cancheada ao invés da beneficiada, dado que ambas pagavam aqui os mesmos impostos. Esse procedimento pragmático implicava na mudança dos engenhos para o mercado de consumo final. A empresa Leão Júnior foi uma das que instalou engenho em Buenos Aires. Para justificar esta transferência geográfica, acodem os cálculos do deputado Nicolau Mäder, importante industrial do ramo, retratando as despesas de colocar a erva bruta de Curitiba no mercado de Buenos Aires, com a seguinte contabilidade:

Erva cancheada: 1.000 quilos x \$280,8 réis (01) 280\$701 réis
 quebra de 5% no peso por causa do benefício, então 1 quilo = 0.95 quilos
 4\$000 réis por 1 arroba (14,25 kg) = $(4\$000 \div 14,25 \text{ kg}) = \$280,701 \text{ rs/kg}$

Despesas em Curitiba

Barricas e embarricamento.....	40\$000
Frete até Antonina.....	26\$000
Impostos e embarque em Antonina.....	52\$000
Frete e seguro até Buenos Aires.....	46\$000

 (02) 164\$000 réis

Despesas em Buenos Aires

Direitos à Alfândega (0,015 por quilo x 1035 quilos)	... \$15,52
Adicional de 2% sobre o valor oficial de \$120	\$2,40

Descarga, armazenagem, selos, etc.	\$2,12
Despachante, análises, tanoeiro, carretos	\$3,40
Benefício em Buenos Aires	\$7,00

	\$30,42 (pesos)

Ao câmbio de 4\$000 por peso ouro x \$30,42 (03) 121\$680 (réis)

Soma em réis (01) + (02) + (03) = 566\$381 réis

Uma tonelada de erva cancheada de Curitiba sai ao preço de 566\$381 rs em Buenos Aires, incluindo todos os encargos adicionais. No caso da erva beneficiada em Curitiba o preço em Buenos Aires era 663\$800 réis em Buenos Aires. Portanto, um acréscimo de 98\$320 réis (17,35%) em relação ao preço da erva cancheada em Buenos Aires. Eis as despesas:

Erva cancheada: 1.000 quilos x \$280,8 réis(01) 280\$701 réis
 quebra de 5% no peso por causa do benefício, então 1 quilo = 0.95 quilos
 4\$000 réis por 1 arroba (14,25 quilos) = \$280,701 rs/kg

Despesas em Curitiba:

Barricas e beneficiamento	60\$000
Frete até Antonina	34\$000
Impostos e embarque em Antonina	52\$000
Frete e seguro até Buenos Aires	42\$000

(02)	188\$000 réis

Despesas em Buenos Aires:

Direitos à Alfândega (0,04 por quilo x 1.121 quilos)	\$40,84
Adicional de 2% sobre o valor oficial de \$120.000	\$2,40
Descarga, armazenagem, selos	\$2,12
Despachante, análises, tanoeiro, carretos,	\$3,40

	\$48,76 pesos
Ao câmbio de 4\$000 por peso ouro x \$48,76 (03)	195\$040 réis
(01) + (02) + (03) =	663\$741 réis

FONTE: Martins, Romário e ABREU , Alberto. O Livro do Mate. 1ª edição
Weiszflog Irmãos Editora , São Paulo e Rio de Janeiro, p. 104.

Fica claro que era mais vantajosa a importação de erva cancheada 17,39% mais barata e menos taxada (0,015) do que a beneficiada, tanto do ponto de vista do exportador de erva bruta quanto do importador atacadista argentino. Este foi o motivo pelo qual moageiros paranaenses tomaram a decisão de ir instalar seus engenhos em terras argentinas para aproveitar a diferença. Sedar seu imobilizado no próprio mercado consumidor, posto que o cerco aos moageiros brasileiros apertava. Mas, o que relata Temístocles Linhares acerca desta disposição, é que também vieram a fechar suas portas no território platino. Uma hipótese para tal desdobramento é a margem de lucro relativamente pequena para o fabricante do Paraná instalado em Buenos Aires, comparado às despesas de instalação e construção do engenho mais os outros custos inesperados surgidos in loco. Observem-se os números para averiguar quanto ganhavam os importadores argentinos com a erva beneficiada em Curitiba:

Custo em Buenos Aires da erva beneficiada em Curitiba =	\$664 réis/quilo
10 quilos =	6\$640 réis
1 peso = 1\$750 réis, 10 quilos (6\$640 ÷ 1\$750)	\$3,80 pesos
15% para descontos, empate de capital, corretagens, selos da letras, comissão de bancos, reclames..... ..	\$0,57 pesos
5% sobre 4,90 ao comissário importador	\$0,24 pesos
	\$4,61 pesos
lucro para o fabricante 5%	\$0,24 pesos
Preço para a venda de 10 quilos	\$4,85 pesos
Preço para a venda de 1 quilo	\$0,485 pesos

Cada 10 quilos de erva-mate beneficiada em Curitiba, não pode ser vendida a menos de \$4,85 pesos em Buenos Aires (10 quilos) ou 0,485 pesos o quilo, para permitir um lucro ínfimo de 5% para o fabricante, comparado aos 122,13% de lucro, em 1842, do engenho de Manoel Miró, proporcionado em circunstâncias especiais de mercado. Fazendo a conversão (0,485 pesos x 1\$750 réis = \$848 réis), cada quilo não poderia ser vendido lá a menos de \$848 réis o quilo. Lembre-se que a erva beneficiada em Curitiba chegava a \$664 rs o quilo em Buenos Aires.

Caso a importação fosse de erva cancheada para beneficiamento pelo fabricante portenho, assim ficariam os números:

Custo em Buenos Aires da erva cancheada em Curitiba =	\$566 réis/quilo
10 quilos =	5\$660 réis, 1 peso = 1\$750rs
10 quilos (5\$660 rs ÷ 1\$750 rs)	\$3,24 pesos
gastos do exportador com desconto de letras, cobranças, selos, mais o	

lucro de 10%	\$0,33 pesos
lucros para o fabricante argentino 5%	\$0,20 pesos
preço para venda 10 kg	\$ 4,13 pesos
preço para venda 1kg	\$ 0,413 pesos

A erva-mate cancheada com beneficiamento na Argentina pode ser vendida mais barata e com a mesma proporção de lucro. Foram essas diferenças que justificaram a transferência de engenhos paranaenses para a Argentina e também o Uruguai. A falência que os assombrou aqui, também os perseguiu lá.

6.5 O CAPITAL MANUFATUREIRO E COMERCIAL REMANESCENTES

Dos engenhos transferidos para as Repúblicas do Prata e os que permaneceram em suas atividades, restam alguns sobreviventes. É importante lembrar que o mercado argentino absorvia mais da metade da produção ervateira paranaense. Agora nossas preocupações se voltam aos que conseguiram aturar no negócio apesar da crise instalada.

A Argentina transitara de país importador a país exportador de erva-mate. Fizera-se autosuficiente pela multiplicação progressiva do suprimento missioneiro (CORREA FILHO, 1957) . Se necessitasse porventura do produto, poderia solicitá-lo de outros três Estados brasileiros fornecedores e concorrentes do Paraná: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Isto significa que o Paraná perdera sua superioridade, agravada pela concorrência no mercado interno. Assim o mate deixou de ser sustentáculo principal das receitas públicas (vide

tabela 9), dada sua perda de hegemonia no mercado externo argentino.

A perda do mercado argentino representava uma média de 59,94% das exportações paranaenses (tabela nº 6). Na década de 40, a Argentina abandonou por completo as compras de erva beneficiada, preterida pela erva bruta. Sem dúvida, desta feita, muitos proprietários de engenho se quebraram , dilapidando seu capital manufatureiro. Contudo, restou o Uruguai, que absorvia aproximadamente 28,12% das exportações. Os exportadores ervateiros sobreviventes, que já possuíam alguma ligação com aquele mercado, remediavam-se com ele. O Uruguai ainda proporcionava melhor segurança. Erveiras plantadas jamais vicejaram naquele território, o que acontece até hoje.

O relato de João de Mio , já citado , datado de 1908 , deixa transparecer que cada família ervateira era proprietária de um engenho. Não menciona que uma família, pertencente a aristocracia ervateira, possuísse mais de uma “fábrica” de socar erva. Não muito distante dessa data, em 1880, contam-se 110 engenhos no Paraná, todos no Planalto, dos quais sobraram 26 firmas exportadoras. Apenas 23% prosseguiram suas atividades, na década de 30 deste século. Ei-las: Leão Júnior & Cia, Bernardo Stamm, Fábricas Fontana, H. Jordan & Cia, J. Procopiak & Irmão, David Carneiro & Cia, J. Wolff & Irmão, G. Molli & Cia, Nicolau Mäder & Cia, H. Douat & Cia, Meirelles Souza & Cia, E. Rio G. de Mate Ltda, Ascânio Miró & Cia Ltda, A. Araújo & Cia Ltda, Guimarães & Cia, B. R. de Azevedo & Cia, José Lacerda, Jordão Mäder & Cia, Emiliano A. Seleme, Francisco Machado, A. de Almeida & Cia, Correia & Cia, I. R. F. Matarazzo, E. Von Linsingen &

Cia, Antônio A. Ramos, Arthur Pereira (BACILLA, 1940) .

Quando , na década de 30 , se vislumbrou inexorável a perda do mercado argentino, criou-se, em 1938, na undécima hora, o Instituto Nacional do Mate que instituiu, de cima para baixo, o monopólio das exportações de mate. Nasceu no momento em que a maioria dos industriais beiravam a falência, sem crédito e a quem apelar. Impunha-se ao produtor um preço único de compra e ao comprador um preço único de venda. Surgia um cartel no âmbito do capital comercial. Acabava-se com a concorrência. O Instituto do Mate determinava que as 26 firmas deveriam participar do Centro de Exportadores de Erva-Mate Ltda. Este Centro arvorou-se a exportador oficial e monopolizador do comércio interno e externo do mate. Havia os entrepostos, armazéns coletores de mate, que levantavam um crédito mínimo junto ao Banco do Brasil para adiantar aos produtores. De posse da produção, repassavam-na a prazo ao Centro, dominado por poucas poderosas firmas. Perfaziam um tripé. Numa extremidade os caboclos ervateiros, no meio o Centro e na outra ponta, as firmas exportadoras. Os produtores mal tinham cobertos seus custos de produção e os exportadores, partícipes desse monopólio, eram generosamente remunerados. Em verdade, na prática, os primeiros bancavam o negócio dos grandes exportadores. O Entreposto pagava o produtor no ato da venda por um preço mínimo, com dinheiro emprestado do Banco do Brasil, 7\$000 réis a arroba. Os exportadores - as 26 firmas - compravam o mate do Entreposto com prazo de 60 ou 90 dias para

pagamento. Beneficiavam o produto ou exportavam-no. Depois liquidavam a dívida com o Instituto do Mate, vendendo pelo dobro do preço, vigente no mercado uruguaio, assim que recebessem dos importadores (BACILLA, 1940; LINHARES, 1969)

Das 26 firmas pertencentes a este cartel de exportadores , a principal era a Leão Júnior & Cia Ltda. Vendia para a firma uruguaia Carrão & Cia Ltda, que possuía uma rede varejista de gêneros alimentícios, espalhados pelo país, distribuindo o mate para milhares de consumidores, conforme o gosto deles. A Leão Júnior era a fabricante da marca, cujo aviamento fora receitado pela firma uruguaia. (BACILLA, 1940; LINHARES, 1969)

O Instituto Nacional do Mate distribuía as quotas para cada exportador (Tabela 14). A Leão Júnior ficava com quase metade . Posteriormente sua fatia foi aumentada para 9 mil toneladas:

TABELA Nº 14

Quotas de Exportação de Erva-Mate para o Uruguai por Firmas

Leão Júnior & Cia Ltda	6.800 toneladas
David Carneiro & Cia Ltda	2.000
Viúva G. Molli & Cia Ltda	1.800
Fábrica Fontana Ltda	1.700
José Lacerda	1.300
Ascânio Miró & Cia Ltda	1.300
B.R. de Azevedo & Cia Ltda	1.000
Nicolau Mäder & Cia Ltda	900
J. Prokopiak & Irmão	900
Guimarães & Cia	750
Adalberto Araújo & Cia Ltda	600
H. Douat & Cia Ltda	500
Correia & Cia	500
Alfredo de Almeida & Cia Ltda	450
Emílio von Linsingen & Cia Ltda	300
Soc. Coop. dos Prod. de Mate de Mafra	300
Meireles, Souza & Cia	100

Total	14.400

FONTE: Bacilla, Antônio. Obra cit., p.121

A empresa Leão Júnior merece alusão especial por ter sido um dos poucos exemplares sobreviventes do parque manufatureiro ervateiro. A retirada argentina forçou uma acomodação daqueles que restaram, numa briga desesperada para se adaptar ao novo contexto. Esta firma conseguiu

se projetar ao mercado uruguaio com a venda de erva beneficiada e manteve-se no mercado argentino comercializando erva-bruta.

A Leão Júnior direcionou suas atividades capitalistas em diversos ramos. Em 1912, possuía manufatura ervateira no bairro do Batel, em Curitiba, que pertenceu ao Barão do Serro Azul, depois transferida, em 1923, ao bairro do Portão, em razão de insuficiente tamanho. No mesmo ano de 1912, estendeu suas operações à exploração madeireira. Em idêntica situação, porém em fins do século passado, o Barão do Serro Azul também se dedicou à atividade, com a serraria Ildefonso Pereira Correia & Cia, movida a vapor. Para o transporte ervateiro, originário de São Mateus, constituiu a “ Empresa de Navegação Fluvial Leão Jr. Ltda “. Na década de 50, centralizava um conjunto empresarial capitalista:

“ Moinhos Leão Jr., Fábrica Matte Leão ,
Fábrica de Caixetas Leão Jr., Fábrica Matte Leão,
fábrica de aduelas e barricas Leão Jr. , com
sedes em Curitiba; fazenda Leonópolis, Serraria
Leonópolis e Laminadora “ Leonópolis “, em
Guarapuava; Fazenda Maria Clara (ervais),
Serraria Maria Clara, Armazém e Depósitos Leão
Jr. em São Mateus do Sul; Fazenda Curitiba, de café
e pecuária em Jacarezinho e Armazém Leão Jr. em
Paranaguá. ” (CARON, 1976, pg. 205)

Enfim, a Leão Júnior concentrou a produção , acumulando seu capital gradualmente pela reinversão gradual de seus lucros. Em 1923, contava com 50 operários e, em 1930, somavam 300 operários. Além do

que a mudança do Batel para o Portão, que deveu-se às antigas instalações não comportarem o volume de produção exigido pela atividade, trouxe o prolongamento dos caminhos de ferro para dentro do engenho, facilitando o carregamento de bateladas de erva beneficiada para Paranaguá. Então a concentração da produção ocorreu não somente com esta empresa. Outras também viveram o mesmo processo. O Barão do Serro Azul ampliou e modernizou o engenho Iguaçu, bem como, com a ajuda de Francisco Camargo Pinto, projetou e inovou o engenho Tibagi, em 1884, impulsionado a vapor e com “configuração técnica aperfeiçoada “. A acumulação ocorria, manifesta na concentração da produção, ampliação da capacidade de processamento ervateiro, elevação da composição orgânica e extração de mais-valia . Porém, talvez o número mais acertado é que com a crise adventícia, somente 30% desse capital manufatureiro perdurou em começos da década de 40 deste século.

A centralização do capital sucedeu da mesma forma. O exemplo da Leão Júnior demonstra a concentração da propriedade, em suas rédeas, de diversas outras empresas afins ao ramo ervateiro. O próprio Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, maior industrial paranaense de sua época, centralizou a propriedade de diversas empresas capitalistas: fábricas de mate, a Companhia Impressora Paranaense, ao fundir sua litografia com a tipografia do periódico “ Dezenove de Dezembro “, o controle acionário da Companhia Ferro Carril de Curitiba, a já citada

serraria, localizada em São José dos Pinhais, e as bases do Banco Industrial e Mercantil (VARGAS). Todos os negócios bancados com recurso próprio, via lucros, ou através de controle acionário, porém cuja atividade sustentadora pousava no processamento e exportação de erva-mate. Foi uma espécie de Barão de Mauá das araucárias.

A outra empresa sobrevivente foi a Moinhos Unidos Brasil Mate. Em realidade, representou uma fusão de um grupo de empresas ervateiras, em 1953, voltadas ao comércio com o Uruguai, para que os derradeiros remanescentes não fossem à bancarrota. Toda a manobra tinha por causa as dificuldades crescentes colocadas pelo mercado platino. Nesse novo agrupamento de náufragos, já não se enumeram as mesmas 26 empresas, arroladas no livro de Antônio Bacilla. São agora nomeados oito estabelecimentos familiares, com certeza os derradeiros, herdeiros da legendária burguesia exportadora ervateira, a saber: Fábricas Fontana S.A., David Carneiro & Cia S.A. , B.R. Azevedo & Cia Ltda, Vitorino Correia Leite, Jordão Maeder Neto, Caetano Munhoz da Rocha Neto, Alfredo Ribeiro e José Lacerda & Cia Ltda (CARON, 1978).

6.7 O FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO E A INEXISTÊNCIA DO CAPITAL FINANCEIRO.

Um dos grandes embaraços ao desenvolvimento da acumulação pré-capitalista no Paraná foi a ausência de uma instituição financiadora sólida da produção ervateira, durante todo o período em que a erva-mate significou o esteio econômico dessa terra. Nunca vingou em território paranaense um banco capaz de empreender tal tarefa, nem nenhum

potentado da burguesia rural do Planalto. Pudera!, o capital financeiro não estava constituído de forma independente do capital comercial. Na hora de comprar a produção, quem sustentava a operação eram os comerciantes importadores atacadistas platinos, notadamente os argentinos, atuando como capital financeiro.

Uma das hipóteses que se cogitaria para explicar o fenômeno é até evidente. A pré-acumulação capitalista paranaense estava em formação. Engatinhava. Além do que, a economia anterior dominante, de comércio de muares, notabilizada pelos tropeiros de “*tiro longo*” e “*tiro curto*”, não denunciou que tivesse gerado capital monetário bastante para inverter num comércio atacadista de vulto. Eles até podem ter construído algum engenho de mate, mas não controlaram o comércio atacadista. Não havia nenhuma espécie de acumulação gerada anteriormente que pudesse se ocupar exclusivamente da compra da produção ervateira. Ademais, o ouro foi ilusão passageira no Paraná. E as nossas terras dos Campos Gerais eram muito fracas em pastagens para comportar grande número de animais, justificando um comércio de vulto. Tanto é que o Paraná consistia apenas região de passadouro das tropas, com o propósito de descanso para recuperação de peso, a caminho da feira de Sorocaba.

Essa acumulação primitiva, manifesta em capital monetário, somente aconteceu com o tráfico negreiro, que por mais de três séculos havia sido o investimento mais lucrativo que, diga-se de passagem, muito serviu à lavoura cafeeira. Aí os lucros do comércio do gênero humano foram extraordinários, embora ficassem escondidos da circulação. A suspensão do tráfico em 1850, forçou o aparecimento desse capital-dinheiro, em busca de valorização. Testemunho disso, foi o Barão de Mauá, que, genialmente, soube se aproveitar desses caudalosos recursos de

terceiros, que saíam da clandestinidade, empatando-os em empresas organizadas por ele, através do seu banco (CALDEIRA, 1995).

O dinheiro , que confere a forma de excelência ao capital, era disponibilizado pelos importadores argentinos. Assim, o ciclo do capital **D - M - D'** era assegurado e apropriado fora das fronteiras do Paraná e do Brasil. Nascíamos fragilizados, à mercê dos caprichos e escaramuças das Repúblicas do Prata. A geração de valor social e mais especialmente de trabalho excedente gratuito acabava sendo apropriada pelo segmento do comércio importador, que comandava o negócio ervateiro por causa de sua capacidade de compra. Enquanto os argentinos não construíram seus próprios engenhos, com o dinheiro acumulado pelos seus importadores, nem colheram erva-mate de suas plantações em Misiones, o negócio ervateiro ainda fora promissor. Que bem testemunhassem a favor as três maiores empresas industriais do Paraná, todas ervateiras: Barão do Serro Azul & Cia., Guimarães & Cia Ltda e Manoel Miró e Ribeiro de Macedo & Cia. Mas, depois, na virada do século, com engenhos próprios e ervais plantados..., tripudiaram na hora de pagar, aniquilando em parte ou por completo com o lucro médio da produção ervateira, sem que os exportadores pudessem suportar (VARGAS) . E com assentimento consensual de nossos nobiliárquicos exportadores. Só a título de ilustração, na Crise de 1929, o Brasil quis substituir o trigo argentino pelo americano. Os argentinos revidaram não permitindo a entrada em seus

país de maiores quantidades de erva-mate. O governo brasileiro acabou cedendo e o liberalismo econômico, que prescindia organização e racionalidade, triunfou sobre qualquer tentativa de planejamento da organização da produção. Quando apareceu o Instituto Nacional do Mate, em 1938, para organizar e planejar a produção ervateira, o féretro já havia saído...

Houve tentativas para internalizar o ciclo D - M - D' aqui no Paraná, e se originaram do negócio ervateiro. David Carneiro e Ildefonso Pereira Correia criaram um estabelecimento bancário, para conceder empréstimos à indústria de beneficiamento ervateiro e extrativa de madeira. Era o Banco Mercantil e Industrial do Paraná, fundado em 1889. Todavia, a iniciativa fracassou. As flutuações de preço no mercado platino e a incapacidade financeira dos industriais ervateiros e madeireiros não permitiram a continuidade do vital ramo financeiro (VARGAS).

Os bancos que conheceram maior sucesso foram os ligados a São Paulo, onde imperava o capital agrário invertido na cafeicultura e os bancos estrangeiros. Naquele Estado, o vultoso comércio cafeeiro se articulou com o capital industrial e com o financeiro. No Paraná, quem fez o papel de financiador da produção ervateira foi o Banco do Brasil. Somente em 1928, após reivindicações capitaneadas desde o ano de 1914, pelo Comendador José Ribeiro de Macedo, industrial e exportador de mate, fundou-se o Banco do Estado do Paraná. Um dos propósitos da instituição era dotar o comércio ervateiro de um estabelecimento de crédito, mas o escopo principal finalizava evitar a evasão de rendas da produção cafeeira que escoava por São Paulo. Portanto. Conclui-se que inexistia um banco

paranaense, calcado com solidez em sua economia, para servir de cacife à atividade ervateira, dado que o próprio dinamismo deste setor não dava suporte a alavanca do financiamento. Não constituíram capital financeiro que pudesse ingressar na esfera da comercialização, fato típico de uma sociedade que não conseguiu se desenvolver plenamente na forma capitalista. Expressava uma sociedade de transição, pré-capitalista, a caminho de sua versão mais avançada. Contudo, presa a uma estrutura produtiva que não facultou esta possibilidade.

A produção social ervateira paranaense não reuniu as condições objetivas para que se concretizasse a transição do modo pré-capitalista manufatureiro de produção, comandado pelo capital comercial argentino, ao modo tipicamente capitalista de produção industrial, espreado por todos os setores econômicos. O modo especificamente capitalista de produção se assenhora e “*tende a conquistar todos os ramos industriais de que até ao momento ainda não se apoderou e nos quais ainda existe a produção de mais-valia absoluta*” (MARX, Resultados do Processo de Produção Imediata). Ou seja, não se construiu historicamente um modo capitalista de produção que fosse dominado pelo trabalho em grande escala, pela aplicação da ciência e da maquinaria ao conjunto da produção imediata, inclusive à produção de máquinas por meio de máquinas, no qual predomina a extração de mais-valia relativa.

No Paraná, a produção dominada genericamente pela maquinaria habitava apenas nos engenhos de socar erva hidráulicos e depois a vapor. O setor ervateiro exprimia o segmento capitalista mais avançado. Os engenhos representavam manufaturas, pois desenvolveram a utilização de

máquinas nos processos mais simples, que exigiam uma execução em massa e com emprego de muita força física. (MARX, pág, 275, 1985). O engenho a vapor substituiu o hidráulico e, este, o de muque em pilões. Nas demais atividades, dominava a pequena propriedade de algum ofício, os artesãos; os sítios de produção de subsistência, onde se produz para si; o latifúndio rural, e outras formas de trabalho que estavam ainda aquém da característica de uma produção tipicamente capitalista. O trabalho não estava completamente, nem concretamente, subordinado ao capital. Isso só acontece, quando a indústria se apodera de todos os ramos, no contexto da industrialização propriamente dita. Só a economia cafeeira trouxe consigo esta alavanca no Sudeste brasileiro, distribuída pelo Vale do Paraíba e, em seguida, alastrando-se pelo interior paulista. O café, exigente de assoberbados capitais acumulados, invertido em enormes plantações, entrou pelo Norte Velho paranaense, influxo do alastramento das plantações paulistas. Seguramente, não foi obra de nossos barões, viscondes e comendadores, constituindo um complexo agrário exportador diferenciado.

Em realidade , nosso pré-capitalismo era frágil e pereceu ... Não se superou dialeticamente. Suas próprias condições objetivas inviabilizaram o salto qualitativo à grande indústria por vários motivos: os ervais nativos imensos eram uma dádiva da natureza, acarretando muito menor valor de produção e empate de capital, sem necessidade de numerosa força de trabalho para explorá-los; os lucros deprimidos pelos importadores argentinos; o financiamento estanque da produção ervateira, os argentinos financiaram o negócio; a burguesia ervateira de mentalidade atrasada, salvo as honrosas exceções¹⁴ ; a desorganização da produção em contexto de liberalismo econômico; a sazonalidade de emprego da força de

¹⁴ Vide entrevista com Temístocles Linhares

trabalho e do trabalho ervateiro nos ervais e engenhos; a hegemonia do capital comercial argentino na hora da formação do preço; a inserção econômica de uma atividade num sub-mercado filial do capitalismo mundial; a concorrência do café e do chá da Índia, enquanto bebidas estimulantes nos mercados europeus e norte-americanos; o protecionismo argentino e ervais plantados em Misiones, tudo isso fez da produção social ervateira uma economia modesta, acanhada e estreita, que não conseguiu se livrar das peias da dependência ao mercado externo, principalmente da Argentina. Quem sobreviveu, ficou com o Uruguai.

O Paraná trilhou o caminho da dependência, seguindo o paradigma da nação brasileira, desde a colonização. Não conquistou a autonomia econômica para autodeterminar o desenvolvimento de sua acumulação pré-capitalista. O único rincão da América do Sul que tentou um caminho contrário foi o Paraguai. Porém foi destruído impiedosamente pela tentativa¹⁵.

¹⁵ (Nota do autor) O Paraguai desembocou numa formação social completamente original na América Latina. Mandou buscar na Europa os técnicos de que precisava para erguer os alicerces do seu desenvolvimento industrial com um objetivo: copiar e transferir tecnologia. Havia uma fundição que trabalhava 24 horas por dia e produzia o próprio armamento paraguaio. Os navios mercantes que singravam os oceanos eram fabricados no Paraguai, a exceção dos motores. Zarpavam atopeitados de erva-mate e fumo. Regressavam com aparelhos científicos, armas mais sofisticadas, máquinas de imprensa e produtos químicos que, na maioria, passavam a ser fabricados no próprio Paraguai (CHIAVENATTO, 1980). Então a pequenina nação paraguaia, na metade do século XIX:

“ exporta madeira, produz louça fina, constrói ferrovias, exporta salitre, ergue fábricas de pólvora, papel e enxofre. Instala-se o telégrafo. Uma nova reformulação no uso da terra exige mais implementos agrícolas: e eles são fabricados na fundição de Ibycuí, dando melhores condições de trabalho ao camponês paraguaio que aumenta sua produtividade. ” (CHIAVENATTO, 1980)

Em poucas décadas, o Paraguai começara a ser notado. E visto como uma ameaça ao domínio do comércio inglês de manufaturados. Um país emancipado economicamente, dentro da América do Sul, podendo atrair para si o comércio de seus vizinhos. O Paraguai precisava ser destruído, pois construía esta estrutura.

CAPÍTULO 7

CONCLUSÃO

A produção social ervateira exprimiou o esteio da economia paranaense por mais de um século. A partir de 1820, quando então era apenas a 5ª Comarca de São Paulo, e começa a tomar a firme direção do mercado externo até seus estertores, em 1930. Foi durante todo o seu desenvolvimento: ascensão, apogeu e declínio, orientada e dirigida para e pelo mercado externo, sob o comando do capital comercial platino.

Mesmo vingando numa floresta de pinheirais, a lei do valor se fazia presente. Produzir mercadorias, continentes de valor de uso e de troca, em grande quantidade, plenas de simples e titânico trabalho social humano. Eram vendidas no vasto mercado consumidor argentino, uruguaio e chileno, traduzindo a razão de ser de um modo de vida social organizado historicamente por centos de milhares de homens, desbravadores de imensos ervais nativos, mormente munidos de toscos instrumentos de trabalho.

De seus primórdios, a produção ervateira foi se organizando em moldes pré-capitalistas, pois o próprio sobretrabalho não aparecia ainda plenamente desenvolvido na prática social, enquanto mais-valia. Nesse interlúdio, a forma mercadoria, do estado de latência saltou à manifestação perfeita, quando a produção social se orientou maciçamente para o mercado externo, estimulada e aprimorada racionalmente com a chegada, em 1820, de Francisco Alzagaray. O mate passava a ser produzido nitidamente para a venda em atacado. A força de trabalho também aos poucos se transformava em mercadoria, pois o trabalho escravo nos ervais e engenhos de soque, mesclado com o trabalho livre da caboclada na colheita, ia ser substituído pelo trabalho assalariado em dinheiro nas

grandes propriedades ou em gêneros alimentícios e artefatos de uso cotidiano nos sítios. A exploração do trabalho alheio se praticava abertamente, sendo miseravelmente explorada, posto que os milhares de trabalhadores ervateiros na floresta mal ganhavam para cobrir-lhes o corpo. Mas, desse labor titânico é que se fizeram as fortunas e comendas dos barões dos pinheirais e comerciantes platinos, ampliou-se a força produtiva dos engenhos bem como as exportações. Daí, surgia o trabalho excedente gratuito oriundo da superexploração da força de trabalho pela extensão e intensificação da jornada de trabalho num processo produtivo não inteiramente capitalista.

Praticada a colheita ervateira em larga escala, nas lides de rigoroso inverno e, em seguida, sapecada, secada em definitivo, cancheada e, por fim, beneficiada, rumava para o mercado externo, via Antonina e Paranaguá. Lá, desembarcada nas Repúblicas do Prata, sucedia a concretização do preço no balcão platino. Realizava-se assim o trabalho excedente. O preço estipulado compensava a produção, como testemunhou a solitária contabilidade do engenho de Manoel Miró, em 1840. Até 1880, as condições de mercado ainda foram mais favoráveis à realização do preço de produção ervateira. Podia cobrir os custos de produção e trabalho excedente extraído gratuitamente. O capital se valorizava, acumulava, ampliava e promovia o progresso da técnica, viabilizado pelas pesquisas do engenheiro Francisco Camargo Pinto. Dava ensejo ao aumento da produtividade do trabalho social, pela introdução de novos maquinismos. Mas, então confundia-se na economia ervateira a combinação de um pré-proletariado rural e suas relações de assalariamento com as formas de pequena propriedade. Não acontecia uma completa *subsunção real do trabalho no capital*, traço distintivo do modo especificamente capitalista, calcado na industrialização genérica da

produção. Porquanto, a produção social ervateira se agarrou e permaneceu na forma pré-capitalista, já portando os germes de seu vir-a-ser.

O mate amoldou igualmente sua burguesia de ares europeus, porém com luxo copiado da vizinha Buenos Aires, traduzido nas arquiteturas dos solares de barões e comendadores do mate. A mentalidade gerenciadora assumia um trejeito caboclo, atrasada, talvez pela reduzida possibilidade de acumulação ervateira. Tardou demasiado o aparecimento de uma mentalidade capitalista atenta com o planejamento, a organização, os estudos mercadológicos. O modo da produção ervateira laureou os barões, os comendadores, os viscondes, os governantes. Fez a sua imagem e semelhança a superestrutura da terra das araucárias.

O mate manifestou a vida própria ao Paraná, para caminhar pelas suas pernas e gerar uma economia com acumulação local, independente de São Paulo. Facultou a cultura letrada, verniz, hábitos de fino trato na alta sociedade e progresso material. A estrada da Graciosa; a modesta ferrovia Curitiba-Paranaguá; dezenas de cidades pelo interior, soerguidas próximas de rios navegáveis, margeados pelos ervais nativos; as chatas da navegação fluvial; a Universidade do Paraná; a sustentação principal do Erário Público; mandatários políticos, poetas, artistas, literatos e profissionais liberais devem sua infraestrutura de existência a um pozinho esverdeado, sorvido na forma de infusão de folhas, lição dos índios tupi-guaranis. Mas, cessa por aí. A produção ervateira não se enrustiu de um porte de acumulação suficiente, capaz de dar partida ao capital industrial, que define o capitalismo propriamente dito, em suas múltiplas ramificações. Ao que indicam as variadas evidências empíricas e o paginar da história econômica, a geração de valor e, por conseguinte, o vulto dos lucros revelaram-se insuficientes para propiciar um salto qualitativo à generalidade do dinamismo industrial, especialmente de

1880 para frente. Doravante, os argentinos, primordialmente, tornaram-se num crescendo independentes em relação ao abastecimento paranaense. Além disso, contavam com a concorrência de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o regresso claudicante do Paraguai. Engatinharam com os engenhos próprios e se fizeram adultos com os ervais plantados em Misiones.

Somente o café materializou, no Sudeste brasileiro, as condições objetivas à alavancagem da industrialização. A economia cafeeira gerou um mercado interno urbano e rural, substituiu o trabalho escravo pelo assalariado, depositou lucros elevados nas mãos dos cafeicultores. Para abastecer este mercado interno, principalmente o rural, que não podia comprar produtos importados, surgiram as primeiras indústrias, ainda grosseiras, de bens de primeira necessidade. Enfim, o café propiciou o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas. Ligou os dois processos entre si, onde o capital dominou o trabalho. A produção ervateira não conseguiu gerar um mercado consumidor interno expressivo, nem desenvolver em plenitude as relações capitalistas. Grande parte do trabalho estava pronto. Eram os imensos ervais nativos, que diminuía até as exigências de mão-de-obra numerosa, além de gerar um valor de produção social muito inferior ao café. O pré-capitalismo paranaense foi claudicante.

A decadência do mate desaguou em três escoadouros:

1. **falência** dos engenhos com a interrupção da compra de erva beneficiada. Além disso, a transferência parcial, às vezes até total conforme o caso, dos lucros aos cofres dos importadores atacadistas argentinos. Apropriação de valor excedente pelos comerciantes platinos.

Prejuízo e bancarrota das casas comerciais e engenheiros paranaenses.

2. **fuga** desastrosa do capital manufatureiro do Planalto paranaense para Buenos Aires , ou para atividades extrativas afins como a madeireira. O surgimento do café não guardou relações com a economia ervateira.

3. **permanência** de apenas 30% do capital manufatureiro e comercial exportador. Em 1953, sobram apenas duas grandes firmas: Leão Júnior & Cia Ltda, empresa familiar e Moinhos Unidos Brasil Mate S.A., fusão em grupo econômico de oito empresas ervateiras familiares.

No entanto , dos 110 engenhos existentes em 1880, restaram, em 1953, melancolicamente 9, apenas 8%. Acomodaram sua atividade ao mercado interno, sob o comando *agora* do capital industrial, para vender para paranaenses, catarinenses e gaúchos, coisa insignificante comparada ao aristocrático passado do “glorioso” período ervateiro. Um negócio secular foi aniquilado e prostrado em ruínas.

O capital comercial representou o mentor , organizador e comandante em chefe do negócio ervateiro. Em sua lógica mercantil, não se limitou a comprar somente o que há de maior interesse em dada situação histórica e geográfica. Pagava o menor preço possível para apropriar trabalho social excedente gratuito, e de antemão maquinava a hora da venda, com objetivo de lucro máximo, na ocasião da comercialização em Buenos Aires e Montevideo. Mais do que isto, o capital comercial interferiu na produção ervateira. Organizou, racionalizou os processos de trabalho, forçou o aperfeiçoamento constante em todas as etapas da produção, motivou a redução de custos entre os concorrentes em luta. Sutilmente, sem aparecer. Aparentava que só se ocupava de comprar de um lado e vender de outro. Não aflorava sua ingerência indireta sobre a organização da produção ervateira. No proscênio encenavam os barões,

viscondes e comendadores. Nos bastidores, atuavam os importadores atacadistas argentinos, que coordenavam o negócio e, inclusive sujeitos às circunstâncias dos caudilhos exaltados nas querências do Rio da Prata, entreveros que colocavam os preços em queda abrupta. Detrás das cortinas desse teatro sócio-econômico, estabelecia-se o andamento da acumulação pré-capitalista paranaense. Ao final, quando os argentinos ficaram independentes, engoliram o capital ervateiro paranaense. Absorveram seus lucros, provavelmente na proporção de 40% e destruíram o capital manufatureiro e comercial com a falência inexorável.

A conclusão dessa dissertação nada mais é do que a resposta às duas perguntas iniciais da introdução:

Como sucedeu o processo de acumulação pré-capitalista paranaense, mediante a produção social ervateira? Em que medida a produção social ervateira respondeu ao desenvolvimento do pré-capitalismo paranaense?

O processo de acumulação pré-capitalista paranaense, mediante a produção social ervateira mercantil, sucedeu já consoante a lei do valor, calcada no trabalho social, com a forma mercadoria se assenhoreando dos produtos do trabalho humano e da força de trabalho. O trabalho excedente não pago, a mais-valia absoluta, passa igualmente a se desenvolver, embora numa sociedade pré-capitalista. O trabalho excedente gratuito já aparecia no trabalho da população cabocla nos ervais bem como nos engenhos. O assalariamento já dominava desde o início a produção ervateira, posto que os escravos eram caríssimos para serem ocupados numa produção sazonal. Dado o alto custo dos escravos, a força de trabalho ocupada é substituída pelo trabalho livre, da extração nos ervais ao beneficiamento. Porém nem toda a força de trabalho é despossuída de

tudo, ou seja completamente proletária. Há ainda os pequenos proprietários rurais, os agregados viventes de favor na grande propriedade mesclados na oferta de trabalho, que turbam a inteira expressão de um amplo mercado de força de trabalho livre, cuja capacidade está pronta para ser comprada pelo seu valor de troca, expresso em salário, do qual se arranca valor de uso, na forma de sobrevalor em estenuantes jornadas de trabalho. Todavia, o trabalho excedente não-pago já adquiriu existência, embora não em sua manifestação plenamente desenvolvida. A mais-valia engatinha em sua aparição mais simples, extraída a partir da jornada de trabalho, remunerada por quantidade de erva mate cortada e sapecada, um trabalho verdadeiramente titânico, apesar de simples. Nos engenhos a vapor, a mão de obra já é operária, como testifica o exemplo do moinho de fazer erva de 1876, no Planalto curitibano, relatado pelo juiz A.J. Macedo Soares. Aí, está translúcido o pleno desenvolvimento na prática social da mais-valia, pelo menos em sua forma absoluta, que se combina com outras manifestações não plenamente capitalistas.

A economia ervateira não produziu um valor de produção capaz de fazer saltar do pré-capitalismo ao modo de produção especificamente capitalista, agarrado à industrialização de toda produção imediata. O porte dos lucros apropriados era demasiado modesto para gestar um processo interno de acumulação baseado na indústria. Tímido como era o caboclo dos pinheirais, de chapéu na mão, reservado e quieto, em posição de reverência aos patrões. Nossos barões do mate margearam atividades afins, mais amiúde a extração madeireira, exemplificados por Ildefonso Pereira Correia, a Leão Júnior & Cia Ltda ou José Lacerda. O pré-capitalismo paranaense sucumbiu em falências, sem proporcionar um processo industrializante capitalista, numa longa agonia de aproximadamente 50 anos, a contar de 1880, selado em 1902 e moribundo

na década de 30 do século XX.

Desse passado áulico , remanesceram algumas refinadas arquiteturas , pontilhadas pelo Juvevê, Centro e Batel, as lembranças do que dantes soía. Também deixou encrostada uma mentalidade arraigadamente conservadora e fechada no dito Paraná tradicional, apenas reiterada pela imigração européia. Mentalidade rebento desta organização social polvilhada pela pequena propriedade rural e das condições do trabalho, no caso dos trabalhadores artesãos. Aí essa cosmovisão pequeno-burguesa, míope e estreita, introjetada em seu diminuto mundo, que mais só enxerga a si própria, como herança de comportamento legada pelo ouro verde dos pinheirais. Uma cruz arrastada do passado que recai como bigorna sobre os ombros dos vivos.

As derradeiras palavras rematam com Luiz Vaz de Camões, cujos versos dos Lusíadas pontuam o que há de mais dialético, de vir-a-ser , nesse mundo de transformações:

“ Mudam-se os tempos, Mudam-se as vontades
 Muda-se o ser, muda-se a confiança;
 Todo Mundo é composto de mudança,
 Tomando sempre novas qualidades
 Continuamente vemos novidades,
 Diferentes em tudo da esperança,
 Do mal ficam mágoas na lembrança,
 E do bem (se algum ...) as saudades
 O tempo cobre o chão de verde manto,
 Que já coberto foi de neve fria,
 E em mim converte em choro o doce canto.
 E, afora este mudar-se cada dia,
 Outra mudança faz de mor espanto:
 Que não se muda já como soía. “

CAMÕES (Os Lusíadas)

FIM

ANEXOS

ENTREVISTA COM TEMÍSTOCLES LINHARES¹⁶

“A obra História Econômica do Mate é, por assim dizer, a bíblia do assunto. Quem quiser investigar mais a miúdo o tema ou tratar sobre o século passado, seja estudioso diletante ou experimentado cientista, terá forçosamente de passar em revista este livro. Seu autor é o Prof. Temístocles Linhares que, por ser descendente das aristocráticas famílias ervateiras e ter peleado boa parte de sua vida com o negócio do mate, reúne a devida autoridade para falar. Era sócio da B.R. de Azevedo & Cia que se ocupava com o beneficiamento e exportação de mate. Visitou várias vezes o Uruguai e a Argentina, chegando inclusive a residir por alguns anos em Buenos Aires. Portanto, como historiador ele reúne teoria e prática no trato da matéria. “

Ao término do inverno de 1989 , prof . Temístocles Linhares concedeu gentilmente uma entrevista, que serviu para coroar a monografia de especialização com um bocadinho da história viva, tal como constava dos propósitos do projeto de pesquisa¹⁷.

Pergunta - Professor , o que aconteceu com os engenhos quando sobreveio a crise ervateira nos anos 30 deste século?

Resposta - A bem da verdade é que o negócio do beneficiamento

SILVEIRA FILHO, José. A Acumulação do Capital - O Caso da Erva-Mate no Paraná de 1830 a 1940. Monografia de Especialização em Desenvolvimento Econômico. Entrevista com Temístocles Linhares - realizada em 21 de setembro de 1989, p. 86.

Nota do autor: Agora, na dissertação de mestrado, a entrevista prossegue literalmente citada, sem nenhuma nova versão, pelo fato do entrevistado ter falecido alguns anos depois.

tomou dois rumos: a ruína ou a fuga do ramo. Muitas famílias ervateiras simplesmente impobreceram pois procederam como os jogadores incorrigíveis, que mesmo perdendo continuam no jogo à espera de que a sorte mude mais adiante. Outros viram que era mais prudente mudar de ramo de negócio e procurar alguma outra atividade onde as possibilidades de ganho fossem melhores e mais seguras. Mas, em regra, o que sucedeu foi o empobrecimento.

Pergunta - E quanto às heranças, não foram vultosas ?

Resposta - O problema não está aí . De modo geral , as famílias eram bastante numerosas naquela época, e ao cabo da partilha, muitas vezes, grandes fortunas viraram pequeno montante nas mãos de muitos filhos. É o velho e conhecido dito popular: pai rico, filho aristocrata e neto pobre.

Pergunta - Os lucros eram elevados neste ramo de negócio ?

Resposta - Esta pergunta eu posso replicar de cadeira porque trabalhei com isso. Os lucros não chegaram a ser assim tão polpudos porque a concorrência era muito grande. Havia muitos engenhos e na hora de computar o lucro não sobrava tanto assim aos ervateiros. Lucro é como bolo, quanto mais gente para comê-lo, menor é a fatia de cada um.

Pergunta - Houve uma certa dissipação dos ganhos das famílias ervateiras?

Resposta - De fato , essa atitude ocorreu realmente . Com os lucros do mate também se gastou imprevidentemente. Prova disso são os verdadeiros castelos construídos para residência das famílias ervateiras, inspirados em modelo europeus, copiados principalmente de Buenos Aires. Buenos Aires era a Paris latina. Lá estavam os maiores negócios e muitas famílias da elite paranaense apreciavam passear naquela aprazível cidade. Eu morei em Buenos Aires muitos anos trabalhando como professor de literatura. Hoje existem muito poucos solares remanescentes daquela

época dourada, mas, sem sombra de dúvidas, desperdiçou-se muito em consumo suntuoso. Não era um traço cultural das elites locais a poupança sistemática de recursos para prover o futuro. Eram pouco parcimoniosos. Gostavam muito de desfrutar o hoje. O amanhã a Deus pertence.

Pergunta - Quantos engenhos de beneficiamento sobraram desta época ?

Resposta - Melancolicamente , restaram apenas dois : Leão Júnior e Moinhos Unidos Brasil Mate, sendo que este último resultou de uma fusão de vários engenhos. Eu tenho muita participação nessa fusão. Insisti muito com Ildefonso Fontana para que realizasse a fusão dos engenhos maiores a fim de preservar o negócio, ciente de que sozinhos tudo escoaria pelo ralo.

Pergunta - Para rematar a prosa , professor , a que se deve a decadência do mate, uma economia que foi verdadeiramente centenária ?

Resposta - O mate decaiu porque viveu na dependência do mercado externo , principalmente, argentino. Quando os ervais argentinos começaram a dar suas principais colheiras começou o fim de tudo. E não se vislumbrou nenhum outro mercado capaz de substituí-lo. Os argentinos levavam metade da produção paranaense. Era muita coisa. O fato é que acabou.

Curitiba, 21 de setembro de 1989.

ENTREVISTA COM ALEXANDRE WEINHARDT DA SILVEIRA

Não somente os celebrizados escritores, os teóricos da mais douta ciência ou aqueles que pertenceram ao rol das nobiliárquicas famílias ervateiras, cujos nomes batizaram tantos logradouros, são os que reúnem a devida competência para discorrer sobre o mate. Entre estas pessoas está Alexandre Weinhardt da Silveira, venerando senhor, 77 anos, cabelos encanecidos pelo tempo e fabricante da cinquentenária erva “Legendária”, à disposição dos consumidores na praça. É homem que preencheu toda uma existência com o mate, até hoje em tratativa direta com ele, bem podendo, e por que não, ser ouvido e documentado. Ele porta a tarimba do cotidiano, com a vantagem de estar isento da nostalgia orgulhosa dos medalhões de berço, que poderiam dourar um pouco a matéria. A este autor cabe harmonizar esta experiência com a ciência econômica, pontuando algum aspecto que, porventura, possa ter ficado enevoadado.

Pergunta - Sr. Alexandre, desde quando vem suas raízes com o mate?

Resposta - Elas são tão antigas que até nem eu me lembro direito. O começo está com meus avós que transmitiram esta experiência a meus pais e depois para mim. Perfaz bem mais de um século. Meu pai me contou que, certa feita, pelos idos de 1890, foi colher erva nos matos. Instalou-se com os peões e apetrechos no local e, ao cabo de poucos dias, acabaram-se os mantimentos. Ele mandou um dos peões que fosse emprestar um pedaço de toucinho do proprietário das terras, Sr. Francisco de Paula e Silva, que ficaram na região de Tesoura. O peão regressou com um porco inteiro, limpo. Dado. E ainda colheram a erva de graça, sem desembolsar um mil-réis. Era uma época de grande fartura e barateza. Não era a tôa que existia superprodução.

Pergunta - O senhor saberia dizer quem realmente enriqueceu com o comércio do mate?

Resposta - A bem da verdade, bem pelo miúdo, quem enriqueceu mesmo foi o importador argentino. Foram eles, os platinos, principalmente os argentinos à testa dos negócios, que encheram a burra. Foram os argentinos que organizaram o negócio do mate de fora para dentro. Existiu inclusive um malfadado contrato de rebaixa, onde o exportador brasileiro fechava contrato por preço e quantidade tal. Na hora de vender o produto, se algum exportador patricio oferecesse menor preço, era o que o importador argentino efetivamente pagava. Pode uma burrada dessa? E ainda por cima, os importadores argentinos manobravam e tergiversavam com os exportadores brasileiros, os moageiros, pois sabiam que eles viviam na superprodução e estavam tropeçando em letras bancárias, devendo até as calças, empenhados com a produção dada em garantia aos bancos. O Banco do Brasil, o London escrituravam as cartas de exportação e depois cobravam. Sabe como é banco.

Pergunta - Então, em realidade, os donos de engenho não foram tão ricos quanto se imagina?

Resposta - Com toda a certeza. Era um mundo ilusório. Os donos de engenho tinham uma vida de conforto, sem dúvida, com automóvel e viagem a Buenos Aires. Mas estavam longe de ser nababos. Mais era a pompa e a cerimônia. Muitos deles faliram, endividados.

Pergunta - Nada se fez para reverter esse quadro de falência e dependência aos argentinos?

Resposta - Na década de 30, tentaram organizar cooperativas. Antônio Bacila foi pioneiro nessa idéia, contudo introduziu-a de maneira inconveniente, que assustou o Governo paranaense. Sua pregação surtiu muito melhor efeito em Santa Catarina. Lá ele foi ouvido. Mas, a experiência, ao final, malogrou por várias razões. Surgiu de cima para

baixo, sem uma mentalidade cooperativista entre os produtores. O caboclo deixava para falar o que pensava fora da reunião, daí não adiantava mais nada. Havia também a superprodução. Os próprios produtores foram afastados da direção dos negócios para dar lugar a vivaldinos que desejavam o enriquecimento próprio e não o da associação. Faziam churrascada para a caboclada, ingênua e de boa fé, granjeando-lhes a simpatia e o voto. Além disso, as cooperativas entravam em conflito com os moageiros, pois eles compravam a erva cancheada dos comerciantes locais, influenciando no preço. As cooperativas foram planejadas para fortalecer os produtores rurais, sustentar o preço e arrancar o caboclo da perene pobreza.

Pergunta - E o engenho da família Lacerda, que sucedeu com ele?

Resposta - Quando os moageiros se associaram em torno de Moinhos Unidos Brasil Mate, ele foi incorporado à associação, fechando as portas aqui na Lapa. Toda produção passou a ser carregada para Curitiba, onde beneficiavam o produto. Já na década de 30 o engenho não existia mais. Era o sinal dos tempos.

A.W.S. conhece na intimidade o assunto e valeu a pena ter confabulado com ele. Há de se lastimar somente a ocasião tão tardia em que se produziu a entrevista. Pudera, o autor desconhecia esta pessoa que reunia as melhores condições de teoria e prática, despida de jactância, para manusear a matéria.

Lapa, 30 de novembro de 1990.

ENTREVISTA COM FRANCISCO BRITO DE LACERDA

“ No anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e noventa e sete, aos onze dias do mez de abril do dito anno, nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em escriptorio do senhor Francisco Brito de Lacerda, ” travou-se entrevista com um dos últimos descendentes da família Lacerda, que constituiu seu prestígio e fortuna nas lides ervateiras, em engenho que funcionava em terreno contíguo ao cemitério da cidade da Lapa, na primeira vintena deste século XX, onde o povo humilde e simples propalava serem os Lacerda “ *os donos da Lapa* “.

Pergunta - Qual a origem da família Lacerda?

Resposta - A família Lacerda é de origem portuguesa, natural da região do Porto e de destacada posição social, embora não nobiliárquica. Veio para o Brasil na primeira metade do século passado, a convite de portugueses comerciantes do Rio de Janeiro, que consideravam o Paraná uma terra de futuro. O Império brasileiro se consolidava, necessitando de pessoas para o povoamento desse país tão grande. Meu bisavô, Manoel José Correia de Lacerda, o patriarca, fundou residência nesta pequena localidade em 1842. Dedicou-se ao ramo de comércio, influenciado e aí colocado pelos amigos portugueses do comércio atacadista. Bem sucedido na Lapa, casou com Leocádia Cassiana, uma descendente direta pelo lado paterno dos fundadores da cidade, beneficiários de carta de sesmaria da Coroa portuguesa.

Pergunta - Que espécie de comércio foi empreendido?

Resposta - Naquela época, predominava o comércio de secos e molhados. Eram os gêneros alimentícios mais necessários à manutenção de uma família, como por exemplo, arroz, feijão, cereais, fumo de corda,

sal, xarque, erva-mate. Isto representou o fundamento do negócio mas, somente com o neto, José Lacerda, é que se estabeleceu o primeiro engenho de erva-mate da Lapa, adquirido em 1921, em sociedade com Francisco Fido Fontana. O beneficiamento direto de erva-mate representava uma consequência direta do comércio ervateiro e uma maneira de ampliar a fatia de ganhos. De intermediário papai saltou a industrial de beneficiamento.

Pergunta - Quanto custou o engenho e quais suas relações comerciais?

Resposta - O engenho custou na ocasião do negócio, em 1921, 15 milhões de réis, ou seja 15 contos de réis. Passaram-se dois recibos, totalizando esse valor, em operação devidamente registrada em cartório por seu tabelião. Os maquinismos, acessórios e utensílios, além de bigornas, tornos e malhos custaram R\$ 9 milhões e as demais dependências, ranchos, depósitos e outras benfeitorias outros R\$ 6 milhões . Já funcionava a vapor e sua força motriz podia iluminar toda a pequena cidade da Lapa, tal a potência da máquina. Meu pai vendia diretamente para Montevidéo, para a Taranco & Cia. A mercadoria seguia transportada por carroças de toldo até Antonina, onde embarcava rumo aquela praça. Papai fizera uma viagem à Montevideo, contatara com os referidos comerciantes, os quais faziam-lhe encomenda por tonelada. O engenho trabalhava somente na época determinada de colheita, normalmente os meses de inverno, para beneficiamento de erva-mate. Possuía barricaria contígua, no mesmo terreno, que produzia o ano todo os tonéis de envase. Não restava uma só. Enchiam-se todas com erva-mate, rotuladas com a marca Lacerda.

Pergunta - Como José Lacerda financiava seu empreendimento?

Resposta - Ah ! Isso era muito simples . Comprava a erva por um preço e depois vendia por outro, como qualquer negociante da época. Assim surgia o seu lucro. Com isso ele pagava as despesas correntes no engenho e inclusive os trabalhadores nos ervais, remunerados no máximo a R\$ 1\$500 réis por dia de trabalho. Essa quantia dava o sustento de uma família. Você regule, um pão custava \$50 réis, isso lá pelos anos 20. Pelo menos na época de colheita, papai empregava 2/3 da mão de obra da cidade, ocupada com a feitura de erva-mate. Era o esteio da cidade.

Pergunta - Por que seu pai , José Lacerda, decidiu se dedicar ao beneficiamento de erva mate?

Resposta - Ele era um próspero comerciante de diversos gêneros, inclusive de erva-mate, e o desdobramento desta atividade o levou a ser um beneficiador do produto. Por essa razão, dado que era pessoa perpicaz e verdadeiramente empreendedora, assumiu também o ramo industrial ervateiro em sociedade com Francisco Fido Fontana.

Pergunta - Que fim levou o engenho Santo Antônio?

Resposta - Na década de 50, foi incorporado aos Moinhos Unidos Brasil-Mate. Os filhos herdeiros e recém condutores do negócio viram por bem tomar a iniciativa. Papai havia morrido antes, em 1940, no auge da atividade do engenho, exportando a carga plena para o Uruguai. Fechado o engenho, sobreviveu somente a barricaria.

BIBLIOGRAFIA

01. AFANASSIEV , Victor G . Fundamentos da Filosofia. 1ª Edição. Moscou . Edições Progresso, 1982
02. AQUINO, Rubim Santos Leão de ; ALVARENGA , Francisco Jacques Moreira ; FRANCO, Denize de Azevedo e LOPES , Oscar Guilherme Pahl Campos. História das Sociedades - Das Sociedades Modernas às Sociedades Atuais. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S/A, 1981
03. AQUINO , Rubim ; LEMOS , Nivaldo ; LOPES, Oscar. História das Sociedades Americanas. Rio de Janeiro, Livraria Eu e Você Editora
04. ARANHA , Luiz Fernando Souza. O Mercado Ervateiro. 1967. São Paulo, 1ª edição
05. BACILLA, Antônio . O Drama do Mate. 1ª edição .Curitiba , Editora Guáira, 1940
06. BALHANA , Altiva ; MACHADO , Brasil e WESTPHALEN , Cecília . História do Paraná. Grafipar, Curitiba, 1969, Vol I
07. BEAUD , Michel . História do Capitalismo. 4ª edição , São Paulo, Editora Brasiliense
08. CALDEIRA , Jorge. Mauá Empresário do Império. 2ª edição , Companhia das Letras, 1995
09. Camera de Comércio Argentino - Brasileña La Yerba Mate. La Yerba Mate. Atelier de Artes Gráficas Futura, Buenos Aires, 1933
10. CARDOSO , Ciro Flamarion e BRIGNOLI , Héctor Pérez . História Econômica da América Latina. 3ª edição , Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988
11. CARNEIRO, David. Fasmas Estruturais da Economia do Paraná. 1ª edição, 1962
12. CARON , Lucrécia de Araújo . A Leão Júnior e Cia. S.A. Pioneirismo da Economia Ervateira Paranaense. Boletim do Instituto Histórico,

Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976, Volume XXVIII

13. CARON, Lucrécia. Indústrias de Beneficiamento de Erva-Mate no Estado do Paraná (1890 - 1977). Tese de Mestrado em História do Brasil. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1978, p. 235.
14. CHIAVENATTO , Júlio José . Genocídio Americano : A Guerra do Paraguai. 2ª edição, Editora Brasileira, São Paulo, 1980.
15. CORRÊA FILHO , Virgílio . Ervais do Brasil e Ervateiros. 1ª edição , Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura - Serviço de Informação Agrícola, 1957.
16. COSTA, Samuel Guimarães. Economia Ervateira. Rio de Janeiro, Centro Nacional de Estudos Cooperativos, 1958.
17. DENIS , Henri . História do Pensamento Econômico . 4ª edição , Lisboa , Livros Horizonte, 1982.
18. DONATO , Hernani. Selva Trágica. 1ª edição, São Paulo, Editora Autores Reunidos Ltda, 1959.
19. ECO, Humberto. Como Escrever uma Tese. 1ª edição, São Paulo, Editora Perspectiva, 1988.
20. ENGELS, Friedrich. Anti - Dühring. 1ª edição, Lisboa, Editorial Minerva, 1975.
21. ENGELS , Friedrich . Princípios Básicos do Comunismo. Obras Escolhidas , Lisboa, Edições Avante, 1982. Tomo I.
22. FAORO , Raimundo. Os Donos do Poder. Porto Alegre, Editora Globo, 6ª edição, 1984. Vol 1.
23. FERRARINI , Sebastião . A Escravidão Negra na Província na Província do Paraná. 1ª edição. Editora Lítero Científica, Curitiba, 1971.
24. FURTADO , Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
25. HILFERDING , Rudolf . O Capital Financeiro. São Paulo , 1985

Coleção Os Economistas, Abril Cultural.

26. HOBBSAWN, Eric e MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-capitalistas. 4ª edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985
27. HUBERMAN, Leo. História da Riqueza dos EUA (Nós, o Povo). 3ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
28. LESSA, Luiz Carlos Barbosa. História do Chimarrão. Porto Alegre, 3ª edição, Editora Sulina.
29. LÊNINE, Vladimir I. Discurso de encerramento do relatório a atitude do proletariado em relação à democracia pequeno - burguesa. In Obras Completas.
30. LINHARES, Temístocles. História Econômica do Mate. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1969.
31. MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrícola. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História nº 3. junho 1963.
32. MARTINS, Romário. História do Paraná, 3ª edição, Curitiba, Edições Guaira.
33. MARTINS, Romário. Ilex - Mate Chá Sul - Americano. Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, 1926.
34. MARTINS, Romário e ABREU FILHO, Alberto. O Livro do Mate. 1ª edição, São Paulo e Rio de Janeiro, Weiszflog Irmãos Editora, 1916.
35. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. Lisboa, Edição Progresso, 1982. Obras escolhidas.
36. MARX, Karl. O Capital. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1985. Vol I, Tomo 1.
37. MARX, Karl. Para a crítica da economia política. 1ª edição. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1974.
38. MARX, Karl. Resultados do Processo de Produção Imediata. Capítulo VI

- Inédito de O Capital, 1ª edição, São Paulo, Editora Moraes Ltda.
39. MARX, Karl. Teses sobre Feurbach. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, Vol 3.
40. MELLO, João Manuel Cardoso. O Capitalismo Tardio. 5ª. Edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
41. MIO, João de. Notícias históricas sobre a erva - mate e os seus engenhos de beneficiamento em Curitiba a datar de 1888 à 1950. Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, Vol. V.
42. MORSE, Richard M. Formação Histórica de São Paulo. 1ª edição, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1954.
43. NORMANO, J. P. Evolução Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Nacional, Coleção Brasileira, 1939.
44. OLIVEIRA, Marisa Correia. Estudo da Erva - Mate no Paraná 1939 - 1967. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974.
45. OLIVEIRA, Pérsio Santos de, Introdução à Economia. 1ª edição. Editora Ática, 1993
46. PADIS, Pedro Calil. Formação de uma Economia Periférica: O Caso do Paraná. São Paulo, Editora Hucitec, 1981.
47. PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. CADERNOS DO PATRIMÔNIO. TROPEIRISMO - Um Modo de Vida. Curitiba, 1989.
48. PRADO JÚNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. 7ª edição, Editora Brasiliense, 1987
49. PRADO JÚNIOR, Caio. Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica. Editora Brasiliense, 1966.
50. PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 29ª edição, Editora Brasiliense, 1983.
51. PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Tipos e Aspectos do Brasil (Excertos da "Revista Brasileira de Geografia"). Rio de Janeiro, 6ª

- edição, IBGE, 1956.
52. PEREIRA , Magnus Roberto de Mello. Semeando Iras Rumo ao Progresso. 1ª edição. Curitiba, Editora da UFPR, 1996.
53. RITTER , Marina Lurdes. As Sesmarias do Paraná no século XVIII. Curitiba: IHGEP, 1980.
54. ROSENTAL, M e IUDIN, P. Pequeno Dicionário Filosófico. São Paulo. Linográfica Editora Ltda, 1959.
55. SILVA , Sérgio . Expansão e Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1986.
56. SILVEIRA FILHO , José. A Acumulação do Capital - O Caso da Erva-Mate no Paraná de 1830 a 1940. Monografia de Especialização em Desenvolvimento Econômico. Entrevista com Temístocles Linhares - realizada em 21 de setembro de 1989.
57. TAVARES , Maria da Conceição . Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. 11ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.
58. TOLEDO , Vera Vilhena e GANCHO , Cândida Vilarés. Sua Magestade o Café. 9ª edição, Editora Moderna, São Paulo, 1996.
59. VARGAS , Túlio . A Última Viagem do Barão do Serro Azul. 1ª edição . Curitiba , Instituto Assistencial de Autores do Paraná.
60. WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. Curitiba , Editora Gráfica Vicentina, 1988.

CARTAS E ARTIGOS

01. MARX, Karl. Carta à Redação da Otestschestwenye Sapiski. A comparação na investigação histórica. 2ª. edição. São Paulo, Editora Ática, 1984. Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 36 - Organizador Florestan Fernandes, 1984
02. MARX, Karl. Carta a Ludwig Kugelmann. Sobre a lei do valor. São Paulo, Editora Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 36. Organizador Florestan Fernandes, 1984
03. MARX, Karl. Crítica a Proudhon. Carta a P. V. Annenkow. Coleção Grandes Cientistas Sociais
04. PIÑERO, Theo Lobarinhas. Política e finanças no Brasil Império. Jornal INVERTA, Rio de Janeiro 1º a 15 de abril de 1996 - Ano V/ Nº 71